

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
&
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2018

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
&
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2018**



Eletrobras

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	6
2. PERFIL DA ELETROBRAS	8
2.1. Companhia	9
2.2. Estrutura Societária	12
3. PANORAMA ECONÔMICO- SETORIAL	16
3.1. Geração	17
3.2. Transmissão	24
3.3. Distribuição	31
3.4. Operações no Exterior	32
3.5. Panorama Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro	35
4. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	38
4.1. Cepel e Investimentos em P&D+I	39
4.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos	40
4.3. Governança de Tecnologia da Informação	41
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	42
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA	46
6.1. Assembleias Gerais de Acionistas	50
6.2. Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento	50
6.3. Conselho Fiscal	52
6.4. Diretoria Executiva	52
6.5. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade	53
6.6. Política de Hedge Financeiro	55
6.7. Compliance e Práticas Anticorrupção	55
6.8. Processo de Investigação Independente	57
6.9. Auditoria Interna	58
6.10. Ouvidoria	59

7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	62
7.1. Desempenho Empresarial	63
7.2. Responsabilidade Social	63
7.3. Gestão Ambiental	66
7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem.....	68
7.5. Gestão de Pessoas	69
8. FUNÇÕES DE GOVERNO	82
8.1. Gestão de Programas de Governo.....	83
9. MERCADO DE CAPITAIS	88
9.1. <i>Rating</i> (Classificação de Risco)	93
9.2. Relacionamento com Acionistas e Investidores.....	93
10. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	96
10.1. Destaque do Resultado Consolidado	97
10.2. Receita, Custos e Despesas Operacionais	99
10.3. Participação Societária	103
10.4. Resultado Financeiro	103
10.5. Imposto de Renda e Contribuição Social	103
10.6. EBITDA Consolidado	104
10.7. Resultado por Segmento de Negócio.....	105
10.8. Demonstração de Valor Adicionado (DVA) – R\$ milhões.....	106
10.9. Análise do Resultado da Controladora	106
10.10. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado.....	109
11. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	110
12. AUDITORES INDEPENDENTES.....	114
12.1. Serviços de Auditoria Externa.....	115
13. BALANÇO SOCIAL	116

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



Wilson Ferreira Junior – Presidente da Eletrobras
(Foto 1)

Em 2018, a Eletrobras colheu os frutos do trabalho que vem realizando desde 2016 para reduzir os sucessivos prejuízos financeiros, a baixa capacidade de investimento e a dificuldade de captação de recursos. A crise profunda que a empresa atravessou está superada. O valor de mercado da companhia saltou de R\$ 9 bilhões, no início de 2016, para mais de R\$ 33 bilhões em 2018, chegando a R\$ 50 bilhões em fevereiro de 2019.

“Excelência sustentável” foi o objetivo de um amplo programa de reestruturação da companhia, materializado no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras, com ações pautadas nos pilares “disciplina financeira”, “excelência operacional” e “governança e conformidade”. Em dezembro de 2018, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado da companhia atingiu o índice de 3,1 apresentando uma redução substancial sobre o elevado índice de 8,5 registrado em setembro de 2016, e de 3,7 em 2017.

A privatização das empresas de distribuição e a venda das participações minoritárias em 26 sociedades de propósito específico, no montante de R\$ 1,3 bilhão, foram de suma importância na execução da estratégia de recuperação da Companhia. Os efeitos desses desinvestimentos vão se refletir na redução dos níveis de alavancagem e melhora do EBITDA da companhia a partir de janeiro de 2019.

O cronograma de muitos empreendimentos importantes foi colocado em dia e, em 2018, concluímos o fechamento do ciclo das usinas de Mauá 3 com potência total de 590,7 MW e o investimento em São Manoel com 700 MW de capacidade instalada. Em 2019, serão concluídas as obras da usina Sinop com cerca de 402 MW, e a usina de Belo Monte entrará em plena operação, tornando-se a terceira maior hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada total de 11.233 MW.

Este novo momento da companhia está simbolicamente representado pela modernização de sua estrutura operacional e pelas novas instalações. Pela primeira vez em 56 anos de história, o escritório central da Eletrobras, no Rio de Janeiro, está concentrado em um único prédio, proporcionando economia de custos e sinergia de trabalho. Em apenas dois programas — Centro de Serviços Compartilhados e Sistema de Gestão Integrada —, a padronização e otimização de processos foi obtida uma economia anual estimada da ordem de R\$ 617 milhões. Com os programas de desligamento de empregados em 2018, houve uma economia de R\$ 309 milhões, e novos programas de demissões incentivadas continuarão em 2019.

Na área de Governança e Conformidade, a Companhia instalou seu Comitê de Auditoria Estatutário e, pela primeira vez, realizou uma avaliação independente dos órgãos de Governança da empresa e de suas controladas. Maiores detalhes serão discutidos na seção 6 do Relatório da Administração.

Como reconhecimento dessas evoluções, a Eletrobras foi certificada no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, voltou ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), também da B3 e recebeu pela segunda vez consecutiva a nota máxima no indicador de governança IG-SEST. Em paralelo, foram encerrados os questionamentos perante à Securities and Exchange Commission (SEC) e com os litigantes na class action contra a Eletrobras no exterior, além de ter encerrado as discussões com o Department of Justice (DOJ), que declinou de processar a empresa.

Como signatária do Pacto Global, em 2018, a Eletrobras apoiou, continuamente, importantes iniciativas, como a adesão ao Compromisso Empresarial Brasileiro de Segurança Hídrica e aos projetos selecionados a partir da priorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030.

Em dezembro, a Eletrobras lançou o Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2019 a 2023, o qual, entre outras diretrizes estratégicas, estabelece o “Crescimento Rentável”: crescer de forma sustentável, garantindo a rentabilidade e o valor da companhia.

A grande conquista de 2018 foi recuperar a confiança do mercado e da sociedade na Eletrobras, em seus empregados e em suas lideranças.

É neste momento especial que agradecemos aos empregados e os cumprimentamos pelo empenho e as conquistas alcançadas. Agora, o futuro nos espera, e é para ele que preparamos a companhia, tornando-a capaz de competir em condições de igualdade com os grandes grupos do setor elétrico mundial.



Wilson Ferreira Junior
Presidente da Eletrobras

José Guimarães Monforte
Presidente do Conselho de Administração

José Guimarães Monforte – Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras (Foto 2)

2. PERFIL DA ELETROBRAS

2.1. Companhia

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Companhia”), constituída pela Lei n.º 3.890-A, datada de 11 de junho de 1962, sob a forma de sociedade por ações de capital misto, celebrou 56 anos de atuação nos setores de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil e no exterior, assim como na realização de pesquisas e serviços voltados para a eficiência energética e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

O escritório central da Eletrobras, no Rio de Janeiro, mudou. Está agora localizado na rua da Quitanda, nº 196, no Centro. Pela primeira vez, em 56 anos de história, a Companhia está concentrada em um único local, proporcionando economia de custos e sinergia de trabalho. O prédio foi reformado especialmente para refletir os valores corporativos da Companhia, tornando-se sinônimo de colaboração, organização e inovação. O edifício pertence ao Plano de Previdência dos Empregados da Eletrobras e leva o nome do engenheiro Mario Bhering (1922-2009), que foi presidente da Companhia por duas vezes – de 1967 a 1975 e de 1985 a 1990.



Nova Sede - Foto 3

Principais atividades

Em 31 de dezembro de 2018, o Brasil alcançou a capacidade instalada de 163,4 GW, dos quais a Eletrobras contribuiu com 49,8 GW, ou seja, 30,5% do total. Deste volume, 63,6% correspondem a empreendimentos corporativos do sistema Eletrobras, 20,4% equivalem à sua participação proporcional em projetos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 16% vêm de empreendimentos compartilhados, incluindo aqui a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW).

Cerca de 95% da capacidade instalada da Companhia é oriunda de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (“GEE”), como solar, nuclear, eólica e hidráulica, o que faz da Eletrobras uma das maiores do mundo em geração de energia limpa e renovável e a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda mais limpa e renovável do mundo, perseguindo, assim, a missão e visão de seu Planejamento Estratégico. Dada a sua participação na matriz elétrica do país, em 2018, do total instalado oriundo de fontes com baixa emissão de GEE, 41% pertencem à Eletrobras.

A malha de linhas de transmissão das Empresas Eletrobras atingiu, em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente, 71.068 km, sendo que 63.479 km são de linhas corporativas do Sistema Eletrobras e 7.589 km correspondem à participação da Eletrobras por meio de SPEs. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ± 800 , 750, ± 600 , 525/500, 345 e 230 kV, a Companhia é responsável por 64.833 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 47,3% do total das linhas do Brasil nas referidas tensões.

Quanto à capacidade de transformação, a Eletrobras totalizou em 31 de dezembro de 2018, 254.782 MVA, sendo 232.538 MVA em suas subestações corporativas e 22.244 MVA nas SPEs. De forma alavancada, ou seja, considerando o total de MVA dos empreendimentos que contam com participação das empresas do Sistema Eletrobras, a Companhia contribuiu com 275.215 MVA de capacidade de transformação.

Em relação à distribuição, em 2018, dentro do processo de privatização, a Eletrobras realizou, com êxito, o leilão de venda de todas as suas distribuidoras.

Investimentos Realizados

Em 2018, o Sistema Eletrobras realizou um total de R\$ 4,6 bilhões em investimentos, o que corresponde a 74,1% do orçamento empresarial de investimento programado para o ano. Este valor se divide em R\$ 3,34 bilhões corporativos e R\$ 1,26 bilhões em parcerias, distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 1,02 bilhões em Geração, R\$ 1,35 bilhões em Transmissão, R\$ 0,53 bilhões em Distribuição, e R\$ 0,42 bilhão em outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Quando comparado com o ano de 2017, observa-se um acréscimo de 9,4% no total do Investimento Corporativo e um decréscimo de 41,6% nos Investimentos em Parcerias, conforme tabela abaixo.

Investimentos Realizados - Tabela 1

Natureza dos Investimentos (R\$ mil)	Orçado	%	Realizado		
	2018		2018	2017	2016
Investimentos Corporativos					
Geração	586.104	115,57%	677.370	762.395	1.092,34
Transmissão	1.726.514	61,38%	1.059.773	772.957	1.204,92
Distribuição	203.102	162,89%	330.838	467.296	861,15
Manutenção - Geração	735.096	47,76%	351.113	207.803	201,16
Manutenção - Transmissão	640.887	45,74%	293.152	273.508	315,62
Manutenção - Distribuição	56.431	359,36%	202.789	397.942	274,78
Outros*	433.690	97,23%	421.670	167.698	265,59
Subtotal	4.381.824	76,15%	3.336.705	3.049.599	4.215,50
Inversões Financeiras em SPEs					
Geração	1.489.884	79,57%	1.185.514	1.542.212	3.450,52
Transmissão	335.943	23,08%	77.546	621.801	1.044,92
Subtotal	1.825.827	69,18%	1.263.060	2.164.013	4.495,44
TOTAL GERAL	6.207.651	74,10%	4.599.765	5.213.612	8.710,99

* Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Face à interrupção das obras para redefinição dos preços e do plano de negócios, após a suspensão dos contratos decorrentes das delações da Operação Lava Jato na Usina Nuclear III, a aplicação de R\$ 415,0 milhões ficou acima do previsto.

Os principais investimentos realizados em parcerias foram destinados aos seguintes projetos: 37,2% na implantação da Usina Hidroelétrica (UHE) Belo Monte, num total de R\$ 0,47 bilhão; 10,9% na UHE Jirau no valor de R\$ 0,14 bilhão; 21,0% na UHE Santo Antônio no valor de R\$ 0,26 bilhão. Juntos, estes projetos representaram 69% dos investimentos realizados em parcerias, por meio de SPEs, em 2018.

No Programa de Universalização de Energia (Luz para Todos), executado pelas empresas distribuidoras de energia até então da Eletrobras, foram investidos R\$ 222,0 milhões, que representam 40,3% da meta prevista para o segmento no ano de 2018, de R\$ 522,2 milhões.

Em Distribuição, conforme antigo PDNG, a venda e transferência das empresas deveriam ocorrer em 31/12/2017 e as mudanças de controle até março de 2018, o que foi postergado pelas 169ª e 171ª Assembleias Gerais (AGE), ocasionando maior necessidade de orçamento.

No Sistema de Transmissão da Chesf foram aplicados R\$ 488,0 milhões em 2018, com um incremento de 63% sobre o ano anterior.

Por outro lado, também em Transmissão, houve não realização em reforços e melhorias com destaque para SPEs da Chesf, Furnas e Eletrosul e frustração de empreendimento LT Cruzeiro do Sul da Eletronorte em R\$ 157 milhões.

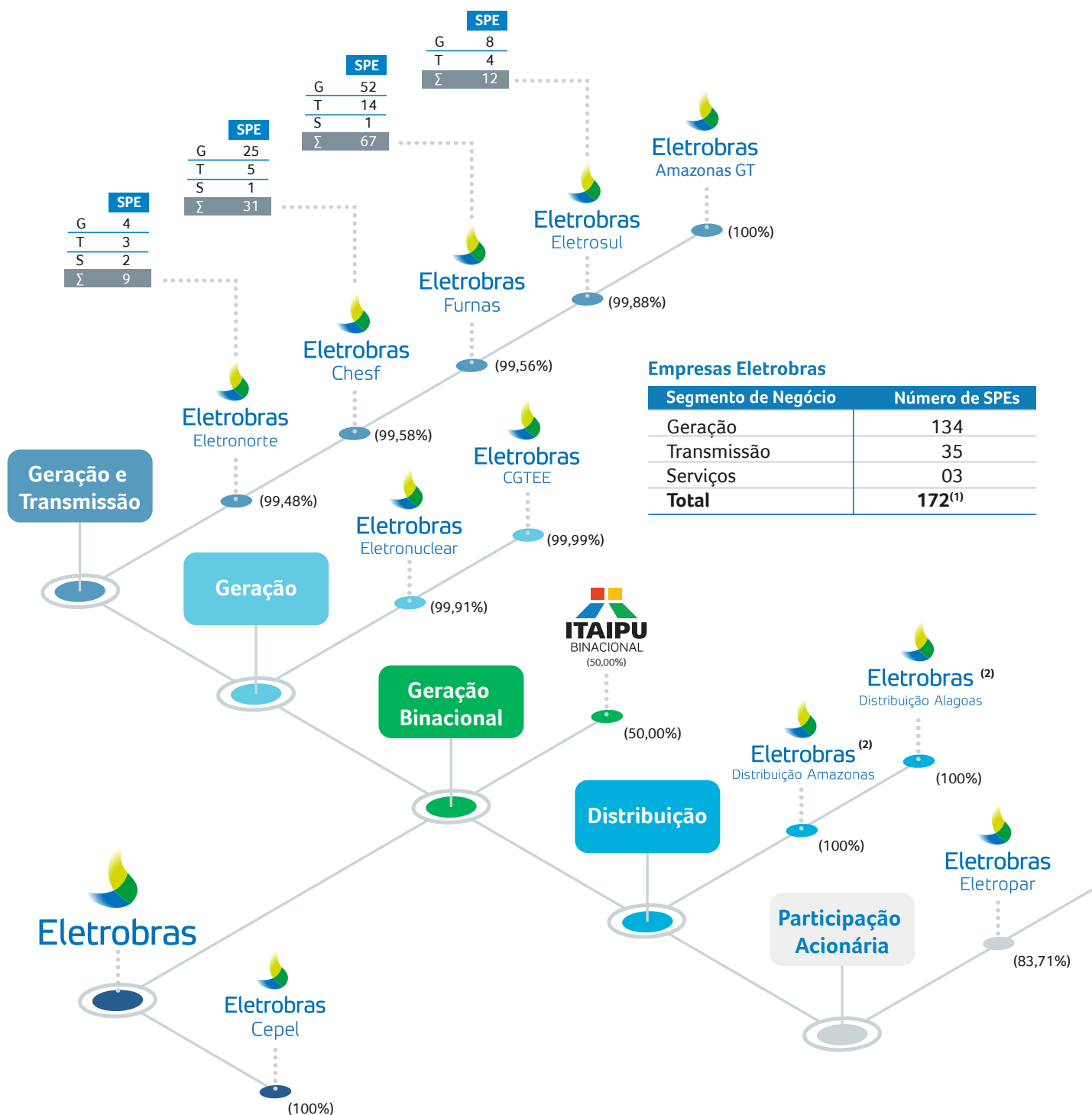
E finalmente, foram repassados R\$ 50,1 milhões referentes ao programa “Energia+”, para custear parte dos investimentos em empreendimentos de Adequação de Sistemas de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais, cuja realização total foi de 65,9% do orçamento aprovado num total de R\$ 166,1 milhões.

As realizações de 2018 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispendios Globais e Decreto nº 9.240/2018 e Lei nº 13.587/2017.

2.2. Estrutura Societária

O Sistema Eletrobras, em 31 de dezembro de 2018, através da *Holding* e de suas controladas operacionais, reunia participações acionárias em 172 SPEs no Brasil, sendo 134 de geração e 35 de transmissão, duas SPEs no exterior e em 29 empresas coligadas.

Sistema Eletrobras (Figura 1)



- O quantitativo de SPEs considera as participações diretas e indiretas da Eletrobras em cada SPE, desconsiderando as SPEs que estão em mais de uma Empresa Eletrobras, diferentemente dos quantitativos considerados nos quadros de cada empresa. Neste total, estão incluídas duas SPEs no exterior. Não foi considerada a INTESA, que teve o processo de venda concluído em 28/12/2018, a partir do Leilão nº 01/2018, e Costa Oeste e Marumbi, que foram transferidas da Eletrosul para a Copel, por meio de permuta.
- A Ceal e Amazonas já foram alienadas em leilões ocorridos em 2018. A transferência do controle acionário da Ceal ocorreu no dia 18 de março de 2019 e da Amazonas é esperada para ocorrer em 2019.

Desinvestimento

Coligadas

Em 2018, a Companhia vendeu cerca de 55,42% das ações ordinárias e 69,14% das ações preferenciais das suas participações acionárias na coligada Energisa Mato Grosso S.A., permitindo que a Eletrobras recebesse o valor de cerca de R\$ 276 milhões.

Leilão das Empresas Distribuidoras de Energia

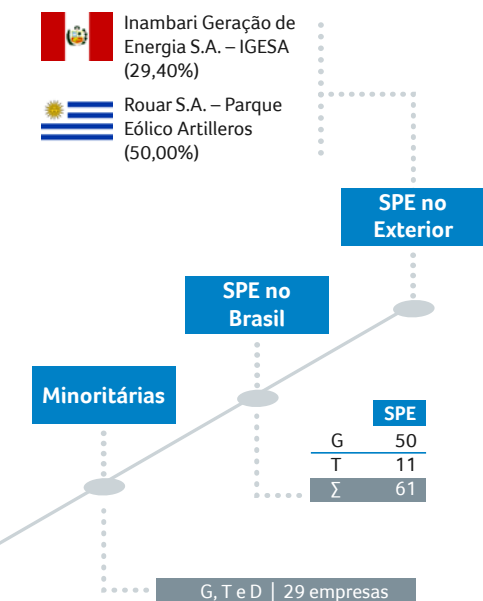
Conforme o antigo Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018-2022, as seis distribuidoras da Eletrobras: Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Boa Vista Energia S.A. (Boa Vista Energia) e Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre), Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Amazonas Energia) foram privatizadas por intermédio de leilões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As distribuidoras Cepisa, Ceron, Boa Vista Energia e Eletoacre já tiveram suas respectivas transferências de controle acionário assinadas em 2018 e foram consolidadas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, de forma proporcional. A transferência do controle da distribuidora Ceal foi realizada em 18 de março de 2019. Na distribuidora Amazonas Energia este fato deve ocorrer até o dia 15 de abril de 2019, conforme decisão da 174ª AGE.

Maiores informações sobre a venda das Distribuidoras podem ser encontradas no item 3.3. deste Relatório.

Leilão das SPEs

Em setembro de 2018, seguindo a disciplina financeira aprovada pelo PDNG 2018-2022 da Eletrobras, ocorreu a sessão pública do leilão de alienação das participações societárias da Eletrobras e de controladas em SPEs. No total, foram leiloadas 71 participações em 18 lotes, com os seguintes resultados:

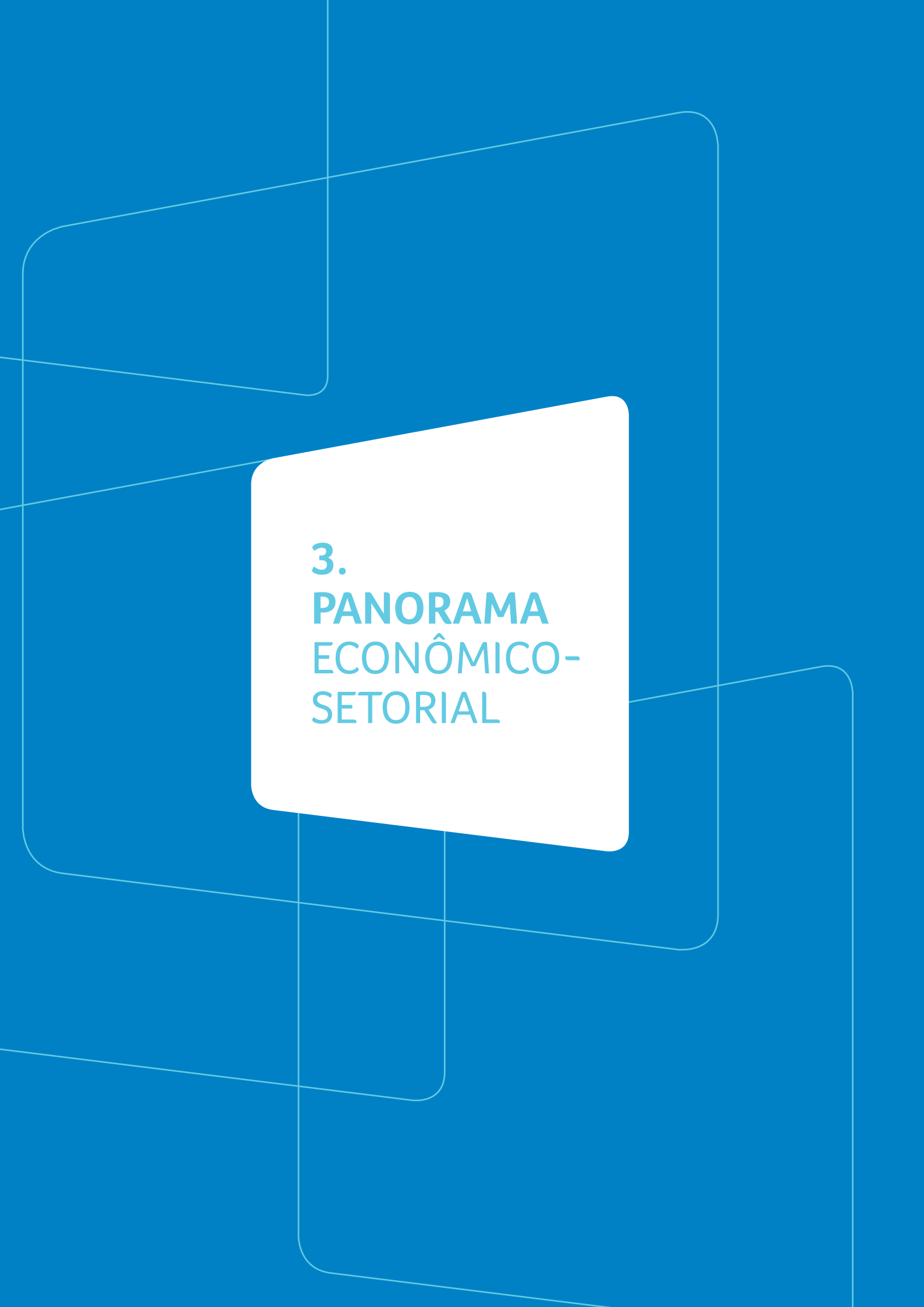
- » Lote C – O proponente Eólica Serra das Vacas Participações S.A., ofertou proposta de R\$ 66,7 milhões pela geração eólica no estado de Pernambuco, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote F – O proponente J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Risco LTDA., ofertou proposta de R\$ 171,3 milhões pela geração eólica no estado do Rio Grande do Norte, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote H – O proponente Brennand Energia S.A. ofertou proposta de R\$ 232,5 milhões pela geração eólica no estado da Bahia, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote I – O proponente Equatorial Energia S.A. ofertou proposta de R\$ 277,4 milhões pela Transmissão nos estados do Tocantins e de Goiás, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote J – O proponente Copel Geração e Transmissão S.A. ofertou proposta de R\$ 105 milhões pela Transmissão no estado do Paraná, representando ágio de 20,35% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.



- » Lote K – O proponente Alupar Investimento S.A. ofertou proposta de R\$ 109,5 milhões pela Transmissão no estado do Mato Grosso, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote L – O proponente Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa), ofertou proposta de R\$ 77,9 milhões pela Transmissão no estado do Mato Grosso, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote M – O proponente Alupar Investimento S.A. ofertou proposta de R\$ 78,3 milhões pela Transmissão no estado de Minas Gerais, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no edital.
- » Lote N – O proponente Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa) ofertou proposta de R\$ 39,8 milhões pela Transmissão nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no Edital.
- » Lote O – O proponente Consórcio Olympus VI, ofertou proposta de R\$ 94,8 milhões pela Transmissão no estado de Mato Grosso, representando ágio de 10% sobre o preço mínimo do lote indicado no Edital.
- » Lote P – O proponente Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa), ofertou proposta de R\$ 43 milhões pela Transmissão no estado de Minas Gerais, representando ágio de 0% sobre o preço mínimo do lote indicado no Edital.

Até o final de 2018, das 71 SPEs leiloadas, somente a alienação da participação de 49% da SPE Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA) foi concluída, tendo sido transferida para a Equatorial Energia S.A. Essa mudança representou uma diminuição de 340,55 km das linhas de transmissão proporcionais à participação da Eletrobras em SPEs (695 km se considerado o total alavancado com o projeto) e cerca de R\$ 309 milhões ingressaram no caixa da Companhia em 2018. As demais participações leiloadas serão transferidas em 2019, após autorizações regulatórias e prazo de direito de preferência dos acionistas.

Os 45 lotes que não receberam propostas no primeiro leilão devem ser colocados à venda pela Eletrobras em 2019. São os lotes referentes à geração eólica nos estados Rio Grande do Sul, Piauí e Rio Grande do Norte e os lotes Q e R referentes à transmissão de energia elétrica nos estados Goiás, Amapá e Pará.



3. PANORAMA ECONÔMICO- SETORIAL

O PIB de 2018 apresentou uma recuperação lenta com baixo resultado, sendo que a greve dos caminhoneiros foi um dos fatores que mais contribuiu para este baixo crescimento. No acumulado do ano houve crescimento de 1,1%, quando comparado com 2017.

Segundo a ótica da oferta, o resultado foi influenciado, sobretudo pelo setor de serviços, que cresceu 1,35% no acumulado do ano e a indústria, com crescimento de 0,93%, no acumulado até o terceiro trimestre. A agropecuária apresentou fraco desempenho, com queda de 0,34% no acumulado ao longo do ano. No âmbito da demanda, houve uma pequena volta do consumo interno das famílias face a uma ligeira recuperação do mercado de trabalho.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 3,75% em 2018 (contra 2,95% em 2017), permanecendo abaixo do piso da meta (4,5%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no regime de metas para a inflação. O IPCA foi pressionado em 2018, sobretudo pelo aumento dos preços dos planos de saúde, item com maior impacto da inflação do ano, com alta acumulada de 11,17%, de acordo com o IBGE.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 472.242 GWh até dezembro de 2018, com um aumento de 1,1% em comparação com 2017, seguindo a alta do PIB. O clima e ciclo de faturamento fizeram o consumo da classe residencial crescer 1,2% a.a. A classe comercial apresentou alta de 0,6% a.a. com crescimento em todas as regiões e o consumo industrial cresceu 1,3% a.a. Quanto às regiões geográficas, houve uma queda de 5,5% na Região Norte. As outras registraram alta em relação ao 2017: Nordeste, 1,4%; Sudeste/Centro-Oeste, 1,7% e o Sul, 1,7%.

Consumo de Energia – GWh (Tabela 2)

CLASSE	2018	2017	%
BRASIL	472.242	467.161	1,1
RESIDENCIAL	136.022	134.368	1,2
INDUSTRIAL	169.549	167.398	1,3
COMERCIAL	88.815	88.292	0,6
OUTROS	77.856	77.103	1,0

3.1. Geração

Eólica Cerro Chato e Usina de Marimbondo - Foto 4



Capacidade Instalada

Em 31/12/2018, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 49.801 MW em empreendimentos de geração, o que representa 30,5% dos 163.441,00 MW instalados no Brasil, dos quais 7.000 MW são representados por Itaipu e 1.990 MW pelas usinas nucleares. Excluindo-se esses ativos, a Eletrobras representa 25% da capacidade instalada do Brasil, dividida, de acordo com o regime de exploração e participação acionária, em seis grupos: (i) Usinas Corporativas; (ii) Usinas Corporativas Sob Regime de O&M (Lei no.12.783/2013); (iii) Usinas Corporativas Renovadas pela Lei no 13.182/2015; (iv) Usinas de Propriedade Compartilhada; (v) Sociedades de Propósito Específico (SPEs); e (vi) Sociedades de Propósito Específico sob regime de O&M (Lei no 12.783/2013).

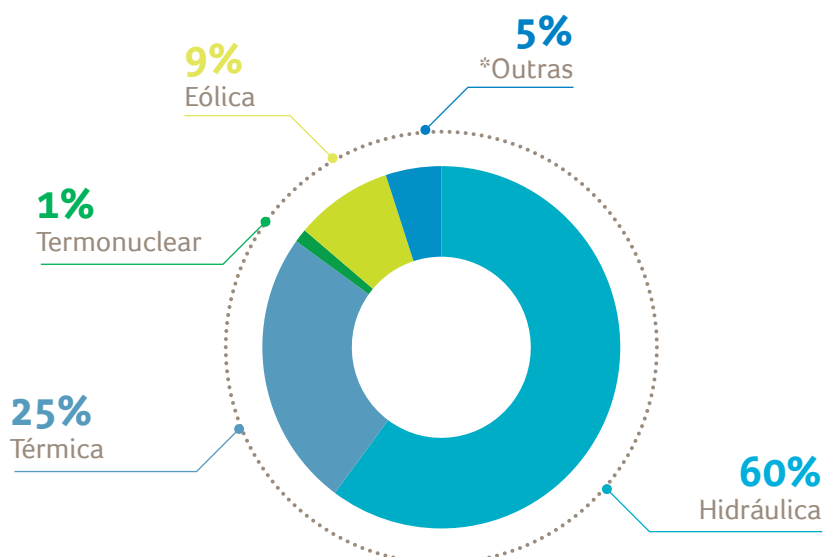
Usinas das Empresas Eletrobras em Operação no Brasil em 31/12/2018 - Mapa 1



Do total da capacidade, instalada no Brasil cerca de 60% correspondem à fonte por hidrelétricas, 25% por fontes térmicas, 9% por fontes eólicas, 1% por fonte nuclear e 5% por outras fontes entre fotovoltaicas, pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

Capacidade Instalada do Brasil por Fonte (MW) Gráfico 1

*Outras: Fotovoltaicas, PCH, CGH.



Capacidade Instalada por Empresa Eletrobras e por Fonte - Tabela 3

Regime de Operação	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado (1)
Usinas Corporativas												
Amazonas D	-	-	406	406	-	-	-	-	-	-	406	406
Amazonas GT	250	250	1.122	1.122	-	-	-	-	-	-	1.372	1.372
CGTEE	-	-	350	350	-	-	-	-	-	-	350	350
Chesf	817	817	-	-	-	-	61	61	-	-	878	878
Eletronorte	8.782	8.782	133	133	-	-	-	-	-	-	8.915	8.915
Eletronuclear	-	-	-	-	1.990	1.990	-	-	-	-	1.990	1.990
Eletrosul	159	159	-	-	-	-	138	138	1	1	298	298
Furnas	862	862	380	380	-	-	-	-	-	-	1.242	1.242
Subtotal	10.870	10.870	2.391	2.391	1.990	1.990	199	199	1	1	15.452	15.452
Usinas Corporativas sob Regime de O&M												
Chesf	8.395	8.395	-	-	-	-	-	-	-	-	8.395	8.395
Eletronorte	78	78	-	-	-	-	-	-	-	-	78	78
Furnas	4.617	4.617	-	-	-	-	-	-	-	-	4.617	4.617
Subtotal	13.090	13.090	-	-	-	-	-	-	-	-	13.090	13.090
Usinas Corporativas Renovadas pela Lei no 13.182/2015												
Chesf	1.050	1.050	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050	1.050
Furnas	2.082	2.082	-	-	-	-	-	-	-	-	2.082	2.082
Subtotal	3.132	3.132	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132	3.132
Propriedade Compartilhada												
Eletrosul	178	363	-	-	-	-	-	-	-	-	178	363
Furnas	765	1.485	-	-	-	-	-	-	-	-	765	1.485
Itaipu	7.000	14.000	-	-	-	-	-	-	-	-	7.000	14.000
Subtotal	7.943	15.848	-	-	-	-	-	-	-	-	7.943	15.848
Sociedade de Propósito Específico (SPE)												
Chesf	1.949	4.528	-	-	-	-	95	250	-	-	2.044	4.778
Eletrobras	1.135	2.522	-	-	-	-	872	1.354	-	-	2.007	3.876
Eletronorte	1.576	2.653	11	23	-	-	-	-	-	-	1.587	2.676
Eletrosul	1.200	2.785	-	-	-	-	20	25	-	-	1.220	2.810
Furnas	2.923	6.966	-	-	-	-	-	-	-	-	2.923	6.966
Subtotal	8.783	19.454	11	23	-	-	987	1.630	-	-	9.781	21.107
SPE em regime de O&M												
Furnas	403	808	-	-	-	-	-	-	-	-	403	808
Subtotal SPE	9.186	20.261	11	23	-	-	987	1.630	-	-	10.184	21.914
Total Geral	44.221	63.202	2.403	2.415	1.990	1.990	1.186	1.829	1	1	49.801	69.436

(1) A coluna "MW Alavancado" considera o total de capacidade instalada das usinas que contam com a participação da Eletrobras.

A capacidade instalada total dos empreendimentos que contam com a participação das Empresas Eletrobras totalizou, em 2018, 69.436 MW, e corresponde a 43% do Sistema Elétrico Brasileiro.

Capacidade Instalada por Fonte e Número de Usinas que Possuem Participação das Empresas Eletrobras - Tabela 4

Tipo	Hidráulica		Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado (1)	Usinas
Corporativos não renovados	10.870,45	13	2.391,31	105	1.990,00	2	199,10	8	0,93	1	15.451,79	129
Corporativos renovados pela Lei no 13.182/2015	3.132,30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,30	2
Corporativos sob regime de O&M	13.089,73	17	-	-	-	-	-	-	-	-	13.089,73	17
Propriedade Compartilhada	15.848,14	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15.848,14	4
SPE	19.453,55	11	23,28	1	-	-	1.629,74	62	-	-	21.106,57	74
SPE em Regime O&M	807,50	1	-	-	-	-	-	-	-	-	807,50	1
Total Geral	63.201,67	48	2.414,59	106	1.990,00	2	1.828,84	70	0,93	1	69.436,03	227

(1) A coluna "MW Alavancado" considera o total de capacidade instalada das usinas que contam com a participação da Eletrobras.

Agregação Física no Sistema

Destaca-se em 2018 a entrada em operação comercial do parque eólico Casa Nova III e das novas unidades geradoras das UHE Belo Monte e São Manoel, PCH Anta (Complexo Simplício) e da UTE Mauá III. Em contrapartida, foram desativadas as UTEs Rio Branco I, Rio Branco II, Rio Acre e Rio Madeira e a PCH Araras. Mesmo assim, houve um acréscimo na capacidade instalada do Sistema Eletrobras de 1.667 MW. Em 2019, estão previstas a conclusão das obras da usina Sinop e a plena operação da usina de Belo Monte, que se tornará a terceira maior hidrelétrica do mundo com capacidade instalada total de 11.233 MW.

Agregação Física por Empresa (Tabela 5)

Empresa	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPE (c)	SPE sob Regime de O&M (d)	Agregação Física 2018	Total (a+b+c+d)
Eletrobras Holding	-	-	2.007	-	824	2.007
Eletronorte	8.915	78	1.587	-	195	10.580
Chesf	1.929	8.395	2.044	-	209	12.367
Furnas	4.089	4.617	2.923	403	152	12.032
Eletronuclear	1.990	-	-	-	-	1.990
Eletrosul	476	-	1.220	-	-	1.696
CGTEE	350	-	-	-	- 63	350
Itaipu Binacional	7.000	-	-	-	-	7.000
Amazonas GT	1.372	-	-	-	351	1.372
Empresas Distribuidoras (Amazonas D)	406	-	-	-	-	406
Total	26.527	13.090	9.781	403	1.667	49.801

A Companhia vem expandindo, nos três últimos anos, uma média de 1.470 MW por ano, em termos de capacidade instalada, especialmente via SPEs.

Agregação Física por Tipo de Empreendimento (Tabela 6)

Tipo de Empreendimento	2018	2017	2016
Corporativos, incluindo sob regime O&M (a)	39.617	39.796	40.122
SPE (b)	10.184	8.338	6.734
Total (a+b)	49.801	48.134	46.856
Agregação Física	1.667	1.278	1.465

(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.

Energia Gerada e Vendida

As Empresas Eletrobras geraram, em 2018, o total de 184.081 GWh, com um aumento de 1,1% em relação a 2017, seguindo o mesmo crescimento do consumo do setor de energia elétrica do país. A variação positiva mais significativa foi na Amazonas GT, devido a entrada em operação de uma unidade geradora a gás e uma unidade geradora a vapor da UTE Mauá 3. A variação relevante na Eletrobras se justifica apenas pela transferência de SPEs que, em 2017, eram das controladas, para a própria *Holding*, visando o posterior desinvestimento, sem efeito significativo no consolidado.

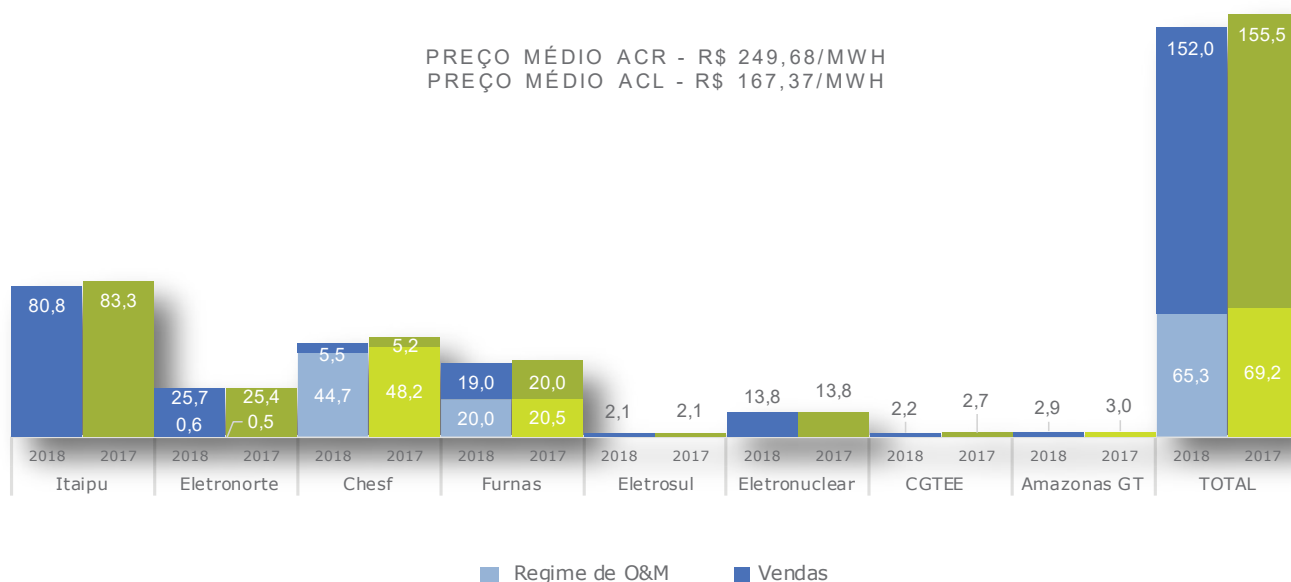
Em contrapartida, a variação negativa observada na empresa CGTEE, tanto na energia gerada quanto na energia vendida, deve-se à baixa performance da usina Candiota III, apresentada ao longo do ano. Está em curso um procedimento de reforma da usina “overhaul” com previsão de conclusão no segundo trimestre de 2019.

Energia Gerada (GWH) - Tabela 7

Empresas Eletrobras	2018	2017	Crescimento
Eletrobras	5.403,10	4.362,51	23,9%
Itaipu Binacional	48.292,80	48.193,68	0,2%
Eletronorte	37.874,73	35.792,22	5,8%
Chesf	23.173,08	24.354,25	-4,8%
Furnas	37.132,03	38.870,43	-4,5%
Eletronuclear	15.674,65	15.741,21	-0,4%
Eletrosul	8.730,89	8.583,78	1,7%
CGTEE	1.489,64	1.589,47	-6,3%
Amazonas GT	4.667,36	3.089,39	51,1%
Amazonas D	1.642,60	1.570,74	4,6%
Total Eletrobras	184.080,88	182.147,67	
Total Crescimento (%)			1,1%

Energia Vendida Geradoras (TWh) - Gráfico 2

PREÇO MÉDIO ACR - R\$ 249,68/MWH
PREÇO MÉDIO ACL - R\$ 167,37/MWH



Disponibilidade Operacional

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

Fator de Disponibilidade por Fonte Primária – Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu - Tabela 8

Fonte de Energia Primária	Em %		
	2018	2017	2016
Carvão	68,10	49,77	52,02
Eólica	98,81	96,85	98,13
Gás	85,38	73,5	84,82
Hídrica	96,70	94,93	94,18
Óleo	99,35	56,12	76,18
Solar	99,27	98,88	99,22
Urânio	90,36	91,96	90,00

Fator de Disponibilidade por Fonte Primária – SPEs - Tabela 9

Fonte de Energia Primária	Em %		
	2018	2017	2016
Eólica	96,48	95,84	96,07
Hídrica	97,11	96,77	94,07

Com relação à Disponibilidade Média de Geração (%) por Empresas Eletrobras, esses valores foram obtidos através da média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.

Disponibilidade Operacional na Geração (%) – Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional. – Tabela 10

Empresas Eletrobras	Em %		
	2018	2017	2016
Amazonas Energia ⁽¹⁾	95,97	70,87	81,23
CGTEE	68,10	49,77	52,02
Chesf	97,78	97,54	84,44
Eletronorte	96,72	88,22	-
Eletronuclear	90,36	91,96	90,00
Eletrosul	96,89	94,03	92,91
Furnas	94,52	96,64	91,89
Itaipu	97,16	97,10	96,3

O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\frac{\sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2018 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Fator de Disponibilidade})}{\sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2018 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras})}$;

(1) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia é calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas.

Eficiência Técnica em Geração

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório – Tabela 11

Fonte de Energia Primária	Em %		
	2018	2017	2016
Carvão	37,00	30,49	28,10
Gás Natural ⁽¹⁾	37,81	35,86	36,00
Óleo ⁽¹⁾	-	40,89	39,57
Urânio	35,60	35,26	35,66

O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\frac{\sum(\text{Energia Gerada 2018 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Eficiência})}{\sum(\text{Energia Gerada 2018 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras})}$ e os valores apresentados referem-se às usinas próprias das Empresas Eletrobras.

1. Não foi considerada a UTE Mauá 3 (Amazonas GT) nos cálculos em função do comissionamento do ciclo combinado. Além disso, as UTEs Flores e Iranduba operam por determinação de portaria do MME e por isso, também não foram consideradas no cálculo.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Apenas os estudos de viabilidade somavam, em 2018, cerca de 18.870 MW de capacidade instalada de geração.

Comercialização de Itaipu

A Lei nº. 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2018, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 67.286 GWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3,7 bilhões. A potência contratada refere-se à parte da potência mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia acima da vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 13.553 GWh. O Decreto nº 8401/2015 atribuiu, os riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu, às concessionárias de distribuição na proporção do montante de energia elétrica alocado a cada concessionária na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Dessa forma, a Conta de Comercialização de Itaipu, administrada pela Eletrobras, a partir de janeiro de 2015, passou a liquidar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), somente valores referentes a encargos, excedente financeiro, recontabilizações, rateio da inadimplência, ações, liminares e outros ajustes financeiros. A partir da liquidação de fevereiro de 2015, a CCEE, em cumprimento à Resolução Aneel 649/2015, isentou a Eletrobras dos valores referentes ao risco hidrológico da UHE Itaipu.

3.2. Transmissão

Linha de Transmissão - Foto 5



Em 31 de dezembro de 2018, a malha de linhas de transmissão (LT) das Empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 71.068 km.

O mapa a seguir apresenta as principais linhas de transmissão do sistema elétrico brasileiro, existentes até 2018, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras e com a participação destas em parceria.

Mapa da Localização das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil - Mapa 2



Linhas de Transmissão em 2018 - Tabela 12

Empresas Eletrobras	Em km				Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	SPE – Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)		
Amazonas GT	390	-	-	390	-	390
Chesf	1.621	18.965	1.461	22.047	2.685	23.270
Eletrobras	-	-	1.026	1.026	2.331	2.331
Eletronorte	1.735	9.277	1.694	12.706	3.458	14.470
Eletrosul	1.564	9.513	1.046	12.123	1.294	12.371
Furnas	1.609	18.805	2.362	22.776	5.161	25.575
Total Eletrobras	6.919	56.560	7.589	71.068	14.929	78.408

(c) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

(d) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão dos empreendimentos em parceria.

Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem participação, através de SPE.

Subestações – Capacidade de Transformação (MVA) -Tabela 13

Empresas Eletrobras	Em MVA - 2018					
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	SPE – Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Amazonas GT	1.365	-	-	1.365	-	1.365
Chesf	9.936	49.093	8.742	67.771	13.782	72.811
Eletrobras	672	-	2.106	2.778	4.930	5.602
Eletronorte	12.019	20.741	1.923	34.683	3.925	36.685
Eletrosul	4.340	23.143	1.171	28.654	2.201	29.684
Furnas	14.697	96.532	8.302	119.531	17.839	129.068
Total Eletrobras	43.029	189.509	22.244	254.782	42.677	275.215

(c) Refere-se a participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

(d) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão dos empreendimentos em parceria.

Eficiência do Serviço de Transmissão

Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão das Empresas Eletrobras representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

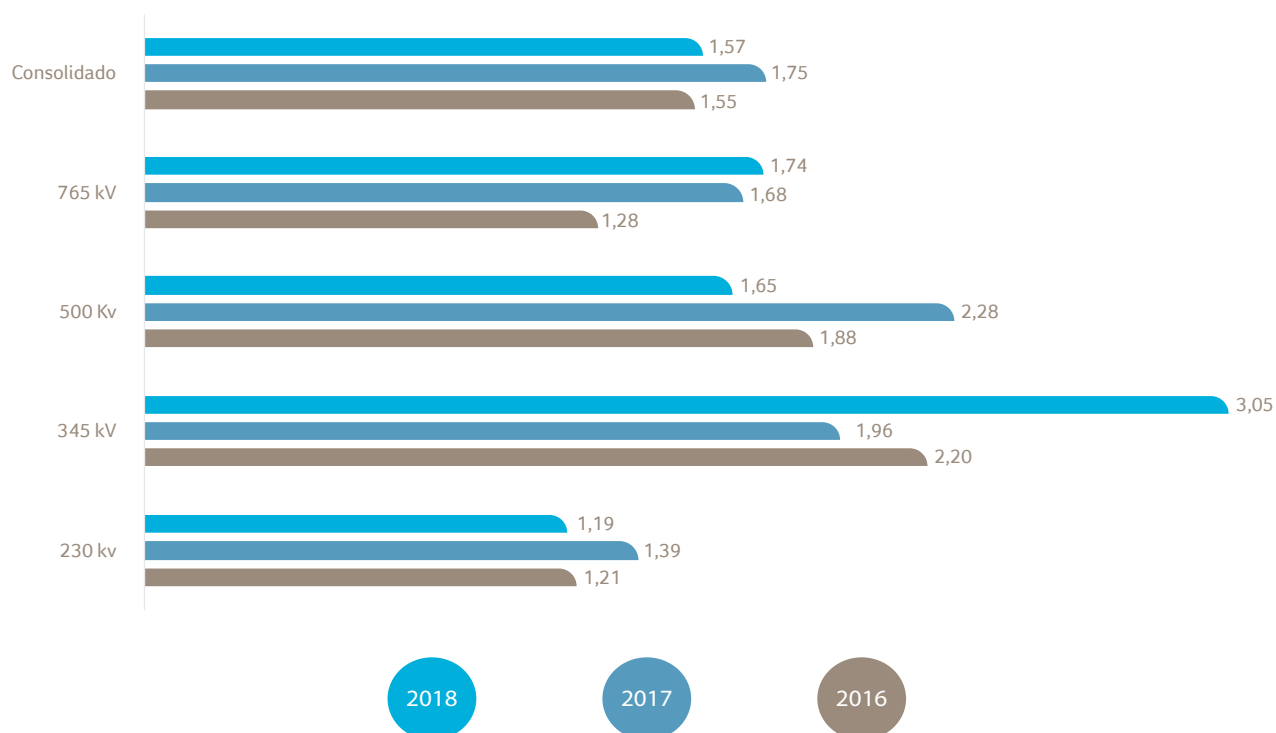
Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão - Tabela 14

Empresas Eletrobras	Em %		
	2016	2017	2018
Amazonas GT	n/d	99,97	99,91
Chesf	99,92	99,78	99,64
Eletronorte	99,93	99,87	99,08
Eletrosul	99,69	99,82	99,86
Furnas	99,21	99,19	99,22
Total	99,69	99,81	99,46

Desligamentos por 100 km de linha de Transmissão das linhas de transmissão corporativas.

O indicador informa o número de desligamentos por cada 100km de LT e complementa a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação.

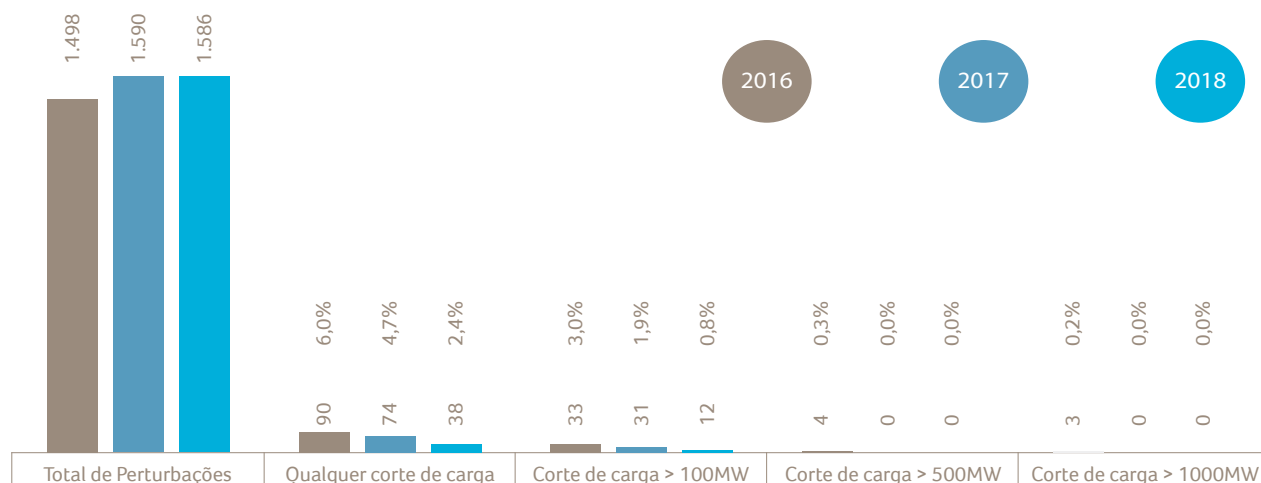
Indicador de Desligamentos - Gráfico 3



Perturbações Rede de Transmissão

Em 2018, o número total de perturbações na rede básica de transmissão das Empresas Eletrobras manteve-se no mesmo nível de 2017, mas com uma redução de praticamente 50% no número de perturbações com corte de carga, e não houve ocorrências com corte de carga superior a 500 MW. As principais causas de perturbações, em 2018, foram equipamentos e acessórios, fenômenos naturais (descargas atmosféricas) e os relacionados à proteção.

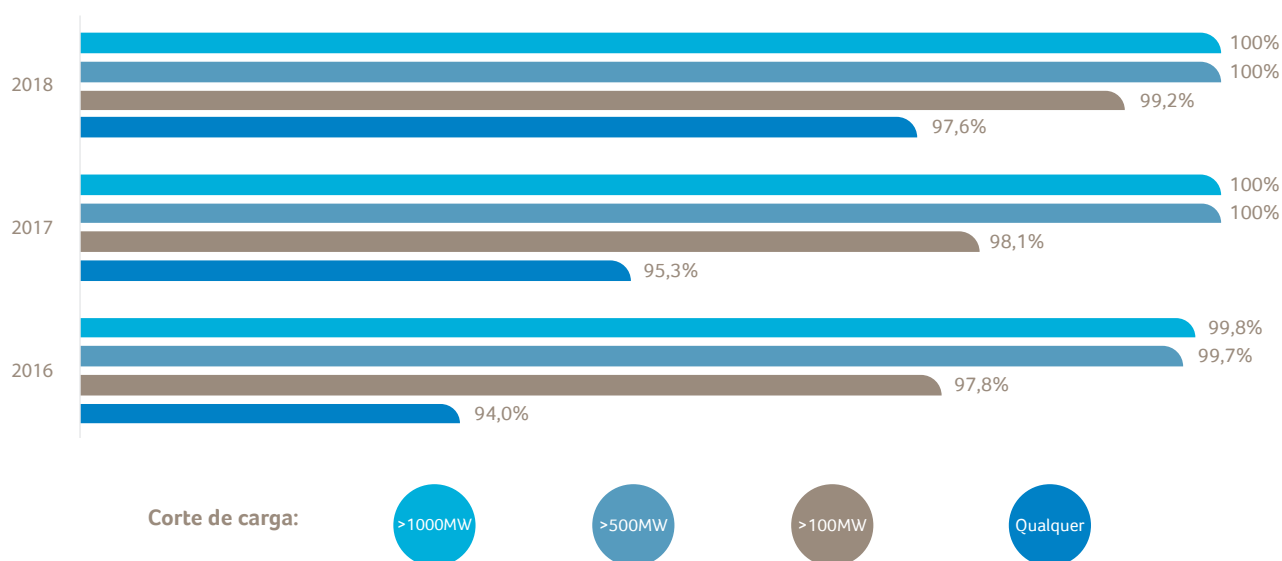
Perturbações e Cortes de Carga na Rede Básica de Transmissão da Eletrobras - Gráfico 4



Índice de Robustez

O Índice de Robustez avalia a capacidade da rede básica em suportar contingências sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem melhorando o seu desempenho nos últimos anos, tendo em vista o menor número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2018.

Índice de Robustez do Sistema Eletrobras - Gráfico 5



Perdas na Transmissão

Observa-se redução nas perdas técnicas ao longo dos últimos três anos, devido à política de despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS) e à evolução da topologia da rede conforme planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Índice de Perdas Técnica na Transmissão de Energia por Empresa - Tabela 15

Empresas Eletrobras	Em %		
	2018	2017	2016
Amazonas GT	0,10	0,17	n/d
Chesf	1,98	2,44	2,70
Eletronorte	0,96	1,10	1,09
Eletrosul	1,34	1,37	1,42
Furnas	1,96	2,00	2,31
Total	1,62	1,78	2,02

Agregação em Transmissão

Destaca-se em 2018, o acréscimo total de 189 km de linhas de transmissão (LT) em parceria, resultado de ações iniciadas em anos anteriores. As mais importantes LTs concluídas foram:

- » LT 230 kV Mascarenhas/Linhares CS, com 99 km de extensão (Região Sudeste);
- » LT 230 kV Foz de Chapecó/Pinhalzinho C1, com 36 km de extensão (Região Sul);
- » SE Jaboatão II com 300 MVA (Região Nordeste); e
- » LT 500 kV Brasília Leste/Luziânia C1 e C2, com 134 km de extensão (Região Centro-Oeste).

Total de Energização de Transmissão - Tabela 16

Empresas Eletrobras	Em km				
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs – Participação Eletrobras (c)	Total de Agregação Física Eletrobras* (a+b+c)	Agregação Física Alavancada**
Amazonas GT	-	-	-	-	-
Chesf	-	22	-	22	22
Eletronorte	-	-	-	-	-
Eletrosul	-	-	18	18	36
Furnas	97	-	52	149	231
Total	97	22	70	189	289

*Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

** Total de linha da SPE considerando a parte do parceiro.

Extensão das Linhas de Transmissão - Tabela 17

Empresas Eletrobras	Extensão das Linhas de Transmissão (km) >=230kV	
	Em 2018	Acréscimo em 2018 (km)
Amazonas GT	390	-
Chesf	21.329	22
Eletrobras	1.026	-
Eletronorte	12.049	-
Eletrosul	10.135	18
Furnas	19.904	149
Total	64.833	189

Acréscimo de Capacidade de Transformação (MVA) - Tabela 18

Empresas Eletrobras	Nº SE Novas	Acréscimo de MVA em 2018					Total de SE até 2018
		Capacidade de Transformação (MVA) (a)	SPEs – Participação Eletrobras (MVA) (b)*	Total (MVA) (a+b)	Alavancado SPEs – Total (MVA) (c) **	Alavancado pela Eletrobras (a+c)	
Amazonas GT	-	-	-	-	-	-	6
Eletronorte	-	603	-	603	-	603	68
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	11
Chesf	1	2.419	-	2.419	-	2.419	135
Furnas	2	550	491	1.041	1.260	1.810	90
Eletrosul	2	755	572	1.327	1.122	1.877	45
Total	5	4.327	1.064	5.391	2.382	6.709	355

* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento

** Total de MVA da SPE considerando a parte do parceiro.

Expansão Estratégica em Transmissão

A Eletrobras vem expandindo, nos três últimos anos, uma média de 1.146 km por ano, em linhas de transmissão, especialmente via SPEs. Em 2018, no entanto, pela diretriz de disciplina financeira estabelecida no PDNG da Companhia, os investimentos foram direcionados para a conclusão de obras já contratadas e energização de linhas de transmissão de seu portfólio, além de iniciativas de vendas de SPEs, conforme já abordado. Não houve expansão por meio novos leilões. Apesar disso, a Eletrobras continua a ser o player mais relevante no setor de transmissão, mantendo sua liderança.

Desagregação - em 2018, houve a venda, pela Eletronorte, das instalações com nível de tensão inferior a 230kv, no sistema Amapá, à Companhia de Eletricidade do Amapá CEA, num total de 505 km de LT corporativas. Além disso, até o final de 2018, somente a alienação da participação de 49% da SPE Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA) representou uma diminuição de 340,55 km de linhas de transmissão para a Eletrobras, quando considerada a participação acionária na SPE.

As LTs Costa Oeste, com 74,24 km de LT, e Marumbi Transmissora de Energia S.A., com 5,8 km de LT, foram transferidas da Eletrosul para a Copel, por meio de permuta.

Linhas de Transmissão – 2016 a 2018 - Tabela 19

Tipo de Empreendimento	2018	2017	2016
Corporativo	63.478	63.833	63.572
SPE (a)	7.589	7.851	6.629
Total	71.068	71.684	70.201
Agregação/Desagregação Física (km)	-616	1.483	1.766

(a) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs;

Obs: Venda de participações acionárias em SPEs pela Holding e corporativas por parte da Eletronorte à Companhia de Eletricidade do Amapá CEA causaram diminuição no comprimento total de LTs.

As Empresas Eletrobras possuem instalações em todo o território nacional, em diversos níveis de tensão, capacidade instalada e importância

sistêmica. Tais instalações foram implantadas ao longo das últimas cinco décadas, estando, portanto, em estágios tecnológicos distintos, dado o momento em que foram construídas e/ou modernizadas. Ao longo da última década, avanços tecnológicos importantes possibilitaram novas formas de operar as instalações, utilizando-se da tecnologia de supervisão e comando remotos (teleassistência).

A previsão é de que a implantação da teleassistência seja feita de forma gradual, o que permite preservar a excelência da operação das instalações, garantindo elevados índices de desempenho. Em 2018, foram teleassistidas 13 instalações das Empresas Eletrobras.

3.3. Distribuição

Mapa do Brasil - Figura 2



Em 2018, a Eletrobras concluiu os leilões de privatização das seis distribuidoras localizadas no norte e nordeste do País, sendo que Cepisa, Ceron, Eletroacre, Boa Vista tiveram os contratos de transferência do controle acionário assinados em 2018. Na Ceal, isso ocorreu em 18 de março de 2019 e para a Amazonas Energia a previsão é abril de 2019.

Distribuidoras Privatizadas - Tabela 20

Distribuidora	Desconsolidação	Comprador	Valor pago à Eletrobras (R\$)
Cepisa	A partir de setembro/2018	Equatorial Energia S.A	45.521,52
Ceron	A partir de dezembro/2018	Energisa S.A	45.500,74
Eletroacre	A partir de dezembro/2018	Energisa S.A	45.500,01
Boa Vista Energia	A partir de dezembro/2018	Consórcio Oliveira Energia	45.503,52
Amazonas Energia	Esperado para 2019	Consórcio Oliveira Energia	45.500,97
Ceal	18/03/2019	Equatorial Energia S.A	45.522,26

Considerando que os contratos de compra e venda de ações da Ceal e da Amazonas Distribuidora não foram assinados até 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos destas empresas foram classificados como mantidos para venda conforme a Nota Explicativa nº 46.

Como as distribuidoras representavam a totalidade das operações do segmento de distribuição, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas.

3.4. Operações no Exterior

Mapa-múndi - Figura 3



A Eletrobras é o agente responsável pela importação de energia da República Oriental do Uruguai. Em 2018, comercializou no mercado brasileiro mais de 870 GWh de energia da estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE). Também em 2018, obteve a autorização para importar energia elétrica do Uruguai e da Argentina no período de 2019 a 2022.

Nesse período, foram mantidas as tratativas entre a Eletrobras e a estatal argentina Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima (EBISA), atualmente Integración Energética Argentina S.A. (leasa), objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Participação da Eletrobras na América do Sul - Mapa 3



Com relação ao potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia destaca-se, em 2018, o início do Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional em parte da Bacia do rio Madeira pela empresa WorleyParsons Engenharia Ltda. O estudo foi contratado conjuntamente pela Eletrobras, a Empresa Nacional de Electricidad (ENDE) e Banco de Desarrollo de América Latina (CAF) a partir de processo licitatório internacional realizado no ano anterior.

Ainda em relação à Bolívia destaca-se, em 2018, a assinatura da Cooperação Técnica entre a Eletrobras, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a ENDE que permitiu a realização de processo licitatório internacional para a contratação de Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e BID. A assinatura do contrato com a empresa vencedora ocorreu em março de 2019.

A Eletrobras manteve sua parceria estratégica com a estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), com o objetivo de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, destacam-se novamente os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que visa a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Como consequência da apresentação dos resultados destes estudos às principais autoridades ligadas ao setor elétrico desses países, em 2018, foram iniciados estudos individuais (bilaterais) de integração elétrica visando avançar com o estudo global do projeto.

Em dezembro de 2018, a Eletrobras tinha uma carteira com oito projetos internacionais na América do Sul, dos quais cerca de 4,7 GW de geração e 900 km de transmissão.

É importante destacar que a Companhia exerce o papel de agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (BRACIER) que congrega cerca de 40 empresas do setor elétrico brasileiro. Sua participação ativa na gestão do BRACIER proporcionou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia atua ainda junto a World Energy Council (WEC), apoiando o desenvolvimento dos estudos relativos aos cenários energéticos globais e buscando promover “um sistema de energia elétrica estável, acessível e ambientalmente sustentável”.

Interligações Fronteiriças

Brasil – Argentina

- » Estação Conversora de Frequência de Uruguiana (Brasil), com capacidade de 50 MW, e uma linha de transmissão em 132 kV, que interliga a conversora a Paso de los Libres (Argentina).

Brasil – Paraguai

- » Quatro linhas de transmissão em 500 kV que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita (Paraguai) e à subestação Foz do Iguaçu (Brasil).

Brasil – Uruguai

- » Estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 kV, que interliga a conversora à subestação Livramento (Brasil);
- » Conexão entre a SE Presidente Médici (Brasil) e a SE San Carlos (Uruguai), com capacidade de 500MW.

Brasil – Venezuela

- » Linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista (RR) à cidade de Santa Elena (Venezuela).

3.5. Panorama Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro

Geração

- » O principal evento regulatório de 2018 foi o encerramento da Audiência Pública 16/2017, cujo objeto era a obtenção de subsídios para o aprimoramento da regulamentação da revisão periódica das Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O resultado desse processo foi a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 818/2018, que viabilizou a incorporação às receitas de geração das usinas cotistas de uma parcela cuja finalidade é viabilizar a realização de melhorias nesses ativos (GAG Melhoria), o que resultou no aumento do patamar de receitas referente a tais usinas, conforme Nota Explicativa no 37.
- » A Consulta Pública ANEEL nº 04/2018, que propôs a intensificação no sinal locacional das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), recebeu diversas contribuições de Agentes e Associações. Em fevereiro de 2019 foi aberta 2ª Etapa desta consulta, somente para o aprimoramento da Receita Anual Permitida (RAP) prospectiva utilizada no cálculo das TUST para as centrais de geração.
- » A proposta de modificação da Resolução Normativa ANEEL nº 63/2004, que trata de penalidades a concessionários, foi objeto da Audiência Pública nº 77/2011. O assunto é visto com atenção pelo setor, na medida em que a minuta divulgada, dentre outros aspectos, contempla a majoração de penalidades, com o acréscimo dos valores de multas, a aplicação de multas mesmo para infrações de baixa ofensividade e o aumento de circunstâncias agravantes.
- » A ANEEL abriu a Audiência Pública nº 36/2018, cujo objeto era a obtenção de subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de alteração da Resolução Normativa – REN nº 684/2015, referente aos termos de repactuação de risco hidrológico do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) já celebrados. Foram recebidas contribuições quanto ao tema, mas não houve ainda a publicação de resultado.
- » A venda da Amazonas Energia foi considerada concluída pela ANEEL no Despacho nº 1.885/2018, com o atendimento, pelas empresas Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (Amazonas GT) e Amazonas Distribuição de Energia S.A., da exigência de envio dos documentos citados no artigo 3º, § 2º da Resolução Autorizativa nº 4.244, de 16 de julho de 2013. No dia 20 de março de 2019, a transferência de controle acionário da Amazonas Distribuidora de Energia S.A (Amazonas Energia) para Consórcio Oliveira Energia – ATEM, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Transmissão

» A Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2018-2019 (01/07/2018 a 30/06/2019). Além da correção pela inflação, o aumento das RAPs se deu por conta da entrada em operação de reforços e melhorias autorizados. Em 31/12/2018, a RAP corporativa das Empresas Eletrobras foi de aproximadamente R\$ 10.765 milhões, conforme tabela a seguir, representando uma agregação de cerca de R\$103 milhões em relação a 2017.

Resumo – Consolidação da RAP 2018 - Tabela 21

Empresa	Em R\$		
	Lei 12.783 (O&M)	Fora da Lei 12.783	RAP Corporativa
Chesf	2.723.166.386,63	243.359.050,15	2.966.525.436,78
Eletronorte	1.446.507.740,70	493.557.870,16	1.940.065.610,86
Eletrosul	969.106.053,29	329.926.611,92	1.299.032.665,21
Furnas	4.285.516.361,23	225.429.429,15	4.510.945.790,38
Amazonas GT	-	48.503.012,06	48.503.012,06
Total	9.424.296.541,85	1.340.775.973,44	10.765.072.515,29

» Em 2018, ocorreram os Leilões nº 002/2018 e nº 004/2018, nos quais as Empresas Eletrobras não participaram. Não houve mudanças na metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) dos leilões previsto no Procedimento de Regulação Tarifária (Proret). No entanto, o WACC de cada lote em cada leilão varia de acordo com as premissas consideradas, conforme estabelecido na metodologia. No Leilão nº 002/2018, o Custo Real de Capital de Terceiros, fator que compõe um dos parâmetros do WACC, foi reduzido de 8,07% para 7,13% ao ano. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) manteve a proporção de itens financiáveis em 80%. Logo, a proporção de capital próprio mínima de cada lote foi de 20%. No Leilão nº 004/2018, o Custo Real de Capital de Terceiros foi reduzido para 6,94% ao ano. O IPCA, considerado, também foi reduzido para 4,10% ao ano e a TJLP para 6,56% ao ano.

Para aumentar a atratividade dos leilões de transmissão, a ANEEL publicou três novas resoluções:

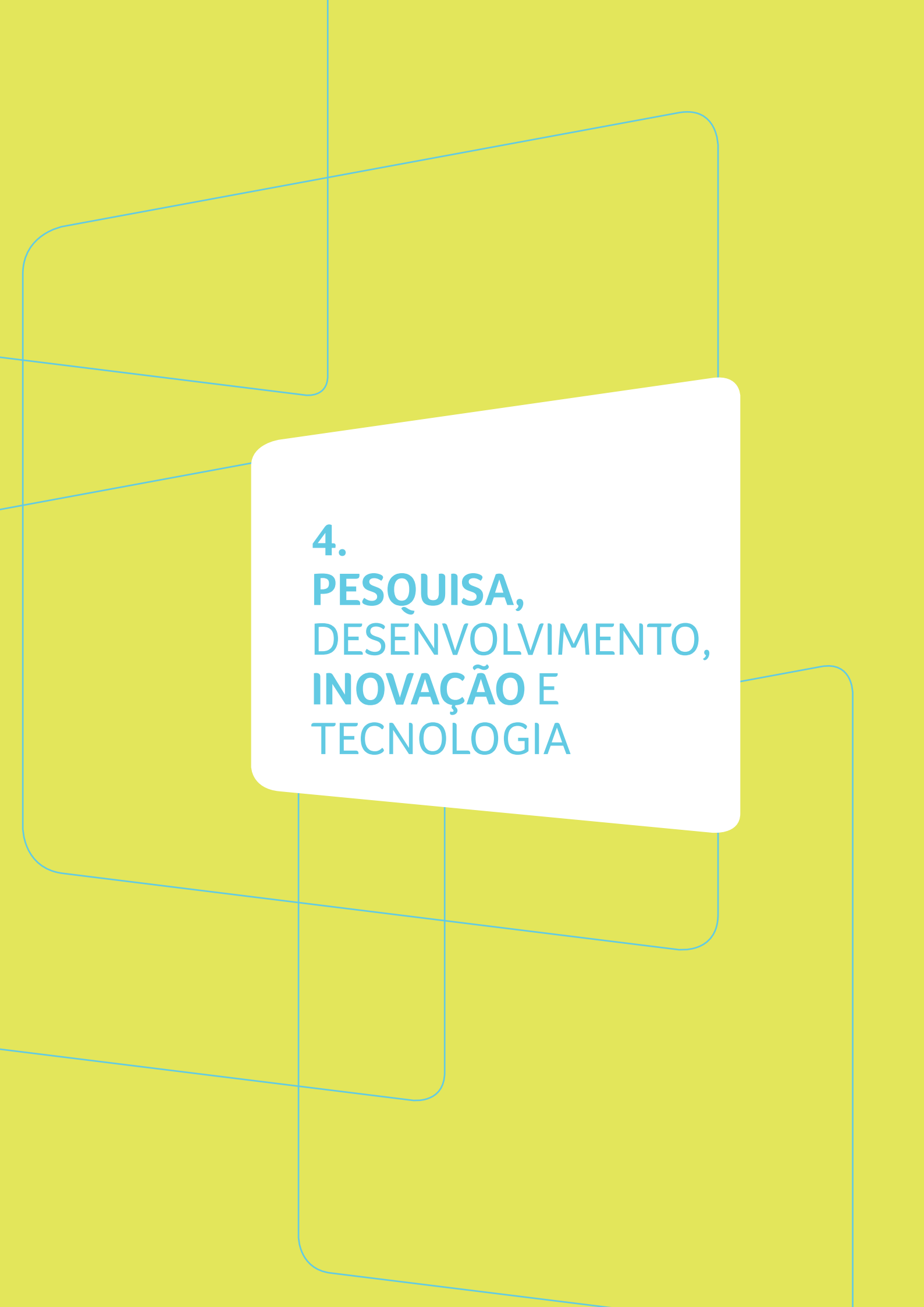
- » Resolução ANEEL Normativa nº 816/2018: critérios e procedimentos a serem utilizados no processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas (RAPs), em especial a relativa às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Outras Receitas;
- » Resolução ANEEL Normativa nº 831/2018: metodologia de cálculo de preço teto das RAPs dos leilões de concessão de transmissão; e
- » Resolução ANEEL Normativa nº 841/2018: critérios para entrada em operação de Funções Transmissão sob responsabilidade de Transmissoras a serem integradas ao Sistema Interligado Nacional.
- » Através da Portaria MME nº 113/2018, a Eletrobras foi autorizada a

importar, até 31 de dezembro de 2018, de forma excepcional e temporária, energia elétrica da República Argentina por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e da Conversora de Frequência de Uruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada. A Portaria MME nº 476/2018, autorizou a continuar a importação de energia elétrica da República Argentina e da República Oriental do Uruguai, de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022.

- » A Portaria MME nº 466/2018, declarou a caducidade da concessão outorgada à Eletrosul, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2015-ANEEL, tendo por consequência a extinção da concessão referente ao Lote A do Leilão nº 4/2014-ANEEL, e multa referente à garantia de fiel cumprimento do contrato de R\$ 163,8 milhões, dos quais R\$ 46 milhões foram provisionados nas demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2018 da Eletrosul.

Merecem destaques ainda as seguintes Audiências Públicas da ANEEL, que tiveram participação da Eletrobras:

- » Audiência Pública nº 31/2018: Definição da metodologia para atualização do Banco de Preços a ser utilizado nos processos do segmento de transmissão;
- » Consulta Pública nº 15/2017: Metodologia e atualização da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC) para os segmentos de distribuição, transmissão e geração;
- » Continuidade da Audiência Pública nº 41/2017: Revisão Tarifária das concessões prorrogadas. Entretanto, devido à complexidade do assunto, a Agência decidiu por encerrar a 2ª fase e emitiu a Resolução Homologatória nº 2.408, acima citada, que definiu provisoriamente a revisão da RAP das transmissoras, tendo sido a revisão tarifária definitiva postergada para 2019, porém com efeitos retroativos a 2018.



4. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

4.1. Cepel e Investimentos em P&D+I



Laboratório do Cepel - Foto 6

Criado em 1974, por iniciativa da Eletrobras, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) vem contribuindo para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) em equipamentos e sistemas elétricos, de forma a atender às características singulares do setor elétrico brasileiro.

Ao longo de 2018, a infraestrutura do Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo (Lab UAT Externo) – um dos mais importantes investimentos da história recente do Centro, cujas instalações permitem ensaios até classes de tensão de ± 1000 kV CC e 1200 kV CA – comportou ensaios para projetos de pesquisa experimental, com destaque para representação fiel de um trecho da linha de transmissão, um bipolo ± 800 kV CC, do sistema Belo Monte.

O laboratório foi utilizado também para ensaios dielétricos em caminhões com cestas para acomodação de técnicos operadores em manutenção em linha viva (energizada). O resultado, complementado com os ensaios do Laboratório de Alta Tensão, instalado no Centro do Rio de Janeiro, comprovou o bom desempenho dos equipamentos e sua adequação para garantir a segurança dos trabalhadores em atividades de manutenção de linhas de transmissão energizadas. O Brasil é um dos poucos países do mundo a realizar esta manutenção, minimizando as interrupções no fornecimento de energia.

As instalações laboratoriais do Cepel foram a base para o desenvolvimento, no Brasil, dos procedimentos de manutenção em linha viva para os sistemas de 500 e 800 kV em corrente alternada, a partir da década de 1980.

As Empresas Eletrobras, no atendimento de sua obrigação estatutária para suporte e desenvolvimento do Cepel aportaram R\$ 196 milhões em 2018 e o total investido foi complementado por faturamento próprio através de contratos de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, serviços tecnológicos prestados, licenciamento de programas e realização de ensaios, bem como o aporte de outros Associados Especiais, atingindo o montante de R\$ 214,1 milhões.

Aporte de Recursos no Cepel - Tabela 22

Investimentos com Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e Pesquisa Experimental	R\$ (mil)		
	2018	2017	Variação (%)
Automação de Sistemas	27.031	28.176	-4,1%
Otimização Energética e Meio Ambiente	30.150	38.798	-22,3%
Linhas e Estações	38.300	38.236	0,2%
Redes Elétricas	24.011	23.560	1,9%
Tecnologias da Distribuição	13.706	14.572	-5,9%
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	25.286	26.407	-4,2%
Pesquisa Experimental	55.247	53.264	3,7%
Total	214.094	223.014	-4,0%

Projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras

A Comissão de Política Tecnológica (CPT), é responsável pela gestão da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) de todo o sistema. O órgão colegiado é composto por representantes das Empresas Eletrobras, sob a coordenação da *Holding*. Reestruturada ao final de 2017, as principais atribuições da CPT são definir suas políticas, diretrizes e objetivos estratégicos. O órgão é formado por uma Secretaria Executiva e coordenada pelo Diretor Geral do Cepel, responsável pelo suporte técnico e administrativo à Comissão. Conta também com seis grupos temáticos de implementação e acompanhamento: Geração e Comercialização (GTG), Transmissão (GTT), Distribuição (GTD), Eficiência Energética (GTE), Laboratórios (GTL) e Inovação Corporativa (GTI).

A *Holding* também coordena o Grupo Temático Inovação Corporativa (GTI), responsável por elaborar o Prêmio Empresas Eletrobras de Inovação, que terá sua primeira edição em 2020. O prêmio visa “fomentar a cultura de inovação nas Empresas Eletrobras, por meio da valorização do esforço inovador de seus empregados”. Em 2018, foram definidas as suas diretrizes gerais. Serão edições bianuais utilizando como conceito: “solução implementada de forma inédita na empresa, que implique em efetivo ganho de qualidade e/ou tempo e/ou custo, agregando valor ao negócio”.

4.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Os projetos de melhoria enfatizam a agregação de valor, a partir de uma reflexão de gerentes e técnicos, com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir os desperdícios e otimizar os processos.

Ao longo de 2018 destacam-se entre os processos:

- » Métricas e desempenho da Auditoria Interna – sistematização da avaliação do desempenho dos processos da Auditoria Interna e definição de dez indicadores relacionados aos atributos de qualidade e tempo;
- » Empréstimo Compulsório – revisão da base e criação de estruturas exclusivas na *Holding* para acompanhamento do assunto, eliminação de etapas físicas e retrabalho, redefinição do fluxo de atividades e otimização do uso dos recursos de TI disponíveis;
- » Plano Anual de Aplicação de Recursos do Procel – definição de padrões e prazos para o processo, critérios de classificação e priorização de projetos, definição dos papéis e responsabilidades, e de treinamentos da equipe;
- » Estudos para acompanhamento da execução dos projetos e investimentos de geração e transmissão, tanto na Companhia quanto nas SPes; e

- » A qualidade da entrada das manifestações na Ouvidoria da Eletrobras, processos de suprimento, pagamento de encargos de transmissão, monitoramento e resultados da remuneração variável anual dos administradores são ações que tiveram melhorias em seus processos em parceria com as áreas de negócios.

4.3. Governança de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (PDTIC) é um instrumento de planejamento das ações necessárias de Tecnologia da Informação (TIC) para apoiar as necessidades estratégicas corporativas, com foco nas iniciativas relacionadas à Segurança da Informação e Conformidade; à implantação do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas Empresas Eletrobras (ProERP) e ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

Os principais fatos relevantes, em 2018, coordenados pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicação das Empresas Eletrobras (Cotise) e as ações coletivas de Tecnologia da Informação e Telecomunicação foram:

- » A entrada em produção da primeira fase do SAP Instância Única, contemplou as Empresas Eletrobras *Holding*, Cepel, Eletropar e Furnas. De 2015 a 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 88 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação da Instância Única. O SAP faz parte do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas Empresas Eletrobras (ProERP) que será um sistema único de gestão para facilitar a operacionalização do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e dar maior agilidade na tomada de decisões empresariais pela concentração e padronização das informações em uma base de dados única; e
- » O CSC foi implantado em julho de 2018, e no final do ano já reunia 86% do quadro de pessoal previsto inicialmente, ou seja, 1.724 profissionais do total de 2.011. Em 2019, a Eletrobras iniciará as ações de otimização do CSC com foco em 03 grandes blocos de ações consideradas imprescindíveis para a redução de custos globais: implantação do ProERP; terceirização de serviços de infraestrutura e serviços gerais e ainda a melhoria do modelo de gestão de demandas. Com a implantação do ProERP será possível avançar na padronização das atividades do CSC, bem como iniciar o processo de centralização de atividades, além do compartilhamento entre as unidades Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Com o CSC, a Companhia espera atingir os seguintes objetivos:

- a) Maior capacidade de otimização no uso e alocação de recursos internos e de coordenação de políticas e boas práticas dentro de todo o Sistema Eletrobras;
- b) Padronização dos processos de suporte de todas as empresas controladas, aumentando o monitoramento sobre os níveis de conformidade interna;
- c) Aumento da transparência e visibilidade das operações, pela disponibilidade de dados sobre a evolução dos negócios e desempenho operacional;
- d) Redução dos custos operacionais (PMSO) pela captura de sinergias na execução de processos de suporte, sem prejuízo da remuneração regulatória; e
- e) Sistematização da gestão de riscos em todo o Grupo Eletrobras.

Em 2018, o PDTIC desenvolveu, ainda ações para melhorar a segurança da Informação, e configuração da rede lógica (cabeadas/wifi), videoconferência e construção do datacenter do novo escritório central do Rio de Janeiro, no edifício Mário Bhering.

The background is a solid green color. Overlaid on this are several white, rounded rectangular shapes of varying sizes and orientations. Some are solid white, while others are defined by thin white outlines. These shapes are arranged in a way that they appear to be layered or connected, creating a modern, minimalist aesthetic. The central focus is a white rounded rectangle containing the text.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, a Eletrobras quer se colocar em 2030 entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão

Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Valores

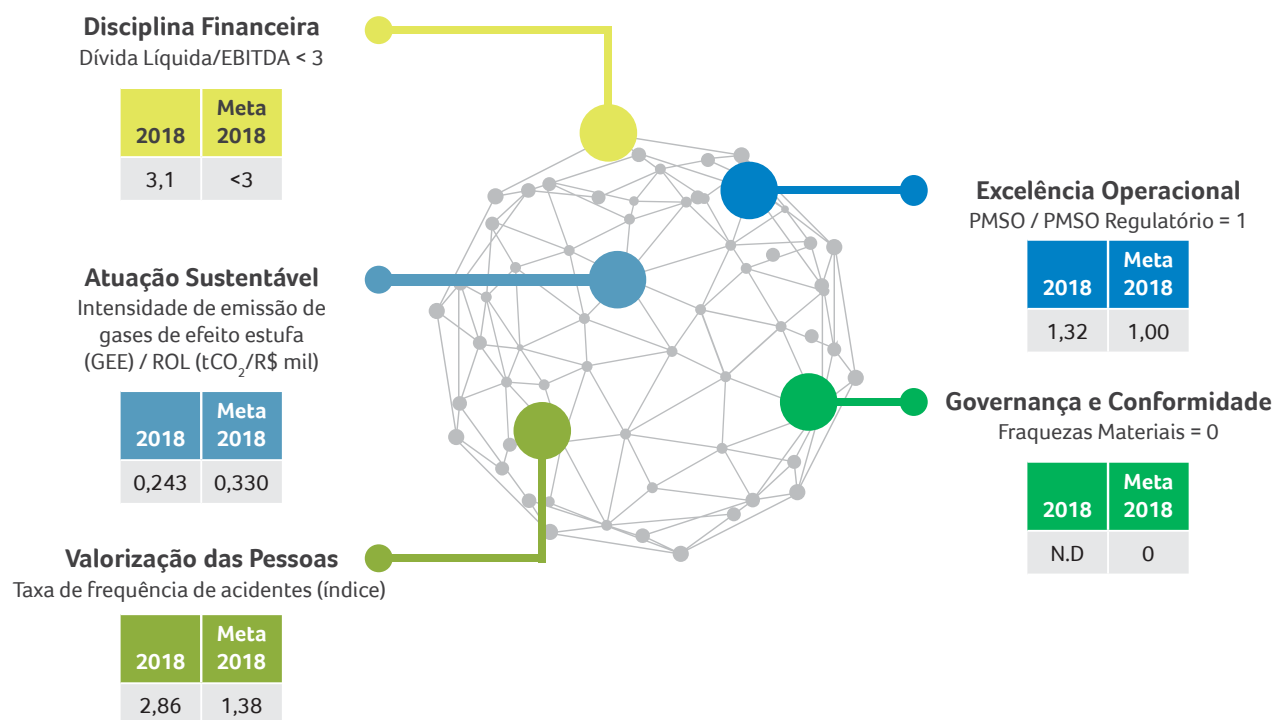
- Foco em resultados;
- Ética e transparência;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Sustentabilidade.

Ancorada no conjunto de valores acima, a Companhia está presente nos principais projetos estruturantes do país, participando ativamente da expansão do sistema elétrico brasileiro com papel fundamental na construção do Sistema Interligado Nacional, exercendo assim os objetivos de sua criação.

Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2019 a 2023 (PDNG 2019-2023), sendo um desdobramento do Plano Estratégico 2015-2030 e resultado de um processo contínuo de atualização baseado no PDNG 2018-2022. As principais iniciativas foram divulgadas ao mercado por meio do Fato Relevante datado de 27/12/2018. O processo contou com uma evolução significativa no nível de acompanhamento e diligência por parte dos órgãos de governança da Companhia.

Na figura a seguir, constam os resultados alcançados no ano de 2018 dos principais desafios das Diretrizes Estratégicas reunidos no Desafio 22 – Excelência Sustentável:

Resultados de 2018 para cada Diretriz Estratégica - Figura 4



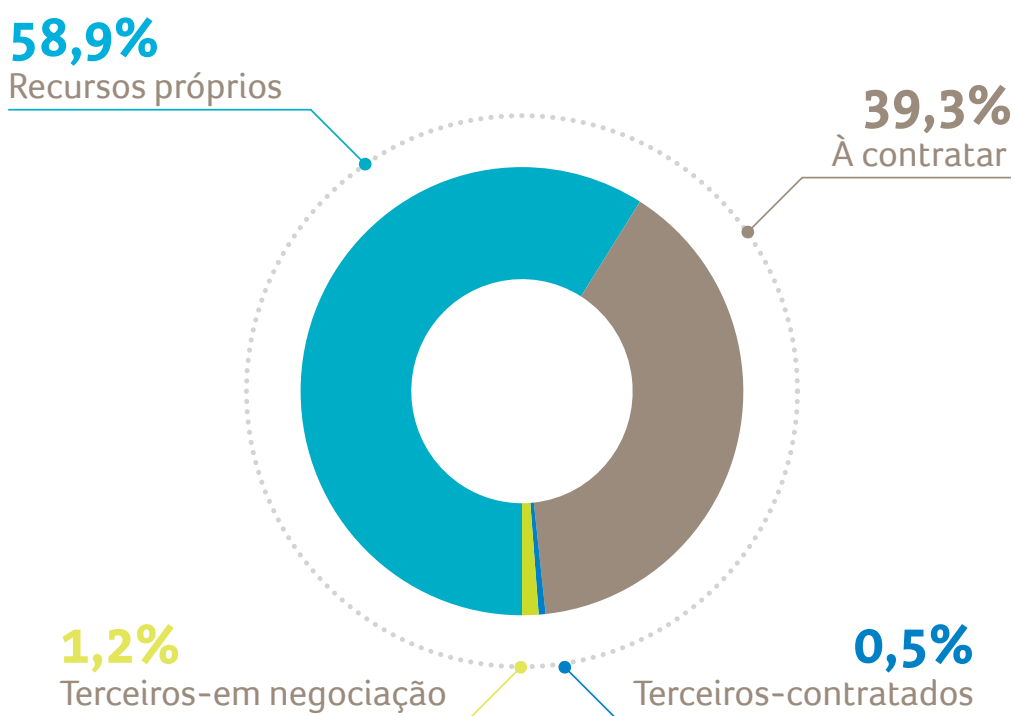
Abaixo, contam as diretrizes estratégicas para o PDNG 2019-2023:

- Através do **Crescimento Rentável**, a Eletrobras busca crescer de forma sustentável, garantindo a rentabilidade e o valor da companhia.
- Com a **Atuação Sustentável**, visa ser uma empresa de geração e transmissão de energia social, ambiental e financeiramente responsável, com o compromisso de apoiar de forma contínua o Pacto Global da ONU.
- Pela **Excelência Operacional**, batalhará pela melhoria contínua na gestão dos processos, projetos e dos sistemas de apoio às decisões dos administradores em toda a cadeia de valor.
- Através do **Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial**, procura fortalecer os controles internos e a governança corporativa, assegurando a integridade empresarial.
- Com a **Valorização das Pessoas**, pretende desenvolver e fortalecer as competências técnicas e tecnológicas, de modo a valorizar os empregados e fomentar a cultura de resultados.

Investimento para o Quinquênio do PDNG 2019-2023 - Tabela 23

		2019	2020	2021	2022	2023	2019-2023 (R\$ mil)	
Corporativo	Total	4.681.898,95	5.356.840,23	6.291.658,52	5.925.994,63	5.989.731,79	28.246.124,12	
	Geração	Total Geração	2.164.247,43	2.930.750,92	3.963.032,72	3.948.991,82	3.975.573,41	16.982.596,30
		Manutenção	269.925,60	252.455,65	193.641,83	101.804,91	222.987,09	1.040.815,09
		Construção	976.807,89	1.889.082,05	2.957.997,32	3.200.803,39	3.138.260,34	12.162.951,00
		Ampliação	917.513,93	789.213,22	811.393,57	646.383,52	614.325,98	3.778.830,21
	Transmissão	Total Transmissão	2.146.411,05	2.070.356,13	1.989.549,90	1.643.824,08	1.702.225,98	9.552.367,13
		Ampliação	351.219,45	283.493,08	290.757,65	261.358,32	108.755,73	1.295.584,23
		Reforços e melhorias	1.047.891,82	932.712,20	751.609,22	518.082,12	625.942,55	3.876.237,90
		Construção	12.000,00	-	30.848,40	32.050,35	6.145,65	81.044,40
	Manutenção	735.299,78	854.150,85	916.334,63	832.333,29	961.382,04	4.299.500,61	
	Infraestrutura e outros	Total Infraestrutura e outros	371.240,47	355.733,18	339.075,91	333.178,73	311.932,40	1.711.160,69
		Ampliação	-	-	-	-	-	-
		Construção	-	-	-	-	-	-
		Manutenção	371.240,47	355.733,18	339.075,91	333.178,73	311.932,40	1.711.160,69
SPE	Total	993.254,87	390.362,53	101.580,00	237.375,00	207.175,00	1.929.747,40	
	Total Geração	623.863,87	55.839,53	61.580,00	67.375,00	94.325,00	902.983,40	
	Total Transmissão	369.391,00	334.523,00	40.000,00	170.000,00	112.850,00	1.026.764,00	
Total de investimentos Eletrobras		5.675.153,81	5.747.202,76	6.393.238,52	6.163.369,63	6.196.906,79	30.175.871,52	

Fonte de Recursos 2019-2023 - Gráfico 6



The background is a solid blue color. Overlaid on this are several white, rounded rectangular shapes of varying sizes and orientations. Some are solid white, while others are defined by thin white outlines. These shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some appearing to be in front of others. The overall aesthetic is modern and minimalist.

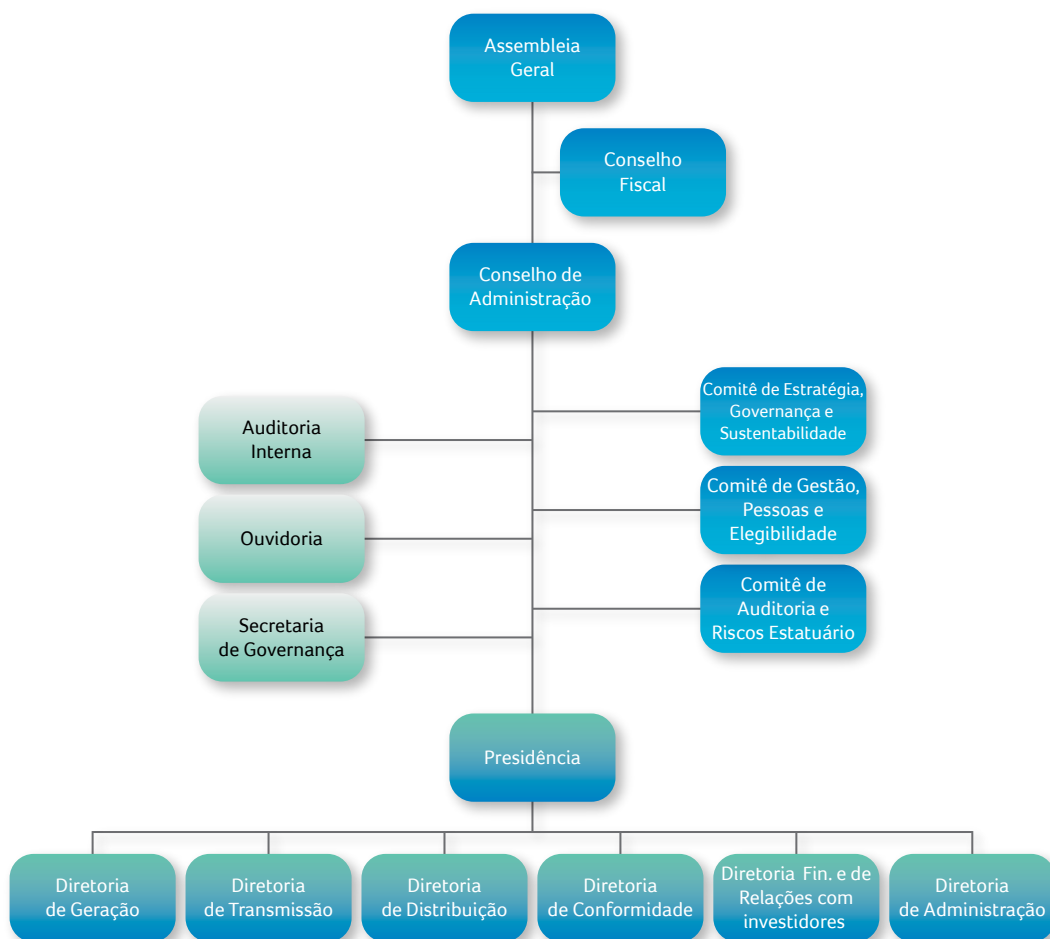
6. **GOVERNANÇA** **CORPORATIVA**

Ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa são os princípios que norteiam as nossas práticas de governança corporativa.

Os requisitos e funções dos órgãos de governança estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da observância aos ambientes legal, regulatório e voluntário.

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração (CA), Comitês de assessoramento do conselho: Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade (CGPE), Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS), Secretaria de Governança (CAAS), Conselho Fiscal (CF) e Diretoria Executiva (DE).

Modelo de Governança Corporativa da Eletrobras – Figura 5



A Eletrobras desenvolve e atualiza, continuamente, instrumentos para o fortalecimento da governança corporativa, por meio de normativos que estabelecem diretrizes para atuação, seleção, indicação, avaliação e capacitação dos membros dos órgãos de governança. Em 2018, merecem destaque: a nova Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários, aprovada pelo Conselho de Administração em 14/12/2018; a revisão da Política de Indicações na *Holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras, aprovada em 29/01/2018; além da divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa. Todos os documentos estão disponíveis na área de Governança Corporativa no *website*.

Adicionalmente, foram envidados esforços no sentido da sistematização das políticas e normas da Companhia. Passo significativo, neste sentido, foi tomado, como evento subsequente em fevereiro de 2019, com a aprovação pelo Conselho de Administração da Política Matriz das Políticas e Regulamentos do Sistema Eletrobras.

Documentos de Governança Corporativa da Eletrobras, em 2018 - Figura 6



Os administradores, conselheiros fiscais e membros dos comitês seguem os requisitos e vedações impostas pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto nº 8.945/2016 e pela Política de Indicações na *Holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras, sem prejuízo do que a este respeito dispõe a legislação vigente e o Estatuto Social da Companhia. O Manual dos Conselheiros de Administração Representantes das Empresas Eletrobras, informa, entre outros, os deveres e responsabilidades dos conselheiros, observando sempre as atribuições que lhe são conferidas em lei, no Estatuto Social, no Regimento Interno do Conselho, quando houver, e nas demais normas internas da companhia.

Em 2018 foram eleitos 15 conselheiros independentes nas Empresas Eletrobras, sendo seis na *Holding*. A seleção contou com o apoio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse, segundo o qual é vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos do art. 156 da Lei nº 6.404/1976. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

Para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, o Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária. Nestes casos, poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292/1996, quanto ao recebimento de remuneração.

Os diretores devem apresentar a Declaração Confidencial de Informação (DCI) à Comissão de Ética Pública, na qual são listados os bens dos diretores e presidente, bem como devem ser informadas situações ou participações acionárias que possam se configurar como conflito de interesse e descrever as medidas tomadas pelos Diretores e Presidente para mitigar tais situações.

Desempenho, Avaliação e Treinamento da Administração

Desde 2013, é realizada uma avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Em 2018, uma consultoria externa analisou todas as Empresas Eletrobras, abarcando também os Comitês do Conselho de Administração da *Holding*, os Diretores e Conselheiros do Cepel, e ainda os Conselheiros indicados pelas Empresas Eletrobras em SPEs. Os processos de avaliação de desempenho abrangeram 327 pessoas.

Nesse processo, também foi efetuada pela primeira vez uma avaliação do Conselho de Administração por consultor externo (PwC). Os procedimentos de avaliação incluíram entrevista estruturada, autoavaliação e avaliação personalizada para Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente, além de avaliação qualitativa de agentes externos. Os critérios de avaliação contemplam três pilares: competências, resultados e atribuições do órgão.

Em 2018, a avaliação demonstrou avanços significativos nas práticas da Eletrobras, mas também oportunidades importantes de melhorias futuras. Três pilares merecem destaque: Competências, Resultados e Atribuições. No pilar de Competências, o CA obteve conceito superior ao esperado, demonstrando não apenas a qualidade do Colegiado, mas também a importância do elevado percentual de membros independentes. No pilar Resultados, o CA também superou as expectativas, tendo em vista a superação de parte significativa dos objetivos estratégicos do Programa Eletrobras 5 Dimensões. Por fim, no pilar de Atribuições, o CA obteve conceito “dentro do esperado”, demonstrando oportunidades de melhoria sobretudo nos campos de gestão de pessoas, estrutura de capital e estratégia.

A Eletrobras entende que o diagnóstico acima seja peça relevante para o processo de aprimoramento das práticas de governança da Companhia, e compartilha da visão dos avaliadores de que haja espaço para melhorias significativas nos próximos anos.

A área de Governança Corporativa também mantém dentro do seu Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras, conteúdo relativo a Ética e Integridade.

Em 2018, foram realizados quatro *workshops* nas bases Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis, para abordar Legislação Societária e de Mercado de Capitais, Divulgação de informações, Controle Interno, Código de Conduta e Lei nº 12.846/2013. Foi organizado, ainda, um *workshop* de Melhores Práticas realizado pelos Diretores e Conselheiros, promovendo integração e troca de experiências, com uma palestra sobre “Ética e Integridade” ministrada por especialista do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

6.1. Assembleias Gerais de Acionistas

Em 2018, foram realizadas 01 (uma) Assembleia Geral Ordinária e 04 (quatro) Assembleias Gerais Extraordinárias. As quatro AGEs trataram da venda das seis distribuidoras da Eletrobras e da venda da participação acionária da Eletrobras nas SPE's Santa Vitória do Palmar Holding S.A., SPE Eólica Hermenegildo I S.A., SPE Eólica Hermenegildo II S.A., SPE Eólica Hermenegildo III S.A., SPE Eólica Chuí IX S.A. e SPE Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Atas no *website* www.eletrobras.com.br). Em todas as assembleias, a Companhia disponibilizou aos seus acionistas a possibilidade de votar através do boletim de voto à distância, mesmo quando não obrigatório, o que propiciou o atingimento de quóruns relevantes, entre 79% e 88%.

6.2. Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento



O Conselho de Administração (CA) atuou com todos os seus membros em 2018, de acordo com as competências previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno. Os conselheiros atendem os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.404/1976, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016, Estatuto Social da Companhia e Política de Indicações das Empresas Eletrobras. Atendem também a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto n.º 6.029/2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), bem como consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das Empresas Eletrobras.

O representante dos empregados é eleito, conforme Lei nº 12.353/2010 e Portaria nº 026/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ("MPOG"), para um prazo de gestão de dois anos, a contar da data da AGO, uma vez que o prazo de gestão dos membros do CA é unificado. A nova eleição para conselheiros dos empregados ocorreu em 2019.

Membros do Conselho de Administração – Tabela 24

Conselheiro de Administração	Mandato ⁽³⁾	Participação nas reuniões %
Wilson Ferreira Jr.	28.04.17 a 26.04.19	100
José Guimarães Monforte	28.04.17 a 26.04.19	100
Edvaldo Luís Risso	28.04.17 a 26.04.19	94
Ariosto Antunes Culau	28.04.17 a 26.04.19	91
Vicente Falconi Campos	28.04.17 a 26.04.19	85
Esteves Pedro Colnago Júnior ⁽¹⁾	28.04.17 a 10.04.18	88
José Pais Rangel	28.04.17 a 26.04.19	100
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	23.03.18 a 26.04.19	100
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	28.04.17 a 26.04.19	88
Elvira Baracuh Cavalcanti Presta ⁽²⁾	27.04.18 a 26.04.19	95
Walter Baère de Araújo Filho	25.05.18 a 26.04.19	89
Manoel Arlindo Zaroni Torres	27.04.18 a 26.04.19	95

(1) Carta de renúncia recebida pela Eletrobras em 10.04.18.

(2) No dia 12 de março de 2019, a Sra. Elvira Baracuh Cavalcanti Presta, tomou posse como Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras. Em decorrência da posse no novo cargo, a Sra. Elvira deixa de ser membro do Conselho de Administração – CA e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE da Eletrobras.

(3) O prazo do mandato se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros conforme artigo 26 do Estatuto Social da Eletrobras.

Para melhoria de sua governança, o Conselho de Administração contou ainda em 2018 com três comitês para assessorá-lo na análise, acompanhamento e recomendação sobre questões específicas de cada área: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade e Comitê de Auditoria e Riscos, sendo os dois últimos previstos no Estatuto Social. Em 2018 todos os comitês foram compostos 100% por conselheiros de administração.

Comitês de Assessoramento e Principais Assuntos Tratados - Tabela 25

Comitês	Data da Criação	Membros em 2018	Participação nas Reuniões em 2018 %	Principais Assuntos Abordados em 2018
Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS)	26.05.17	José Guimarães Monforte Coordenador	92	» Acompanhamento periódico do projeto ProERP e CSC, monitoramento das atividades de privatização das distribuidoras, vendas das SPES e desverticalização da Amazonas GT; » análise dos resultados do PDNG 2018-2022 e diretrizes estratégicas para o PDNG 2019-2023; » análise e recomendações sobre composição dos comitês de assessoramento;
		Edvaldo Luís Risso	92	» opinião sobre proposta de reforma estatutária e sobre revisão do Regimento Interno do CA; » acompanhamento e participação na definição da governança e metodologia do processo de avaliação de desempenho dos administradores das Empresas Eletrobras e de seus indicados em SPES e coligadas, análise de normativos relevantes (política de responsabilidade social, política de divulgação e negociação de valores mobiliários, política de gerenciamento de projetos, política de porta-vozes e de alçadas);
		Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	92	» acompanhamento do projeto do relato integrado e do projeto <i>green bond</i>; » análise da minuta do acordo de acionistas que compôs os editais de leilão das distribuidoras; e » recomendações de melhoria para a governança do processo decisório atinente ao PDNG.
Gestão, Pessoas e Elegibilidade (CGPE)	26.05.17	Manoel Arlindo Zaroni Torres Coordenador	100	» Opinou sobre o PDNG 2019-2023, revisão da política de indicações, e da política de gestão de pessoas; » planos de desligamento consensuais;
		José Guimarães Monforte	66	» análise de elegibilidade dos candidatos a integrantes do CAE com o apoio da área de governança; e
		Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	100	» acompanhamento da metodologia do processo de avaliação de desempenho dos administradores das Empresas Eletrobras e de seus indicados em SPES e coligadas, acompanhamento do regulamento unificado de gestão de pessoas e debate sobre resultado da avaliação de desempenho independente, analisou a elegibilidade das indicações
Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)	18.05.18 Data de instalação	Mauro Gentile Rodrigues da Cunha (especialista) Coordenador	100	» Atuou em diversas frentes: controles internos/GAPS, financiamento de Santo Antônio, melhorias no sistema de gestão de riscos, inclusive na criação de projeto-piloto para monitoramento dos principais riscos das maiores SPES; » recomendou a criação de grupo centralizado para coordenação das ações de ressarcimento decorrentes da Lava-Jato; » propôs melhorias nos reportes sobre principais projetos/obras em andamento, fez aprimoramentos nos reportes de auditoria interna e ouvidoria;
		Elvira Baracuh Cavalcanti Presta	97	» análise de normativos (política de conflito de interesses, política de divulgação e negociação de valores mobiliários das Empresas Eletrobras, código de conduta ética, política de comercialização, política anticorrupção, política de auditoria interna); » acompanhamento de temas relevantes como a incorporação Eletrosul/CGTEE, processo de privatização distribuidoras, contingências de empréstimo compulsório; » análise sobre informações trimestrais, discussões com o auditor independente e controles internos; » investimento no PDNG 19-23 » análise sobre fundos de pensão (CGPAR 09) e planos de saúde (CGPAR 022 e 023) das Empresas Eletrobras; » recomendações quanto a premissas e cronograma para os testes de <i>Impairment</i>; » análise da minuta do acordo de acionistas que compôs os editais de leilão das distribuidoras;
		José Pais Rangel	100	» acompanhamento da licitação do novo auditor independente; » acompanhamento do fluxo de caixa; e » reunião com o Conselho Fiscal para tratar temas de interesse comum.

Desde a sua instalação em maio de 2018, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), de caráter permanente, passou a assumir todas as funções de Comitê de Auditoria, até então realizadas de modo compartilhado pelo antigo Comitê de Auditoria (COAUD) e pelo Conselho Fiscal da Eletrobras, este último, no que se refere à legislação norte americana, incluindo o disposto na Sarbanes-Oxley Act e as regras emitidas pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Desde a instalação do CAE, foram realizadas 34 (trinta e quatro) reuniões ordinárias. Dentre essas duas foram realizadas com diretores financeiros das Empresas Eletrobras, uma realizada com gerentes e representantes de controles internos das Empresas Eletrobras, uma com o Conselho Fiscal da Holding e uma com as controladas Furnas, Eletropar, Eletronuclear, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE contendo a participação do CA, CF, diretorias e unidades técnicas dessas empresas. O CEGS reuniu-se 13 (treze) vezes ao longo de 2018. O CGPE realizou 16 (dezesesseis) reuniões em 2018 e o Conselho de Administração, reuniu-se 33 (trinta e três) vezes em 2018.

A participação ativa dos membros do CA nos comitês proporcionou maior segurança e confiabilidade na tomada de decisões. Isto porque, em cada reunião do CA há uma sessão dedicada ao reporte das atividades de cada comitê pelo coordenador respectivo. Neste momento, os coordenadores não somente reportam os trabalhos realizados no mês pelo comitê respectivo, como sinalizam posicionamentos e opiniões relativas a matérias de deliberação do CA que lhe são correlatas.

6.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário. Em 2018, foram realizadas 13 reuniões, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social e regras para funcionamento definidas em Regimento Interno.

Membros do Conselho Fiscal - Tabela 26

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Agnes Maria de Aragão da Costa (Presidente)	04.2017 a 04.2019	100
André Eduardo Dantas	10.2018 a 04.2019	100
Eduardo Coutinho Guerra	07.2018 a 07.2020	100
José Wanderley Uchôa Barreto	04.2017 a 04.2019	100
Márcio Leão Coelho*	10.2017 a 07.2018	100
Patrícia Valente Stierli (Especialista Financeiro)	04.2017 a 04.2019	100
Ronaldo Dias**	04.2017 a 10.2018	90

*O Sr. Márcio Leão Coelho foi titular do Conselho e voltou a ser suplente após a posse do Sr. Eduardo Coutinho Guerra.

** A Eletrobras recebeu Carta de renúncia em 10.04.18.

6.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva realizou 64 reuniões em 2018. Os diretores têm prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, conforme previsto na Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei no 13.303/2016).

Membros da Diretoria Executiva - Tabela 27

Diretoria Executiva	Mandato	Participação nas reuniões %
Wilson - Ferreira Junior	25.07.16 a 24.07.19	99
Aracilba Alves da Rocha	06.06.18 a 24.07.19	100
Lucia Maria Martins Casasanta	01.08.16 a 31.07.19	97
Antonio Varejão de Godoy	15.12.17 a 26.04.19	92
José Antonio Muniz Lopes	25.07.16 a 24.07.19	93
Armando Casado de Araujo*	25.07.16 a 11.01.19	100
Luiz Henrique Hamann**	25.07.16 a 09.08.18	98
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz***	25.07.16 a 23.02.18	80

* O Sr. Armando Casado de Araujo deixou o cargo em janeiro de 2019, passando a Diretoria Financeira a ser exercida de forma interina pelo Sr. Wilson Ferreira Junior até o dia 12 de março, quando assumiu a Sra. Elvira Baracuh Cavalcanti Presta.

** O Sr. Luiz Henrique Hamann deixou o cargo em agosto de 2018 passando a Diretoria de Distribuição a ser exercida pelo Presidente Wilson Ferreira Junior de forma interina até 14 de janeiro de 2019, e, posteriormente, pelo Diretor de Geração Antonio Varejão de Godoy.

*** O Sr. Alexandre Aniz deixou o cargo em fevereiro de 2018 e as atividades da Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa passaram a ser exercidas pela Diretoria de Administração, assumida pela Sra. Aracilba Alves da Rocha em maio de 2018, a exceção da área jurídica que passou a ser vinculada à Presidência.

Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais - Tabela 28

Remuneração (R\$)*	2018	2017	2016
Conselho de Administração	588.596,49	661.975,71	673.081,19
Conselho Fiscal	382.649,66	393.229,11	405.633,14
Diretoria Executiva	6.948.244,60	8.323.204,63	7.814.294,60
Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	901.556,04	-	-

*Valores conforme Proposta de Administração 59ª AGO de 2019.

6.5. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos nas Empresas Eletrobras tem como principal objetivo evitar a materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos.

Este processo da gestão de riscos é coordenado pela *Holding*, o que garante a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as demais empresas do grupo. Em cada uma das Empresas Eletrobras, este processo é conduzido pelas áreas de gestão de riscos e de controles internos e pelos comitês de riscos. A orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da *Holding* e os resultados obtidos no processo são enviados pela Diretoria de Conformidade à apreciação da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho de Administração.

Para a implantação da gestão de riscos nas Empresas Eletrobras, foram utilizados a norma internacional ISO 31000 - Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes e os controles internos - Enterprise Risk Management Framework (COSO ERM) e - Internal Control Integrated Framework (COSO 2013).

O modelo adotado pelo sistema Eletrobras parte da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. A última etapa é a adequada comunicação dos riscos, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado e as determinações dos órgãos reguladores, como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Securities and Exchange Commission (SEC) e Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando que a Eletrobras possui registro de suas American Depositary Receipts (ADRs) para o nível II, junto à Securities and Exchange Commission (SEC), seu ambiente de

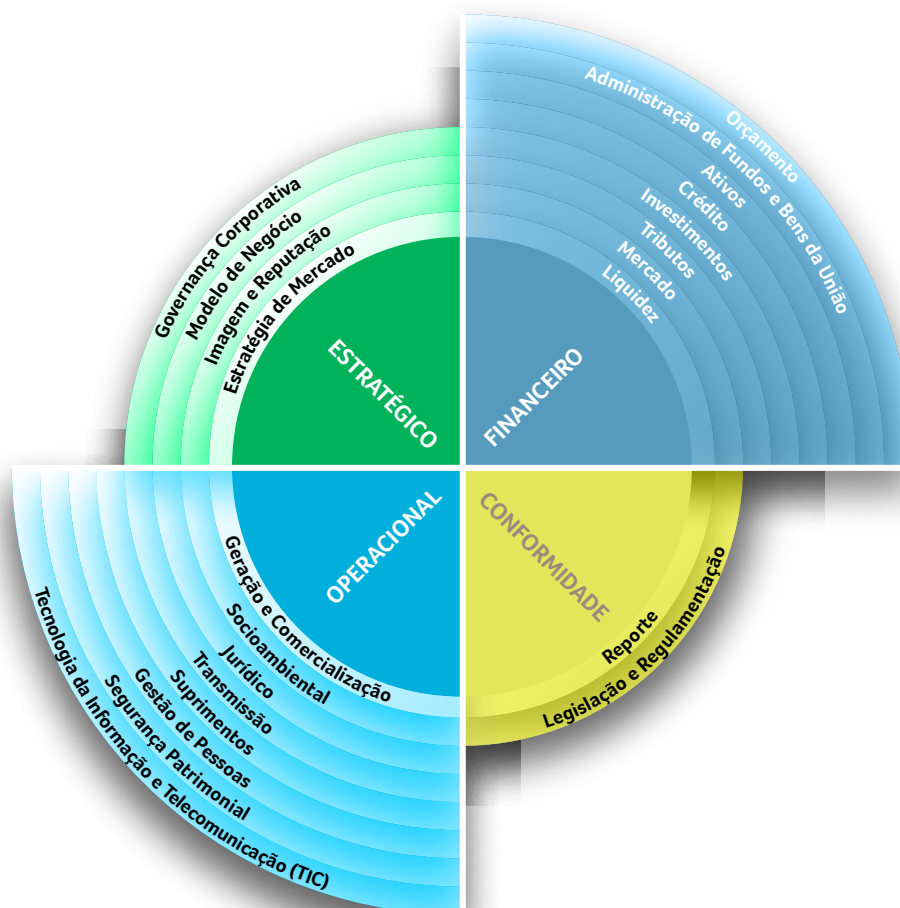
controles deve ser certificado nos termos da Lei Sarbanes-Oxley. Isto significa realizar uma análise dos controles internos e submetê-la à avaliação dos auditores externos. Anualmente é arquivado junto à SEC o Formulário 20-F contendo a palavra da Administração a respeito do ambiente de controles internos do conjunto de Empresas Eletrobras.

O Comitê de Auditoria e Riscos é o responsável por monitorar e acompanhar os planos de ação, resultado dos relatos mensais feitos pelos auditores independentes, auditoria interna e área de controles internos acerca do status dos trabalhos da Certificação SOX – notadamente em relação aos gaps identificados em anos anteriores.

Desse processo também participa a área de Integridade, à qual cabe avaliar as atividades de controle de conformidade, incluindo questões de desvios de conduta ética e a investigação e a redução de riscos de fraude e de corrupção, entre outras ações. O objetivo é disseminar uma cultura de conformidade por todos os níveis da empresa, implementando e coordenando um Programa de *Compliance*, com foco nos riscos de conformidade e dando suporte técnico às diversas áreas da Companhia, para minimizá-los.

A Eletrobras monitora permanentemente seu ambiente de negócios, procurando refletir suas preocupações, a dos investidores e do mercado em geral, em seu processo de gestão de riscos. Assim, os riscos reconhecidos como mais relevantes no âmbito das Empresas Eletrobras são priorizados e tratados com a implementação de planos de ação elaborados com base nas recomendações técnicas das áreas de gestão de riscos e de controles internos, em parceria com os gestores de negócios, sempre considerando o nível de exposição validado pela Administração.

Matriz de risco da Eletrobras em 2018 - Figura 7



Em 2018, os riscos de Fluxo de Caixa, Comercialização de Energia, Marco Regulatório, Gestão do Negócio de SPes, Gestão de Negócios Corporativos, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Administração de Pessoal, Gestão de Conhecimento, Formação e Gestão do Contencioso, Fundos de Pensão, Demonstrações Contábeis e Financeiras, e Fraude e Corrupção, considerados pela Alta Administração como mais relevantes, foram analisados e seus planos de ação continuam sob acompanhamento constante dos gestores responsáveis.

Consultores externos foram contratados, em 2018, para auxiliar na avaliação dos testes que a Administração realiza, corrigindo as deficiências significativas e revisitando os controles internos, a fim de cumprir a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. O processo engloba todas as empresas incluídas no escopo desta certificação. Os testes implantados internamente são independentes daqueles realizados pelo auditor externo, permitindo uma avaliação de um conjunto mais amplo de controles.

6.6. Política de Hedge Financeiro

A Política de Hedge Financeiro da Eletrobras tem como objetivo mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos assim como às de suas Controladas. Com isso, pretende que os resultados da Companhia reflitam, fielmente, o real desempenho operacional da Companhia para que o fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado relativos à Companhia e não há expectativa de mudança significativa para o próximo exercício.

O risco de taxa de juros, grande parte relativo à exposição à taxa Libor, foi mitigada por meio de operações de derivativos realizadas em 2011 e 2012, e cuja exposição residual vem sendo reduzida ao longo do tempo. No que se refere à exposição em relação às demais taxas flutuantes, há um monitoramento permanente para averiguar a necessidade de realização de novas operações de hedge visando mitigar riscos que sejam considerados relevantes.

À exceção de alguns períodos pontuais, a exposição cambial é fruto de recebimentos em moeda estrangeira (fundamentalmente Itaípu) superiores aos pagamentos em tal moeda notadamente relativos aos títulos de dívida emitidos nos mercados internacionais.

Para exposições residuais poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros, como derivativos, respeitadas determinadas diretrizes, com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

6.7. Compliance e Práticas Anticorrupção



Programa de
Integridade
Eletrobras
5 Dimensões

O Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2018-2022, foi implantado em todas as Empresas Eletrobras com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa.

O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Committee of Sponsoring of the Treadway Commission (COSO). Dentre os benefícios, espera-se eliminar a “Deficiência Significativa” relacionada ao Programa de *Compliance*, adotando os mais altos padrões de Integridade por meio da maturidade do Programa Eletrobras 5 Dimensões (*Compliance*);

1. Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
2. Análise periódica de riscos;
3. Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
4. Comunicação e treinamento;
5. Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

Em 2018, foram implementadas diversas ações visando à consolidação do programa, o que permitiu a Eletrobras:

- » Obter nota máxima no Indicador IG SEST pela segunda vez consecutiva;
- » Receber da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a certificação do Programa de Destaque em Governança de Estatais;
- » Ser uma das nove empresas brasileiras a obter a pontuação máxima na implantação de seu programa de integridade, segundo pesquisa realizada pela Transparência Internacional com as 110 maiores empresas do Brasil;
- » Ganhar o Prêmio Ética nos Negócios, com o projeto “Mecanismos de Integridade para Terceiros nas Empresas Eletrobras”. Esta é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios que tem como principal objetivo fomentar a Ética no ambiente empresarial, por meio da construção e da disseminação das melhores práticas corporativas;
- » Ser listada pela 11ª vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tendo ficado de fora apenas em 2017, após dez anos consecutivos na carteira.

Em 2018, foi aprovada ainda a Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras com o objetivo de reforçar o comprometimento de todas as empresas com a ética e a integridade em suas relações internas e externas.

Outros documentos foram revisados, entre eles: o Código de Conduta Ética e Integridade, a Política de Patrocínios, a Política de Suprimentos, a Política de Indicações de Representantes, o Regulamento de Licitações e Contratos e a Política de Responsabilidade Social. Os documentos estão no *website* www.eletrobras.com.br.

O Comitê de Comunicação Integrada elaborou a Política de Porta-Vozes das Empresas Eletrobras, visando fortalecer a relação com públicos de interesse para garantir a unidade do discurso institucional e o alinhamento a seus valores e princípios éticos.

Em atendimento às diretrizes do Programa de Integridade, em 2018, foram realizados, pela *Holding*, cerca de 200 (duzentos) Pareceres de Integridade de fornecedores e indicados para membros de Governança das Empresas Eletrobras.

6.8. Processo de Investigação Independente

Em 30 de abril de 2018, foi encerrada a ação investigativa independente, iniciada em 2015, pelo escritório Hogan Lovells, após denúncias no âmbito da Operação Lava Jato. A partir desta data, todos os novos assuntos relacionados ao tema, são conduzidos internamente, pela própria Eletrobras, por intermédio de sua Diretoria de Conformidade. Para isso a Companhia vem adotando as medidas necessárias para viabilização de estrutura dedicada, com o aprimoramento do processo de gestão e tratamento de denúncias coordenado pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI) criado em 2017, juntamente com a contratação de um canal de denúncias externo, bem como a capacitação de seus empregados para apuração de denúncias de corrupção.

Em 13 de agosto de 2018, o Department of Justice (DOJ) declinou em processar a Eletrobras por questões envolvendo a lei norte-americana anticorrupção, não estabelecendo qualquer contingência ou condição e sem determinar a indicação de um monitor.

Em 26 de dezembro de 2018, a SEC aceitou o acordo proposto pela Eletrobras para cessar e desistir de processar a companhia por violação à lei anticorrupção americana (FCPA). O acordo não representou reconhecimento de ato ilegal pela Eletrobras. Para a celebração deste acordo, a SEC aplicou penalidade no valor de US\$ 2,5 milhões por violação às cláusulas de livros, registros contábeis e respectivos controles internos do FCPA, o que foi atenuado por medidas remediadoras das fraquezas materiais de controles internos, adotadas pela companhia, a evolução do programa de *Compliance* e demais procedimentos anticorrupção, bem como sua postura cooperativa adotada no curso da investigação.

Importante destacar que a resolução favorável junto às autoridades americanas também só foi possível diante da extensão quantitativa e da qualidade do procedimento de autoinvestigação a que se sujeitou a Eletrobras, com a liderança do Hogan Lovells. Foram mais de 448 mil *terabyte* de dados coletados, e mais de 49 mil *terabyte* de dados processados; 871 computadores e 1.795 dispositivos eletrônicos apreendidos; 654 *background checks* realizados, em quase três anos de investigação, que incluiu todas as controladas da Eletrobras e SPEs onde foram feitos investimentos relevantes. Com base nos achados da investigação independente, a Eletrobras adotou as medidas administrativas pertinentes, tais como suspensão de contratos, afastamento e exoneração de empregados e diretores envolvidos, bem como tratativas para ressarcimento de perdas.

Também, em 2 de maio de 2018, a Eletrobras assinou um Memorando de Entendimentos para entrar em acordo com relação a ação coletiva fundamentada na legislação de valores mobiliários americana ajuizada contra a Companhia no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (SDNY). O acordo teve como objetivo encerrar todas as ações em curso iniciadas pelos investidores que adquiriram ações ordinárias e preferenciais da Eletrobras, representadas por American Depositary Shares (ADS), durante o período alegado na ação, e transitou em julgado em janeiro de 2019. O acordo compreendeu o pagamento de US\$ 14.75 milhões para os membros da classe da ação coletiva. O acordo não representa reconhecimento de ato ilegal ou culpa pela Eletrobras, e a Companhia nega as alegações e acusações feitas pelos demandantes no curso da ação, mas optou pela celebração do acordo visando minimizar os riscos e custos de um processo judicial.

Com estas resoluções não há mais pendências da Eletrobras a serem resolvidas com os agentes reguladores norte-americanos, encerrando-se definitivamente a investigação independente no âmbito da operação Lava Jato. Contudo, mesmo após o fim da ação investigativa, a Eletrobras segue monitorando os desdobramentos em curso da operação Lava Jato, bem como as

notícias de mídia envolvendo as Empresas Eletrobras e suas SPEs, em relação à prática de atos de corrupção, para que possa adotar medidas remediadoras adicionais, caso necessário.

Quanto às medidas de ressarcimento, a companhia e suas controladas Furnas, Chesf e Eletronorte, aderiram no final de 2018, ao acordo de leniência firmado entre CGU e a Odebrecht, o que representa uma oportunidade para recuperar parte dos prejuízos causados às empresas citadas, no âmbito do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato. O acordo de leniência com a Odebrecht montou R\$ 162 milhões a serem pagos à Eletrobras e suas controladas, no período de 21 anos, atualizados pela SELIC.

A Eletrobras avalia outras medidas cabíveis para o ressarcimento pelos danos causados às empresas do grupo Eletrobras como resultado de atos ilegais dos quais foi vítima.

6.9. Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Eletrobras tem o papel fundamental de apoiar a Alta Administração na avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle. Monitora, avalia e faz recomendações aos controles e normativos internos, bem como os procedimentos estabelecidos pelos administradores.

Além disso, está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Conta com estrutura e orçamento suficientes para desempenhar suas atividades. Neste período produziu 26 (vinte e seis) Relatórios de Auditoria, dentre os quais se destacam:

- » Pilar Estratégico: Gestão da Governança Corporativa;
- » Pilar Financeiro: Gestão de Fundos de Pensão;
- » Pilar Operacional: Formação e Gestão do Contencioso, Gestão do Empréstimo Compulsório e Gestão da Segurança da Informação; e
- » Pilar Conformidade: Integridade e Conformidade.

Foi também realizado, de forma contínua, o atendimento às demandas de Órgãos de Controle - Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), tais como auditorias, fiscalizações, solicitações de informação, recomendações e determinações, entre outras.

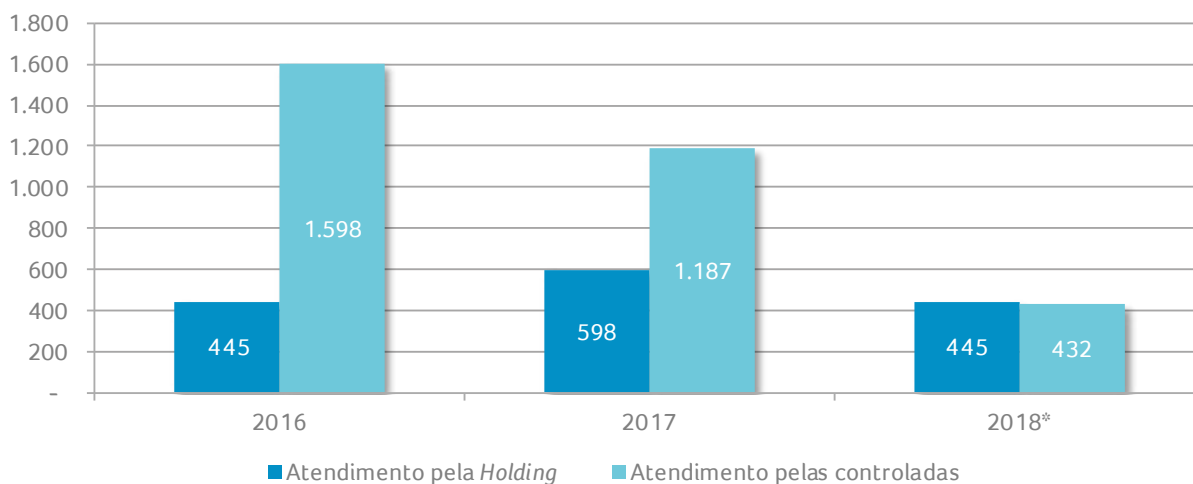
Destacam-se também projetos de auditoria como a padronização e adequação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), utilizando como base os riscos priorizados pela companhia, e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT), assim como o desenvolvimento de métricas de desempenho da auditoria interna, com o intuito de monitorar e aperfeiçoar os processos, e o reporte, em conjunto padronizado, com os principais resultados das Empresas Eletrobras ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Em decorrência dos projetos citados, busca-se um aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho, através de integração e padronização, visando maior eficácia e eficiência da atividade de auditoria interna e facilitando o acompanhamento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados às unidades auditadas, à Alta Administração e aos órgãos de controle.

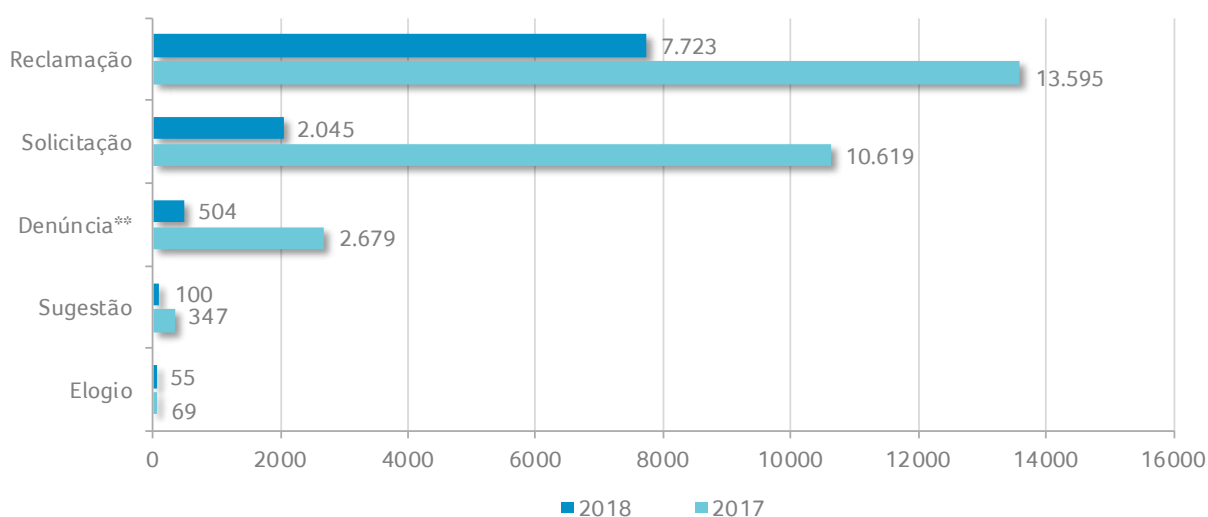
6.10. Ouvidoria

Os principais temas de manifestações recebidas pelas ouvidorias das Empresas Eletrobras em 2018 foram: reclamações e solicitações relacionadas à gestão de pessoas (20%), falhas de serviço nas distribuidoras (7%), reclamações no ambiente de trabalho (5%), solicitações e reclamações referentes às pessoas que vivem nas áreas do entorno de empreendimentos (4%) e solicitações em geral (3%).

Manifestações Recebidas pela Holding - Gráfico 7



Manifestação* por Tipo no Sistema Eletrobras - Gráfico 8



*A redução observada no número de manifestações em 2018 se dá em razão de não terem sido computados os quantitativos das distribuidoras leiloadas Cepisa, Ceron, Boa Vista e Eletroacre que na data base de 31/12/2018 não eram mais controladas pela Eletrobras.

** Além disso, a variação no número de denúncias do ano de 2017 para 2018 diz respeito às denúncias de falha no serviço e furto de energia das distribuidoras, que antes eram recebidas no sistema SOU e agora são tratadas diretamente pelas empresas de Distribuição. Já as demais manifestações que não tenham caráter de denúncia são encaminhadas para registro no Sistema de Ouvidoria da respectiva empresa para tratamento local e são registradas no Canal de Denúncias como “fora do escopo”. O total de protocolos registrados no Canal de Denúncias foi de 504 denúncias válidas e 288 manifestações fora do escopo.

Ao longo do ano de 2018, foram definidas também as seguintes ações:

- » Elaboração de procedimentos associados ao futuro Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias, como o dos casos que envolvem Alta Hierarquia e de concessão de acesso e perfis atuantes no Canal de Denúncias;
- » Estruturação do procedimento de Análise Preliminar de denúncias pelas Ouvidorias. Elaboração de formulário único, a ser inserido no sistema do Canal de Denúncias, visando formalizar e possibilitar o acompanhamento do procedimento, e também permitir o acompanhamento de indicadores dos resultados desta função;
- » Realização de melhorias no sistema de Ouvidoria e em aplicações da base de dados para eliminação de gaps SOX relacionados à comunicação com manifestantes e cobranças para às áreas e para aprimoramento da função de apoio a *background checks* em nomeações. Funcionalidades para todas as empresas (exceto Distribuidoras);
- » Realização da primeira pesquisa integrada de percepção sobre a atuação das ouvidorias das Empresas Eletrobras (exceto Distribuidoras) em um universo de cerca de 18 mil empregados;
- » Realização de benchmark, consultas e estudos para a estruturação da Ouvidoria-Geral, com a definição dos processos associados às atribuições da área e maior integração com as subsidiárias, reforçando o papel de coordenação do órgão frente às ouvidorias das empresas;
- » A Ouvidoria-Geral, em parceria com a Coordenação de Apuração e a área de Riscos da Eletrobras, promoveu elaboração de nova metodologia de priorização de denúncias das Empresas Eletrobras, associadas à matriz de risco corporativa de 2018. Essa nova metodologia foi aprovada em dezembro de 2018 pelo Conselho de Administração da Eletrobras e será implementada no Sistema do Canal de Denúncias ainda no primeiro trimestre de 2019; e
- » Elaboração das métricas de qualidade da Auditoria Interna, a serem acompanhadas pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários (CAE).

Canal de Denúncias Externo

As Empresas Eletrobras contam com um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente.

Em 2018, foram recebidas 504 denúncias válidas, sendo que no mesmo período 175 foram finalizadas e 329 ainda permaneciam em apuração. Das denúncias válidas, os principais temas foram: infrações a normas internas (75 ocorrências), favorecimento (55) assédio moral (48), desvio ético (45), corrupção (35) e outros assuntos (71).

Canal de Denúncias

Canal de Denúncias das Empresas Eletrobras

Site: www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras

Telefone: 0800 377 8037 – 24 horas nos 7 dias da semana

Atendimento em português, inglês e espanhol.

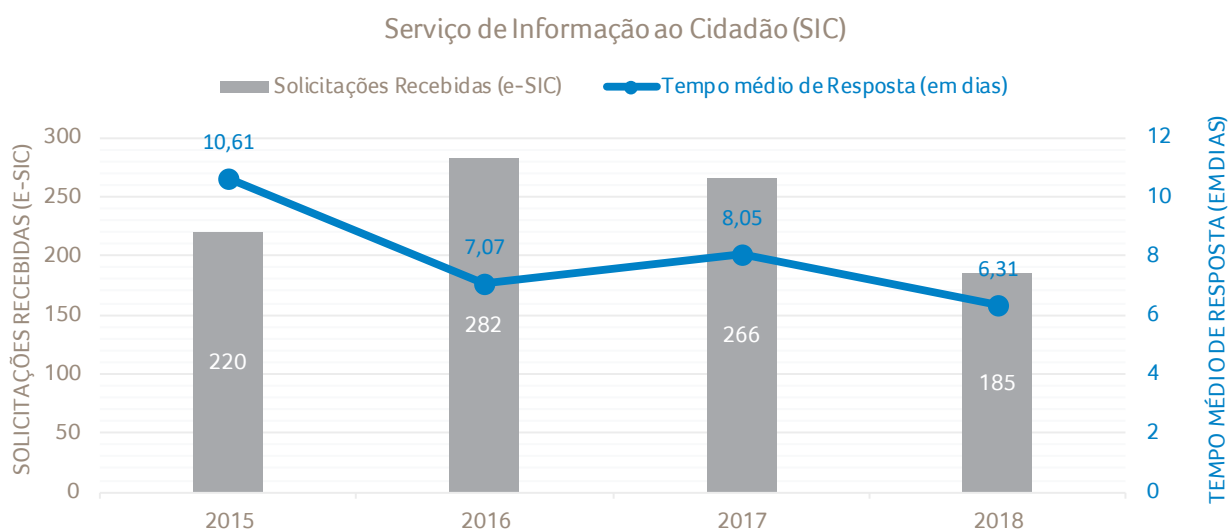
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão – Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Eletrobras deve disponibilizar dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2018, foram recebidos um total de 683 pedidos de informações. Desses, 668 (98%) foram respondidos e 15 (2%) encontravam-se em tramitação para resposta.

Entre as Empresas Eletrobras, a *Holding* foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2018: foram 185 (27% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), das quais 184 foram respondidas até 31/12/2018. O tempo médio de respostas da *Holding* foi de 6,31 dias.

Solicitações à Eletrobras - Gráfico 9





7. **SUSTENTABILIDADE** **EMPRESARIAL**

7.1. Desempenho Empresarial

Os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, firmados pela Eletrobras e suas empresas controladas desde 2010, têm abrangência quinquenal e possibilidade de revisão anual, sendo um instrumento do processo de planejamento e gestão das Empresas Eletrobras.

Em 2018, com o advento do Programa de Remuneração Variável Anual dos Dirigentes (RVA), que define a pactuação de alguns tipos de indicadores recomendadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), ficou estabelecido, um arcabouço de índices direcionados para o monitoramento da estratégia da companhia, associando, de modo equilibrado, os dois conjuntos de indicadores complementares: os da RVA e os do CMDE. A esse conjunto foi atribuído o nome de *Scorecard* Estratégico, que será monitorado pelo Conselho de Administração e conterá indicadores de natureza financeira, operacional, socioambiental, de governança e integridade empresarial.

A seleção dos índices para a RVA priorizou os indicadores chave de desempenho sinalizados no PDNG 2019-2023, a partir das Diretrizes e Objetivos Estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração, assim como as diretrizes estabelecidas pela SEST para o programa de RVA.

7.2. Responsabilidade Social

O aprimoramento contínuo da gestão e do desempenho de responsabilidade social levou a revisão da Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras, com a inclusão de temas importantes, como integridade e Direitos Humanos. Esta versão da política recebeu aprovação do Diretoria Executiva (DEE) e do Conselho de Administração (CA).

Em dezembro, foi realizada a capacitação envolvendo representantes das áreas de Responsabilidade Social e demais áreas estratégicas das Empresas Eletrobras com consultores externos sobre empresas e Direitos Humanos. Como desdobramento, iniciou-se a elaboração do plano de ação que orientará a implantação do Programa de Direitos Humanos nas empresas a partir de 2019.

Signatária do Pacto Global desde 2006, a Eletrobras ratificou sua adesão no Nível Participante. Atua também nos Grupos de Trabalho de Direitos Humanos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) do referido Pacto, para reforçar o papel da *Holding* de coordenar o engajamento de suas controladas em práticas de responsabilidade socioambiental que agregam valor e maximizam o desempenho da sustentabilidade corporativa.

Por meio de seu Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, a Eletrobras apresentou à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres o relatório dos resultados da empresa para a 6ª edição do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, cujas ações vêm sendo realizadas desde 2016. Dentre os principais resultados, destacam-se o aumento de 14,61% na participação de mulheres em cargos de nível hierárquico, e a implantação de sala de amamentação no novo prédio da empresa.

A Eletrobras também participa e tem assento na coordenação colegiada do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas, cuja trajetória de 14 anos foi formalizada pela Portaria do Gabinete do Ministro nº 61, de 21 de fevereiro de 2018.

O Programa de Coleta Seletiva Solidária, em atendimento ao Decreto no 5.940/2006 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010), visa disseminar, apoiar e monitorar a implantação de práticas de gestão de

resíduos sólidos e consumo consciente na Eletrobras e junto a seus públicos de interesse, com foco na separação dos resíduos recicláveis gerados na empresa, bem como sua destinação a cooperativas de catadores. Foram destinadas aproximadamente 30 toneladas de resíduos recicláveis a três cooperativas, proporcionando uma renda de R\$ 12,7 mil em 2018.

O Programa Eletrobras de Voluntariado possibilita que colaboradores e familiares participem de ações sociais inclusivas e colaborativas junto a públicos vulneráveis, em parceria com instituições de assistência social. Os voluntários da Companhia dedicaram 611 horas a 39 ações e cinco campanhas, beneficiando 1.174 pessoas. Além disso, a Eletrobras iniciou articulação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) visando a efetivação da participação de todas as empresas no Programa Nacional de Voluntariado (Viva Voluntário), que busca fomentar maior engajamento e integração de voluntários com a sociedade.

Convênios de Responsabilidade Social celebrados pela Eletrobras Holding em 2018 - Tabela 29

Termo de cooperação	Projeto Social	Localidade	Linha de atuação	Beneficiados	Valor total do projeto (R\$)	Valor repassado em 2018 (R\$)
TC-050522331 /2018	Programa Kayapó Mekrãgnoti*	TIs Baú e Mekrãgnoti, Pará	Etnodesenvolvimento, atividades econômicas sustentáveis, gestão territorial e ambiental, fortalecimento institucional, valorização cultural	1.500	11.250.000,00	3.255.188,96
TC-DS-C-0313/2015	Plano de Apoio à Autonomia dos Kayapó do Leste*	TIs Badjônkôre, Kayapó e Las Casas, Pará		3.000	5.778.500,38	2.434.913,33
Total				4.500	17.028.500,38	5.690.102,29

* Os aportes financeiros de ambos os projetos são realizados pela Norte Energia e a Eletrobras supervisiona e acompanha a execução dos projetos.

Na Holding, a seleção dos projetos e a alocação dos recursos consideram a aderência aos princípios e diretrizes constantes na Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras e na Norma de Patrocínios da Eletrobras. A avaliação do mérito e da adequação financeira de um projeto leva em conta, igualmente, a relação custo-benefício e o resultado alcançado por um patrocínio, com base na Metodologia de Avaliação de Patrocínios utilizada na empresa.

Relação dos Patrocínios Culturais Incentivados Contratados em 2018 - Tabela 30

Contrato	Tipo de Seleção	Nome do Projeto	Beneficiário	Valor Contratado (R\$)
001/2018	Escolha Direta	Livro: A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo – 1826-2009	Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – Idelb	195.000,00
003/2018	Escolha Direta	Preservação, Restauo e Conservação Integrada do Seminário de Olinda - PE	Arquidiocese de Olinda e Recife	190.000,00
004/2018	Escolha Direta	A Xilogravura Popular: Xilógrafos, poetas e cantadores	Galeria Pontes Comércio de Arte Contemporânea e Artesanato Ltda – ME	1.000.000,00
018/2018	Escolha Direta	Plano Anual de Atividades da Fundação Osesp: Série de Concertos Matinais na Sala São Paulo	Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo	600.000,00
Total dos projetos incentivados contratados em 2018				1.985.000,00

Patrocínio de Projetos Não Incentivados Contratados em 2018 - Tabela 31

Contrato	Tipo de Seleção	Nome do Projeto	Beneficiário	Valor Contratado (R\$)
026/2017	Escolha Direta	8º Fórum Mundial da Água	Associação Brasileira da Infraestrutura de Base - ABDIB	1.225.000,00
005/2018	Escolha Direta	Seminário Internacional O Futuro do Consumo	Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor	250.000,00
007/2018	Escolha Direta	Educação Ambiental – Preservação dos Recursos Hídricos – Mar de Brasília	Mar de Brasília Educação e Turismo Ambiental Ltda	30.000,00
008/2018	Edital 2018	22nd WORLD HYDROGEN ENERGY CONFERENCE - WHEC 2018 - 22a Conferência Mundial Sobre Energia do Hidrogênio	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - Fundação Coppetec	100.000,00
009/2018	Edital 2018	VIII SUPRE - Simpósio de Suprimentos e Logística das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação COGE	40.000,00
010/2018	Edital 2018	XIV STPC - Seminário Técnico de Proteção e Controle	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - CI-GRÉ-Brasil	30.000,00
011/2018	Edital 2018	Preserva.ME 2018 - Encontro Internacional sobre Preservação de Memória no Setor de Energia Elétrica	Centro da Memória da Eletricidade no Brasil	80.000,00
012/2018	Edital 2018	XV EDAO - Encontro para Debates de Assuntos de Operação	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - CI-GRÉ-Brasil	50.000,00
Total dos projetos não incentivados contratados em 2018				1.805.000,00

Projetos e Ações Setoriais apoiadas pela Eletrobras em 2018 - Tabela 32

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados em 2018		Holding (R\$)	
		2018	2017
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	4.794,40	1.143,20
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	2.500,00	45.231,60
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	11.013,18	22.560,17
Subtotal Voluntariado		18.307,58	18.307,58
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet/Lei do Audiovisual)	2.084.000,00	1.105.500,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	2.167.700,00	693.702,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		4.251.700,00	1.799.202,00
Total de investimentos		4.270.007,58	1.868.136,97

A publicidade institucional da Companhia, em 2018, esteve voltada para destacar a atuação da Eletrobras na área de eficiência e no Procel, com ênfase no Selo Procel.

Investimentos em Publicidade e Comunicação - Tabela 33

Produto	2018 (em R\$)	2017 (em R\$)
Publicidade Institucional Eletrobras	3.224.264,65	-
Publicidade Oficial (Legal)	5.778.534,50	5.996.200,92
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	2.616.134,09	-
Total	11.618.933,24	5.996.200,92

Em relação aos patrocínios da Eletrobras, destaca-se a realização de nova edição do Programa de Patrocínios das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico, com a participação da Chesf, Eletrobras, Eletronorte e Eletronuclear e Furnas, e com a coordenação da *Holding*. Foram selecionados 17 (dezesete) projetos vinculados ao core business das Empresas Eletrobras.

7.3. Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental corporativo tem por objetivo realizar o monitoramento das ações das Empresas Eletrobras relativas ao meio ambiente. Seus três principais elementos são a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA) e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

Política Ambiental

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras trata das questões socioambientais associadas aos empreendimentos de geração, transmissão de energia elétrica e às suas atividades administrativas, visando a manutenção do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações e para a construção de um diálogo transparente com os diversos públicos de interesse. Em 2018, esta política foi revisada e aprovada no âmbito do Comitê de Meio Ambiente, com inclusão das diretrizes específicas para o relacionamento com povos indígenas.

A avaliação da gestão do tema mudanças climáticas nas Empresas Eletrobras, realizada em 2018, indicou a necessidade de ampliação do painel desses indicadores no PDNG 2019-2023. E continua sendo objeto no Grupo de Trabalho Estratégia Climática do Comitê de Meio Ambiente.

Um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos vem sendo desenvolvido desde 2016 pelo Grupo de Trabalho de Recursos Aquáticos e Biodiversidade do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras. Em 2018, o GT iniciou a valoração do serviço ecossistêmico de provisão de água e realizou o Simpósio de Conservação da Biodiversidade, em Furnas.

Publicado em 2018, o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente ao ano de 2017, demonstra que a emissão total de GEE das Empresas Eletrobras sofreu uma redução de 12,9% se comparada a 2016. A intensidade de emissão de GEE das Empresas Eletrobras (Escopos 1 + 2, sem perdas em T&D) em 2017, foi de 0,041 tCO₂e/MWh, bastante baixa se comparada à intensidade de emissão média do setor elétrico internacional, incluindo o próprio Brasil. Isto se deve à participação majoritária de fontes de baixa intensidade de emissão de GEE na matriz de geração das Empresas Eletrobras, mais de 90% da sua geração total líquida (sem SPes).

Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA)

O SCMA, além da redação de diretrizes para o relacionamento das Empresas Eletrobras com povos indígenas, trabalhou na proposta de novos indicadores para mensurar o desempenho ambiental dos negócios da Companhia no âmbito da Agenda 2030. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras possui meta relacionada à redução de emissão de gases de efeito estufa alinhada ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13 – Combate às Alterações Climáticas, priorizado pela Eletrobras. Esta meta está relacionada à remuneração variável dos administradores, reforçando o compromisso com a orientação estratégica do Conselho de Administração e com as políticas públicas de combate às mudanças climáticas. Os indicadores relacionados a meta de redução de emissões são monitorados trimestralmente com base no Sistema IGS e pela Ferramenta de Cálculo de Emissões de Gases de Efeito Estufa (EMISFERA) do Cepel.

Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (IGS) compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderentes aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras. Os protocolos das variáveis são permanentemente discutidos e atualizados no âmbito dos grupos de trabalho do SCMA. O IGS é, portanto, uma importante ferramenta estratégica, em contínuo desenvolvimento, que permite a realização de verificações periódicas da gestão ambiental por meio de especialistas internos.

Além do IGS, as Empresas Eletrobras mantiveram, em 2018, suas certificações pela ISO 14.001 nas seguintes operações: UHE Tucuruí, UHE Samuel, UHE Coaracy Nunes e linhas de transmissão associadas em 138kv, circuitos I e II e subestações Central e Santana, da Eletrobras Eletronorte. O processo de renovação da certificação das Subestações Foz do Iguaçu e Ibiuna da Eletrobras Furnas tem previsão para conclusão em junho de 2019.

A Eletrobras Chesf possui certificação ISO 14.001 do serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas da Eletrobras Furnas e na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAB, da Eletrobras Eletronuclear, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas auditorias externas para atendimento à Lei estadual nº 1.898/1991.

No caso dos resíduos, foram incorporadas ao Sistema IGS novas diretrizes relacionadas à reciclagem (por meio de cooperativas, em acordo com o Decreto nº 5.940/2006; por logística reversa; e por venda e contrato direto) de forma a ampliar o monitoramento sobre essas destinações.

Em 2018 a Eletrobras aderiu ao “Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica”, lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e assinado durante o 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018. As ações indicadas pelas empresas para acompanhamento das metas estipuladas no Compromisso podem ser acessadas por meio da plataforma “Aguasfera”.

Relacionamento com os Stakeholders

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras possui diretrizes para o remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. Nestes casos procura desenvolver projetos com menor impacto sobre as comunidades locais e diminuir o contingente de população a ser deslocado fisicamente.



É elaborado o cadastro socioeconômico (Lei n.º 7.342/2010 e Portaria Interministerial nº 340/2012) e imobiliário da população, seguido de ações de interação e comunicação social com proposição de medidas socioambientais e da criação de Ouvidorias para cada projeto ou empreendimento.

Em 2018, começou a ser desenvolvido o Sistema de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental, uma ferramenta de gestão ambiental, informatizada, em conclusão, que será utilizada pela *Holding* para acompanhar as licenças ambientais e condicionantes dos empreendimentos de geração de suas empresas.

As diretrizes para remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras preconizam transparência e clareza nas informações e um processo de interação com os grupos sociais envolvidos com base nos princípios do diálogo, da participação social e das diversas instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população. A metodologia de Educação Ambiental para o Licenciamento Ambiental nas empresas, elaborada pela Comissão de Comunidades Indígenas, passou a integrar a Política Ambiental da Companhia.

A Eletrobras, em parceria, com a estatal boliviana ENDE, desenvolve ações do Programa de Comunicação e Interação Social, no âmbito dos Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do rio Madeira.

7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

A definição de posicionamento da marca da Eletrobras é: “A Eletrobras é uma empresa global de energia para todas as pessoas, parceiros e clientes que tem responsabilidade com o futuro do planeta. Tem uma matriz energética diversificada, mais de 90% limpa e renovável, além de sólida experiência em empreendimentos de grande porte, universalização do acesso à energia e um sistema de transmissão único no mundo.”

No portfólio de marcas, há, em vigência, um total de 106 (cento e seis) registros de marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), sendo 13 (treze) registros referentes à logomarca antiga, 32 (trinta e duas) referentes à logomarca nova, e 12 (doze) referentes à marca nominativa. Outros 49 (quarenta e nove) registros de marca estão associados ao Procel. Todo o portfólio encontra-se concedido, sendo que, ao longo do ano de 2018, 19 (dezenove) registros de marca tiveram sua vigência prorrogada por dez anos.

Prêmios e Reconhecimentos



Em janeiro de 2018, a Eletrobras foi umas das oito empresas brasileiras que obtiveram pontuação máxima na implantação de seu programa de integridade, segundo pesquisa da [Transparência Internacional](#).

Em março, a Eletrobras recebeu a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, reafirmando seu compromisso com a contínua melhoria da governança e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Em abril, a Eletrobras foi citada em dois *rankings* nacionais divulgados pelo Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco), instituição de atuação internacional que avalia anualmente a reputação de empresas, nos quais não havia figurado em 2017. A Eletrobras ficou na 81ª posição no *ranking* das 100 empresas com melhor reputação, e na 77ª posição do *ranking* de empresas mais responsáveis e com melhor Governança Corporativa.

Em maio, obteve a nota máxima no 2º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, preservando o IG-Sest Nível 1 (nível de excelência), obtido em novembro de 2017. A obtenção da nota máxima representa o atendimento a todos os itens. No segundo ciclo, as melhorias significativas nos quesitos transparência das

informações e conselhos, comitês e diretorias garantiram a pontuação máxima à Eletrobras. Ainda em maio, a *Holding* e as Empresas Eletrobras Cepel, Furnas e Eletronuclear receberam o troféu de “Empresa Consciente” na 14ª edição do Prêmio Plumas & Paetês Cultural.



Em 30 de novembro, a Companhia foi listada pela 11ª vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tendo ficado de fora apenas em 2017, após dez anos consecutivos na carteira.

No mesmo mês, recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2018, concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos em reconhecimento à atuação da empresa na promoção e defesa desses direitos. Na ocasião, a Companhia também assinou a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos. Ainda em novembro, foi a vencedora do Prêmio Ética nos Negócios 2018, do Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, com o projeto de Mecanismos de Integridade para Terceiros, que integra o Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões.

7.5. Gestão de Pessoas

Em 2018, o total de empregados das Empresas Eletrobras (excluindo a margem brasileira de Itaipu) era de 17.233 colaboradores efetivos contra 21.563 empregados em 2017, ou seja, -20%. Esta redução deve-se, principalmente, ao Plano de Demissão Consensual (PDC), à redução nas admissões e à venda das distribuidoras Eletoacre, Ceron, Boa Vista e Cepisa, em 2018, que totalizavam 3.699 colaboradores em seu quadro efetivo até o terceiro trimestre de 2018. Como o controle acionário dessas Distribuidoras foram transferidos em 2018 e essas empresas deixaram de ser consolidadas nas demonstrações financeiras anuais de 2018, seus funcionários foram desconsiderados para fins de contabilização.

Nº de Empregados Efetivos nas Empresas Eletrobras em 2018 - Tabela 34

Empresa	Região										Total
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Eletrobras	-	-	-	-	15	6	488	271	-	-	780
Cepel	-	-	-	-	-	-	248	82	-	-	330
CGTEE	-	-	-	-	-	-	-	-	293	53	346
Chesf	-	-	3.078	737	-	1	-	-	-	-	3.816
Eletronorte	1.066	148	266	31	805	320	32	2	-	-	2.670
Eletronuclear	-	-	-	-	-	-	1.407	330	-	-	1.737
Eletropar	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	4
Eletrosul	-	-	-	-	32	1	-	-	911	174	1.118
Furnas	8	-	-	-	319	41	2.072	503	89	5	3.037
Ceal	-	-	1.156	130	-	-	-	-	-	-	1.286
Amazonas GT	373	64	-	-	-	-	-	-	-	-	437
Amazonas Energia	1.407	263	-	-	2	-	-	-	-	-	1.672
Total Eletrobras sem Itaipu	2.854	475	4.500	898	1.173	369	4.248	1.191	1.293	232	17.233
Total Feminino											3.165
Total Masculino											14.068
Itaipu (margem brasileira)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.111	272	1.383

Obs.: Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, e contempla os colaboradores que estão nas empresas. O quadro efetivo é composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, cargos comissionados (Art. 37 da Constituição Federal/1988), requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos e os que estão em licença sem vencimentos. Itaipu é mostrada em separado por não ser empresa consolidada.

As admissões efetuadas, em 2018, nas Empresas Eletrobras são consideradas como reposição de pessoal. No total foram 311 admissões de empregados concursados (incluindo Itaipu Binacional) e quatro de empregados anistiados/reintegrados, representando uma redução de 29,5% em relação ao ano anterior. No Plano de Demissão Consensual foram desligados 905 empregados.

Nº de Empregados Admitidos nas Empresas Eletrobras em 2018 - Tabela 35

Empresas	Concursado – Empregados Próprios	Anistiado/ Reintegrado
Eletrobras	0	0
Cepel	1	0
CGTEE	0	2
Chesf	19	0
Eletronorte	1	0
Eletronuclear	0	0
Eletrosul	6	0
Furnas	10	0
Amazonas GT	28	0
Ceal	152	1
Amazonas Energia	2	1
Total Empresas Eletrobras	219	4
Itaipu	92	0

Nº de Empregados por Segmento nas Empresas Eletrobras em 2018 - Tabela 36

Quadro Efetivo	
Administrativo	1.114
Geração e Transmissão	13.161
Distribuição	2.958
Total	17.233
Itaipu	1.383

Efetivo de Mão de Obra Contratada (MOC) nas Empresas Eletrobras em 2018 - Tabela 37

Empresas	Total
Eletrobras	0
Cepel	0
CGTEE	144
Chesf	0
Eletronorte	0
Eletronuclear	811
Eletropar	0
Eletrosul	0
Furnas	1.046
Ceal	321
Amazonas GT	15
Amazonas Energia	2.040
MOC - Mão de Obra Contratada	4.377
Itaipu	0

Nº de Prestadores de Serviço Trabalhando nas Empresas Eletrobras (*) - Tabela 38

Empresa	Atividade Meio 2018	Atividade Meio 2017
Eletrobras	334	426
Cepel	276	212
CGTEE	239	239
Chesf	2.328	2.001
Eletronorte	216	1.366
Eletronuclear	1.149	1.557
Eletropar	6	0
Eletrosul	382	452
Furnas	2.637	2.470
Ceal	1.279	60
Amazonas Energia	820	164
Amazonas GT	271	823
Eletoacre	0	271
Cepisa	0	213
Ceron	0	389
Boa Vista Energia	0	243
Total	9.937	10.886
Itaipu	572	561

(*) Serviços como limpeza, segurança, motorista, dentre outros, excetuando-se obras

Rotatividade nas Empresas Eletrobras - Tabela 39

Empresas	2018	2017	2016
Eletrobras	0,42%	0,60%	0,70%
Cepel	1,04%	0,60%	1,90%
CGTEE	0,44%	2,30%	0,60%
Chesf	0,46%	0,30%	0,60%
Eletronorte	0,09%	0,30%	0,40%
Eletronuclear	0,14%	0,30%	1,30%
Eletrosul	0,95%	0,60%	2,20%
Furnas	0,40%	0,70%	4,20%
Amazonas GT (*)	3,25%	0,50%	0,20%
Ceal	7,05%	5,10%	3,40%
Amazonas Energia	1,13%	0,60%	0,40%
Eletoacre	-	9,30%	1,80%
Cepisa	-	5,10%	18,0%
Ceron	-	2,00%	2,40%
Boa Vista Energia	-	0,60%	9,80%
Total Empresas Eletrobras	1,01%	1,33%	3,04%
Itaipu	3,79%	3,30%	7,40%

* A diferença de turnover nos relatórios passados deve-se a separação de Itaipu das demais empresas do sistema.

Perfil dos Colaboradores na Holding em 2018 - Tabela 40

Descrição	Nível Superior			Nível Médio		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Raça						
Branco	238	148	386	42	27	69
Pardo	47	24	71	20	9	29
Negro	12	6	18	5	-	5
Amarelo	1	-	1	1	-	1
Indígena	-	1	1	-	-	-
Não informado	101	39	140	36	23	59
Total	399	218	617	104	59	163
Tempo de Serviço (anos)						
0 a 5 anos	12	7	19	5	1	6
6 a 10 anos	190	128	318	42	28	70
11 a 15 anos	128	42	170	8	4	12
16 a 20 anos	33	22	55	-	-	-
21 a 25 anos	7	6	13	2	-	2
26 a 30 anos	13	5	18	38	23	61
31 a 35 anos	13	7	20	5	1	6
acima de 35 anos	3	1	4	4	2	6
Total	399	218	617	104	59	163
Nível Hierárquico						
NH-A	54	30	84	1	1	2
NH-S	20	5	25	0	1	1
Empregados sem função gratificada	325	183	508	103	57	160
Total	399	218	617	104	59	163
Escolaridade						
Fundamental	-	-	-	11	1	12
Médio	-	-	-	45	22	67
Superior	196	105	301	34	29	63
Pós Graduação	117	75	192	12	7	19
Mestrado	78	33	111	2	-	2
Doutorado	8	5	13	-	-	-
Total	399	218	617	104	59	163
Pessoas com Deficiência			3			7

Plano de Demissão Consensual (PDC)

O Plano de Demissão Consensual (PDC) foi implantado simultaneamente na Holding e nas empresas Amazonas GT, CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas e é uma das iniciativas que estão previstas no PDNG. As condições foram aprovadas previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e o total de elegíveis foi de 12.106 empregados com pelo menos dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento. Em 2018, foram desligados, com base no PDC, 905 empregados.

Impacto Financeiro do PDC nas Empresas Eletrobras em 2018 – Tabela 41

Empresas Eletrobras	Inscritos no PDC	Desligados no PDC**	Custo do PDC (R\$)*	Economia em 2018 (R\$)
Amazonas GT	46	46	R\$ 9.261.691,18	R\$ 528.665,09
Cepel	32	32	R\$ 7.917.831,89	R\$ 2.016.178,93
CGTEE	14	14	R\$ 1.976.771,51	R\$ 1.927.000,00
Chesf	329	322	R\$ 93.811.680,98	R\$ 20.560.167,18
Eletronorte	175	175	R\$ 51.919.009,21	R\$ 6.512.350,89
Eletronuclear	33	32	R\$ 7.252.369,69	R\$ 7.879.972,66
Eletrosul	116	112	R\$ 23.389.462,39	R\$ 1.460.034,89
Furnas	129	128	R\$ 31.648.096,49	R\$ 10.538.817,46
Eletrobras	44	44	R\$ 10.940.576,05	R\$ 14.282.041,17
Consolidado	918	905	R\$ 238.117.489,39	R\$ 65.705.228,27

(*) Custo do PDC = custo das indenizações pagas aos empregados desligados;

(**) A diferença entre a quantidade de inscritos e a quantidade de desligados no PDC deve-se a casos de empregados em licença médica ou que não conseguiram comprovar a aposentadoria em tempo hábil.

Em janeiro de 2019, a Eletrobras divulgou o Plano de Demissão Consensual 2019. O plano, implantado simultaneamente na *Holding* e nas Empresas Eletrobras Cepel, CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas GT, Eletrosul e Furnas, é uma das iniciativas previstas no PDNG 2019-2023 e tem meta de desligamento de 2.187 funcionários.

Inclusão

A Eletrobras *Holding* possui ações de inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) através de avaliação médica periódica, e ações de segurança do trabalho, para as questões de acessibilidade. No fim de 2018 teve início um programa com objetivo de melhorar a qualidade de vida no trabalho para empregados com deficiência, promovendo a inclusão e adaptação dos empregados com deficiência através de ações integradas de saúde ocupacional, treinamento e rede credenciada.

No. de Empregados do PCD nas Empresas Eletrobras Tabela 42

Empresa	Empregados PCD 2018	Empregados PCD 2017	Empregados PCD 2016
Eletrobras	10	9	9
Cepel	3	3	3
CGTEE	1	1	1
Chesf	157	162	166
Eletronorte	41	51	33
Eletronuclear	8	16	15
Eletropar	0	0	0
Eletrosul	32	33	30
Furnas	25	26	27
Ceal	15	15	10
Amazonas Energia	1	2	2
Amazonas GT	1	1	1

Empresa	Empregados PCD 2018	Empregados PCD 2017	Empregados PCD 2016
Eletoacre	-	13	14
Cepisa	-	38	38
Ceron	-	12	9
Boa Vista Energia	-	5	5
Total	294	363	360
Itaipu	45	38	38

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Mantivemos o modelo de educação corporativa das Empresas Eletrobras, composto pela Universidade das Empresas Eletrobras (Unise) e pelas unidades de educação corporativa. Através dele é possível atuar de forma integrada e cooperativa entre todas as empresas do sistema, agindo em sintonia com os propósitos estratégicos da Eletrobras.

Unise 2018 – Tabela 43

Escola	Investimento (R\$)	Qtde de Ações	Participações	Carga Horária
Excelência Operacional	205.066,22	26	120	4.276
Estratégias de Mercado	4.230,00	1	1	40
Gestão	2.034.402,12	147	1.473	46.074,5
Liderança	124.335,00	3	25	690
Responsabilidade Social Corporativa	178.804,31	16	111	3.420
Total	2.546.837,65	193	1.730	54.500,5
Horas Treinadas por participação				31,5
Investimento por participação				R\$ 1.472,16

Sistema Educacional Eletrobras em 2018 (Unise + Unidades de Educação) – Tabela 44

Ações	Investimento (R\$)	Qtde de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós - Graduação Stricto Sensu	R\$ 459.625,04	44	49	49	13.490
Pós - Graduação Lato Sensu	R\$ 2.135.951,48	85	195	232	56.112
Demais Ações Educacionais	R\$ 10.778.806,11	4055	13889	45454	682.797,3
Congressos e Seminários	R\$ 1.643.818,89	403	3050	4318	53.642,7
Cursos de Idiomas	R\$ 1.162.397,87	205	381	888	31.025
Viagens e Deslocamentos	R\$ 9.532.238,17	0	0	0	0
Total	R\$ 25.712.837,56	4.792	17.564	50.941	837.067
Horas Treinadas por participação					16,4
Investimento por participante					R\$ 5.051,41

No exercício de 2018, a Unise elaborou o Plano de Educação Corporativa (PEC) contemplando o mapeamento das ações educacionais em diversas temáticas e fornecendo subsídios e orientações para modelagem das atividades para o horizonte 2019 e 2020, dentro dos desafios do PDNG. Desenvolveu, ainda, uma nova proposta para a Escola de Liderança e lançou o Programa de Pós-Graduação.

A Diretoria de Conformidade (DC) promoveu “Curso de Formação de Governança, Riscos e Conformidade”, em parceria com a Unise, e a Semana de Integridade e Cultura Ética, visando contribuir para a capacitação e a sensibilização dos participantes em temas relacionados a governança, gestão de riscos, ambiente de controles internos, integridade corporativa, segurança da informação.

Em 2018, foi realizada ainda, a quinta edição da Semana de Integridade e Ética, com palestras com especialistas internos e externos sobre governança, riscos e conformidade, assédio moral, gestão e tratamento de denúncias, segurança da informação, mídias sociais e relacionamento com o setor público, entre outros temas relacionados ao Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões. Na ocasião, foi lançada ainda uma campanha institucional, interna e externa, destacando os avanços do Programa de Integridade, com ênfase na promoção da cultura ética.

No ano de 2018, a Companhia elaborou o Plano de Treinamento do Programa de Integridade (*Compliance*) que, entre outras ações, ofereceu um treinamento online de Integridade e Ética, alcançando um total de 88% dos empregados das Empresas Eletrobras. Uma nova versão atualizada do curso, incluindo a evolução do processo de integridade corporativa alcançada pela Companhia por meio do Programa Eletrobras 5 Dimensões, está prevista para o início do segundo semestre de 2019.

Outras importantes ações educacionais realizadas em 2018 focando públicos específicos foram o Curso de Governança; Riscos e *Compliance* (GRC); e o Curso de Risco de Fraude e Corrupção nas Empresas Eletrobras.

Política Integrada de Gestão de Pessoas

A Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras, lançada em 2018, sob o princípio “Integrar e padronizar práticas de gestão de pessoas”, reconhece a importância daqueles que constroem a organização e que têm como meta o comprometimento com a transparência, com a execução dos objetivos empresariais e com o atingimento de um bem maior — a sustentabilidade das Empresas Eletrobras, com o compromisso de manter os elevados padrões de segurança, confiabilidade e responsabilidade socioambiental.

A gestão de pessoas nas Empresas Eletrobras tem como base:

- » Atrair, desenvolver, reconhecer e reter talentos;
- » Liderar e gerir com foco na sustentabilidade empresarial;
- » Promover a segurança e o bem-estar aos empregados nos ambientes interno e externo à empresa;
- » Promover relações trabalhistas sustentáveis;
- » Respeitar a diversidade, promovendo a equidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão;
- » Preservar a ética e a integridade corporativa;
- » Integrar e padronizar práticas de gestão de pessoas.

A Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras envolve os seguintes processos de gestão:

1. Planejamento de gestão de pessoas: acompanhar e avaliar planos, programas e ações do segmento de gestão de pessoas, como desdobramento do direcionamento estratégico.
2. Carreira, remuneração e benefícios: buscar o alinhamento das práticas de carreira e remuneração, compatíveis com o mercado e com a estratégia empresarial, favorecendo o pleno desenvolvimento profissional dos empregados.
3. Desenvolvimento de pessoas: estabelecer um plano de formação continuada dos empregados, tendo como base a educação corporativa e a gestão do conhecimento.
4. Segurança do trabalho, saúde e qualidade de vida: promover uma cultura prevencionista de saúde e segurança do trabalho, em todas as suas unidades.
5. Plano de saúde e previdência complementar: promover a gestão do benefício de assistência à saúde, preservando a qualidade e o equilíbrio econômico-financeiro do plano.

Por meio desta política, as Empresas Eletrobras — que têm “Valorização e Comprometimento das Pessoas”, como valor, e “Excelência em Pessoas e Cultura de Excelência”, como diretriz estratégica — reforçam o compromisso com o desenvolvimento de uma cultura corporativa alinhada com os objetivos estabelecidos em seu Plano Estratégico.

Remuneração e Benefícios

A política de remuneração adotada pela Eletrobras segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Cabe ressaltar que, além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras), o Plano é aprovado pelas Entidades Sindicais por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Economia. Para remuneração variável, existe o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, a qual está pautada em indicadores corporativos e nos ritos contidos na legislação.

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, a Eletrobras agrega aos benefícios e vantagens, a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordo Coletivo de Trabalho, a outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos.

A empresa oferece alguns benefícios como: licença maternidade e extensão da licença, licença paternidade e extensão da licença, assistência médica/plano de saúde, cobertura para incapacidade/invalidez, seguro de vida em grupo, plano de previdência complementar, auxílio creche/pré-escola, auxílio refeição/alimentação, gratificação de férias, vale transporte, licença para trabalhadores vítimas de violência doméstica, cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, cursos de idioma estrangeiro, assistência psicopedagógica.

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) está no seu 6º ciclo unificado de aplicação nas Empresas Eletrobras e foi utilizado pela primeira vez no SAP em 2018. O sistema contemplou a avaliação das Competências, visando identificar o grau de desenvolvimento das pessoas em suas habilidades, conhecimentos e atitudes, comparando a relação destes aspectos com os comportamentos evidenciados no período avaliativo.

Em virtude das mudanças no ambiente corporativo, tecnológico, cultural, institucional e concorrencial; tornou-se necessário revisar a ferramenta haja vista a pertinência metodológica de uma atualização periódica. Os resultados do projeto piloto “De olho no futuro”, da pesquisa de clima e de levantamento de necessidades da área de gestão de pessoas também trazem elementos para essa revisão do modelo.

As expectativas para 2019 são o lançamento do 7º Ciclo do SGD e a aplicação do SGD na instância única do ProERP, seguindo a orientação do projeto para a padronização da ferramenta nas Empresas Eletrobras.

Planejamento de Sucessão – Projeto “De Olho no Futuro”

O PDNG 2019-2023, além das prioridades elencadas no planejamento anterior, incorpora a estratégia de valorização de pessoas, contendo as iniciativas de dimensionamento quali-quantitativo do pessoal, aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho e Banco de Talentos e Oportunidades. O processo de *assessment*, realizado em 2017, contribuiu para a atualização das métricas de gestão de desempenho, pactuação de metas, expectativa de atuação e assertividade dos feedbacks. Foram realizados, desde 2017, 1.125 *assessments* na Holding e nas Empresas Eletrobras.

Os gestores são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de um ambiente onde as pessoas estão comprometidas com o seu trabalho e empenhadas em dar o seu melhor para garantir o sucesso da empresa. Nesse sentido, para o ano de 2019, a expectativa é revisar e aprovar um novo Plano de Funções para o Sistema Eletrobras, reconhecendo e mapeando as funções gratificadas necessárias e relevantes para o perfeito funcionamento das empresas, bem como o reconhecimento do papel da liderança para atingir os objetivos traçados pela alta gestão.

Planos de Previdência

A companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos às seguradoras ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletrobras Holding possui planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD) conforme apresentado na tabela abaixo e informações adicionais podem ser encontradas na Nota Explicativa 27 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2018.

Beneficiários do Plano de Previdência das Empresas Eletrobras em 2018 - Tabela 45

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Plano de Previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	Plano de Previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	Plano de Saúde de autogestão
Beneficiários ativos (em unidades) - 2018				
Eletrobras	90	651	839	2.705
Eletronuclear	1.550	-	1.611	7.380
Eletronorte	46	2.667	3.313	13.975
Furnas	638	2.468	3.068	12.425
Eletrosul	356	710	1.505	4.253
Ceal	14	1.207	1.241	0
Cepel	56	269	460	1.074
Amazonas Distribuição	21	1.509	1.681	6.327
Itaipu	1.403	-	1.399	8.536
CGTEE	142	-	-	-
Amazonas GT	12	427	447	1.490
Chesf	9	4.090	3.267	13.033

Saúde, Bem-estar e Segurança no Trabalho

A Eletrobras *Holding* manteve as ações iniciadas em anos anteriores, como o Programa Eletrobras Saudável, que visa à prevenção de doenças, à promoção da saúde e da qualidade de vida dos seus colaboradores, contempla ações voltadas para a redução dos fatores de risco de doenças crônicas, estimulando hábitos saudáveis e agregando valor para a qualidade de vida no trabalho.

As principais ações/campanhas desenvolvidas no Programa em 2018 foram: apresentações externas do **Coral Eletrobras**, no Auditório da Biblioteca Nacional e no Instituto Benjamin Constant; **Programa de Corrida e Caminhada**, com dez corridas de rua, em 2018; **Programa Saúde Emocional**, através de quatro oficinas, voltadas para a integração de colaboradores em torno do tema "Qualidade de Vida, Atitudes Saudáveis e Bem-Estar no Trabalho"; **Vacinação Contra a Gripe e Sarampo**, tendo sido vacinadas 932 pessoas, nos dias 8 a 10 de maio; **Semana Mundial do Aleitamento Materno 2018**, entre os dias 1 a 7 de agosto, sendo que a Companhia apoia e incentiva o programa por meio da concessão da extensão da Licença Maternidade como integrante do Programa Empresa Cidadã, além de possibilitar a redução de jornada para fins de aleitamento materno.

Campanhas realizadas em 2018

Campanha de Doação de Sangue: realizada nos meses de fevereiro, junho e novembro, coordenada pelos integrantes do Programa Eletrobras Saudável e do Programa Eletrobras de Voluntariado, em parceria com a ONG Viva Rio e o Instituto Nacional do Câncer (Inca), contou com a participação de 42 colaboradores da Eletrobras.

Setembro Amarelo: criada com objetivo de alertar para o aumento crescente de mortes por suicídio a campanha é apoiada pela Previdência Complementar, Saúde e Segurança no Trabalho (DAPS), informando sobre fatores de risco e formas de prevenção.



Outubro Rosa: A Eletrobras, em apoio a campanha, divulgou um vídeo educativo com depoimentos de empregadas que relataram suas experiências e aprendizados a partir do diagnóstico da doença.

Novembro azul: A área de DAPS, em parceria com o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade Eletrobras promoveu uma palestra, aberta a todos os colaboradores sobre saúde integral do homem e mecanismos para a prevenção do câncer de próstata.



Segurança do Trabalho

A Política de Ações Preventivas da Eletrobras visa priorizar a segurança e a saúde ocupacional dos empregados, com foco na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e promoção da saúde, atendendo aos requisitos legais e regulamentares. Esta política tem como base legal o que estabelecem as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e demais legislações vigentes relativas à prevenção e saúde do trabalhador.

Cabe ainda destacar as atividades desenvolvidas pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) com ênfase na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em parceria com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) no auditório da *Holding*. Foi destinado um dia para evento externo de treinamento, com aproximadamente 100 colaboradores. O objetivo geral foi promover a conscientização sobre a segurança no ambiente de trabalho e nas rotinas diárias e o treinamento externo teve como foco a segurança dos colaboradores especificamente nas instalações da empresa.

Estatística de Acidentes de Trabalho nas Empresas Eletrobras - Tabela 46

Empresa	Óbitos Empregados		Taxa de Frequência*		Taxa de Gravidade**	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Eletrobras	0	0	0,54	0,52	2	47
Cepel	0	0	1,32	0,00	4	0
CGTEE	0	0	6,31	9,42	748,33	59
Chesf	0	0	4,00	1,49	61	9
Eletronorte	0	0	0,87	1,08	2	11
Eletronuclear	0	0	3,61	1,03	30	17
Eletrosul	1	1	6,13	6,68	2.757	3.032
Furnas	0	0	1,74	2,64	71	22
Ceal	0	0	4,78	2,01	354	135
Amazonas Energia	2	0	1,18	0,58	5.317	2
Amazonas GT	0	0	2,17	2,17	2	95
Itaipu Binacional	0	0	4,00	3,00	104	121

(*) Taxa de Frequência: Número de acidentes típicos com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

(**) Taxa de Gravidade: Tempo computado por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

Na Eletrosul houve, em junho de 2018, um óbito durante o deslocamento para subestação em Passo Fundo a fim de acompanhar a recomposição do sistema de transmissão.

Na Amazonas Energia, houve um caso de óbito devido à queda de poste durante atividade de substituição de cruzetas deterioradas e outro óbito durante realização de leitura.

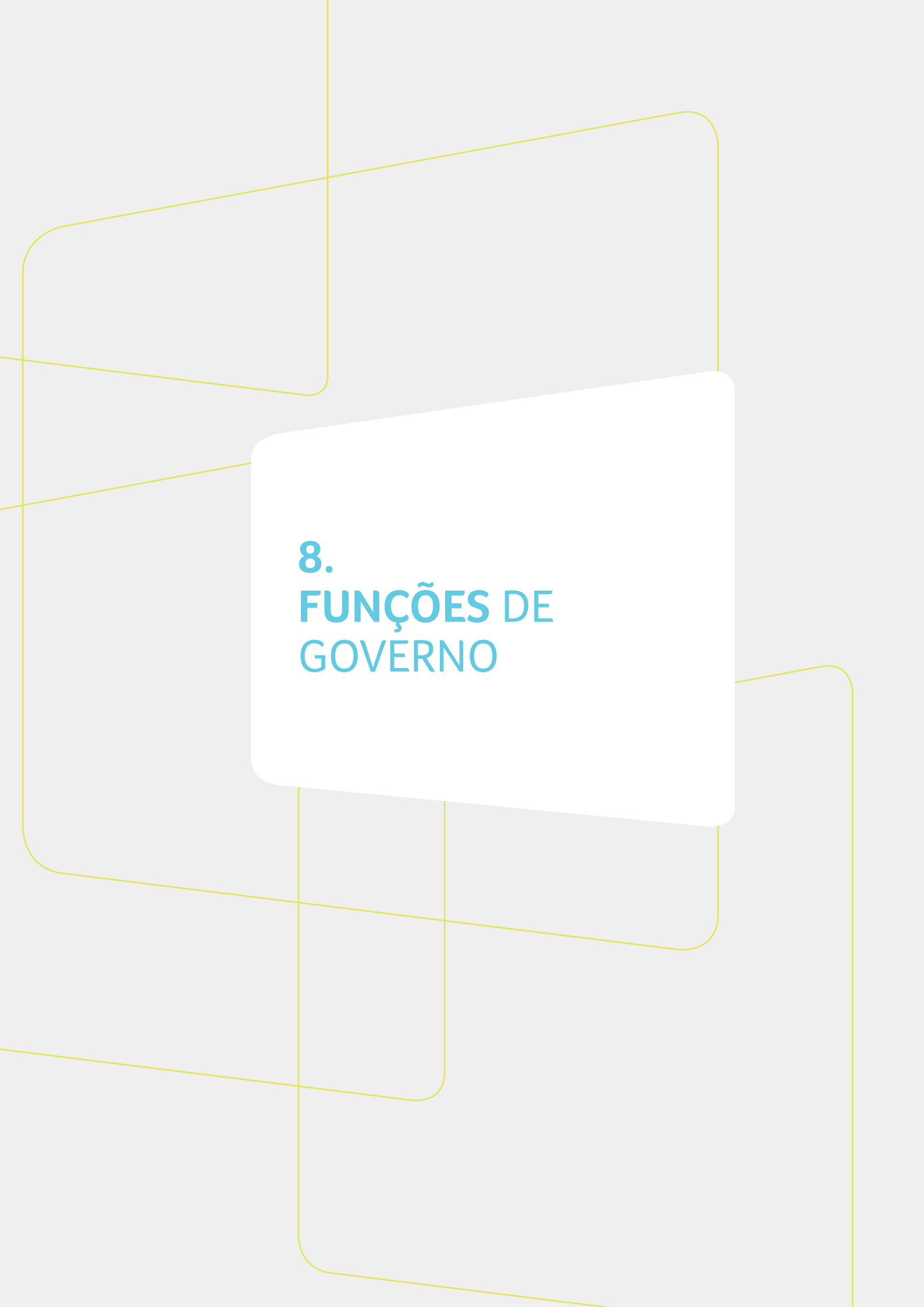
Relações Trabalhistas e Sindicais

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) no âmbito das Empresas Eletrobras são efetuadas em nível nacional e contam com a participação de diversas Federações e Sindicatos, dentre as quais destacamos: Federação Nacional dos Urbanitários, Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Administradores, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste, Federação Nacional das Secretárias e Secretários, Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais, e os Sindicatos dos Urbanitários de Alagoas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amapá, Rondônia, Roraima, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco.

No processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, em 2018, foram realizadas seis reuniões entre representantes das Empresas Eletrobras e das Entidades Sindicais, culminando na pactuação do ACT 2018/2019. O documento, que abrange todos os empregados das Empresas Eletrobras, possui a assinatura de 25 Federações e Sindicatos, dentre as cerca de 50 entidades que participaram do processo negocial.

Com exceção da cláusula que tratava de política de transferência de empregados entre as empresas, todas as demais cláusulas existentes no ACT anterior foram renovadas, sendo que os salários e benefícios foram reajustados em 1,69%, com vigência de 1º de maio de 2018.

No ano de 2018 não ocorreram greves referentes ao processo negocial trabalhista.



8. **FUNÇÕES DE** **GOVERNO**

8.1. Gestão de Programas de Governo

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operacionalizado pela Eletrobras, pretende oferecer, até o ano de 2022, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Os recursos para o programa vêm do Governo Federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão (RGR) ou da Caixa Econômica Federal e também, de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2018, esses recursos totalizaram R\$ 26 bilhões, sendo R\$ 19 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (CDE e RGR).

No ano de 2018, foram realizadas 68.125 ligações, acumulando um montante de 3.457.162 ligações efetuadas desde 2004, o que representa 99% da meta assumida para o período 2004-2018. Mais de 16,4 milhões de pessoas no meio rural brasileiro foram beneficiadas.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras, foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos 6.599 projetos no ano de 2018, totalizando 542.103 projetos desde 2004. Este total de obras resultou no atendimento de 2.993.619 ligações, o que corresponde a 94% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras.

Para cobrir as despesas decorrentes da função de operacionalizadora, a Eletrobras recebe recursos oriundos da Taxa de Ressarcimento de Custos Administrativos, paga pelos Agentes Executores do Programa, segundo regulamentação.

Liberação dos Recursos do Programa Luz para Todos de 2004 a 31/12/2018 - Tabela 47

Região	(R\$ milhões)					
	Contratados			Liberados(*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	5.723,96	318,29	6.042,25	4.437,97	284,30	4.722,27
Nordeste	7.458,48	941,94	8.400,42	6.675,10	837,42	7.512,52
Centro-Oeste	1.089,13	575,60	1.664,73	872,42	526,96	1.399,38
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,88	942,98	1.683,86
Sul	346,24	511,90	858,14	280,22	387,26	667,48
Brasil	15.475,94	3.536,41	18.998,18	13.006,59	2.978,92	15.985,51

(*) – Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais, após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Lei nº 13.360/2016).

Nº de Ligações do Programa Luz para Todos, por Região, até 31/12/2018 - Tabela 48

Região	Contratadas entre os Agentes Executores ^(*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	753.715	630.448
Nordeste	1.583.487	1.539.959
Centro-Oeste	229.833	213.006
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.180.866	2.993.947

(*) – Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), criado pela Lei nº. 10.438/2002, e regulamentado no Decreto nº 5.025/2004, começou a ser implantado em 2004, com o objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa. À Eletrobras foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do Proinfa pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

O Proinfa adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006, até o final de 2018, a contribuição do Proinfa para o sistema, em termos de volume de energia gerada, foi de aproximadamente 97,7 milhões de MWh. Em 2018, o programa gerou 9,3 milhões de MWh com um custeio de R\$ 3,48 bilhões.

A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011.

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)



Destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é o programa do Governo Federal atuante em todo Brasil através de ações setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

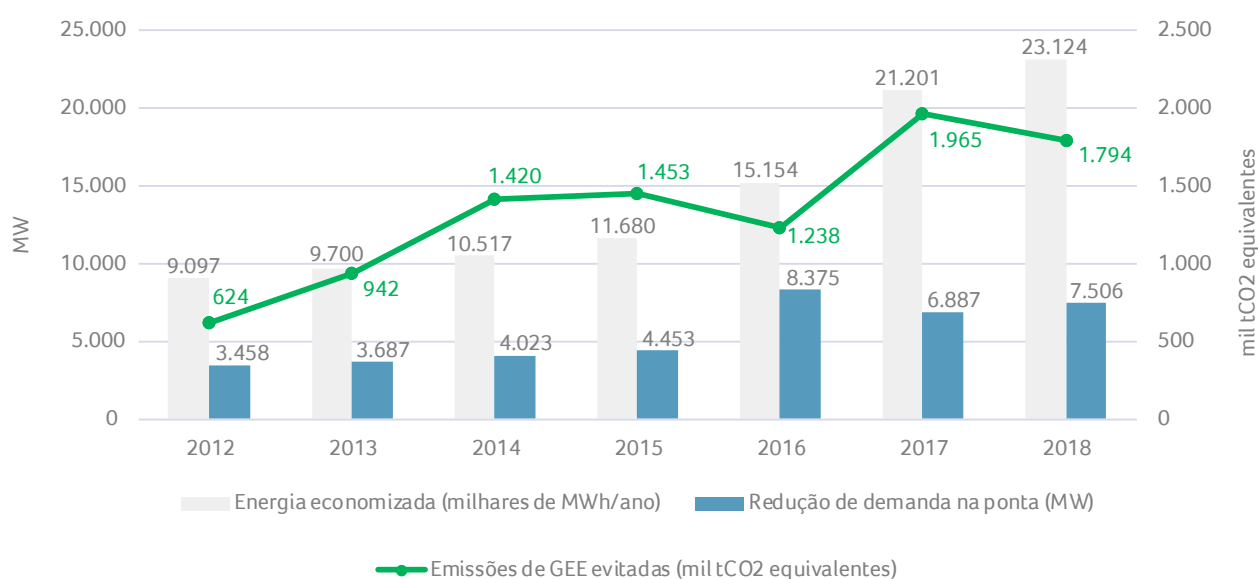
O repasse dos recursos previstos pela Lei no 13.280/2016 ao Procel e sua posterior utilização estão condicionados à apresentação e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR) e da prestação de contas do ano anterior. Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

É esperado que em 2018 o Procel tenha contribuído, principalmente através do Selo Procel, para uma economia de aproximadamente 23 milhões de megawatts-hora (MWh), equivalente ao consumo anual de cerca

de 12 milhões de residências em um ano. Além disso, a expectativa é que se tenha evitado a emissão de 1,78 milhão tCO₂ equivalentes. A Eletrobras despendeu no Programa, no último ano, recursos da ordem de R\$ 11,52 milhões em recursos próprios e outros R\$ 11,06 milhões advindos da Lei nº 13.280/2016, totalizando R\$ 22,58 milhões, recolhidos por meio das distribuidoras de energia elétrica e depositados em conta específica, conforme previsto na supracitada lei e regulamentações da ANEEL. Os resultados finais de economia de energia do Procel estarão disponíveis em abril de 2019.

O Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes no consumo de energia elétrica e amigáveis ao meio ambiente. Atualmente, o Selo Procel contempla 41 categorias de equipamentos, abrangendo mais de 3.600 modelos de aproximadamente 200 fabricantes. Para aprimorar a atuação e dar maior credibilidade aos resultados do Selo, foi instaurado em 2018 um processo de acompanhamento da produção de equipamentos com Selo Procel, com objetivo de verificar se as características dos produtos, apresentadas durante a concessão do Selo, se mantêm durante a etapa de produção fabril, garantindo a efetividade dos resultados do programa.

Resultados do Procel 2012 a 2018 - Gráfico 10



Bens da União sob Administração da Eletrobras (BUSA)

Os Bens da União sob Administração da Eletrobras (BUSA) são bens e instalações encampados e desapropriados pela União Federal com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), ficando estes bens integrados à mesma conta como patrimônio da União Federal em regime especial de utilização no serviço público, sob a administração da Eletrobras, conforme dispõe o Decreto-Lei nº 1.383/1974 em seu art. 2º. Cabe à Eletrobras, na qualidade de administradora dos bens, o registro, a conservação e a operação do acervo dos bens BUSA. O mesmo decreto autorizou a Eletrobras a realizar convênios com as concessionárias estaduais de energia elétrica com a interveniência do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), atual ANEEL.

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras

(SIGBUSA), dos quais 1.891 bens considerados servíveis estão em operação, vinculados à concessão de empresas do setor e 17 bens servíveis encontram-se desativados. Outros 78 bens são inservíveis e oito bens foram alienados. Entre os anos de 2015 a 2018, foram gastos R\$ 11,5 milhões com a administração dos BUSA por parte da Eletrobras.

Com a publicação da Lei nº 13.360/2016, a gestão e operação dos Fundos Setoriais, foi transferida integralmente, desde 01 de maio de 2017, para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sem que tenham sido definidos mecanismos legais de ressarcimento à Eletrobras pelos custos incorridos pela gestão dos BUSA.

Custos da Eletrobras após a Transferência da Gestão dos Fundos Setoriais para a CCEE - Tabela 49

	(R\$) mil
2017 (maio a dezembro)	2.848,8
2018	3.058,8
Total Período	5.907,6

O Ministério de Minas e Energia (MME) elaborou sugestão de alteração da redação do Decreto-Lei nº 1.383/1974 a fim de excluir a Eletrobras da administração do acervo total dos BUSA e transferir a administração direta dos bens inservíveis ao serviço público de energia elétrica à União Federal para adequada destinação e regularização de outorgas dos bens servíveis pela ANEEL. Além disso, o Decreto-Lei nº 1.383/1974 não prevê remuneração à Eletrobras pela administração deste patrimônio.



9. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$ 31.305 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo ações 1.087.050.297 ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais. Em relação ao ano anterior, não houve alteração materialmente relevante na composição do capital social da Companhia, incluindo: aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social.

Existe um saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 3.581 milhões, feito pela União, a ser capitalizado. Este saldo é corrigido pela Selic.

Composição Acionária da Eletrobras em 2018 - Tabela 50

Acionistas	Ordinárias	%	Pref. "A"	%	Pref. "B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	554.395.652	51%	-	-	1.544	0%	554.397.196	40,99%
BNDESpar	141.757.951	13,04%	-	-	18.691.102	7,04%	160.449.053	11,86%
BNDES	74.545.264	6,86%	-	-	18.262.671	6,88%	92.807.935	6,86%
FND	45.621.589	4,20%	-	-	-	-	45.621.589	3,37%
FGHAB	1.000.000	0,09%	-	-	-	-	1.000.000	0,07%
Outros	269.729.841	24,81%	146.920	100%	228.481.566	86,08%	498.358.327	36,85%
Acionista não controlador								
Cust. CLBC								
Residente	115.450.216	10,62%	82.475	56,14%	91.093.645	34,32%	206.626.336	15,28%
Não Residente	123.710.844	11,38%	1	0,00%	109.141.447	41,12%	232.852.292	17,21%
Programa ADR	29.310.918	2,70%	-	-	10.629.239	4,00%	39.940.157	2,95%
Demais								
Residente	1.257.617	0,12%	64.417	43,84%	17.617.022	6,64%	18.939.056	1,40%
Não Residente	246	0,00%	27	0,02%	213	0,00%	486	0,00%
Total	1.087.050.297	100%	146.920	100%	265.436.883	100%	1.352.634.100	100%

Distribuição do Capital Social da Eletrobras pelos Continentes em 2018 - Tabela 51

Continente	Ordinárias	%	PNA	%	PNB	%
Oceania	2.585.535	0,24%	0	0,00%	733.371	0,28%
Europa	30.888.566	2,84%	28	0,02%	22.914.684	8,63%
América do Norte	102.174.381	9,40%	0	0,00%	79.914.506	30,11%
América do Sul	934.481.350	85,96%	146.892	99,98%	146.403.500	55,16%
Ásia	16.912.765	1,56%	0	0,00%	15.463.122	5,83%
África	7.700	0,00%	0	0,00%	7.700	0,00%
Total	1.087.050.297	100%	146.920	100%	265.436.883	100%

Desempenho das ações

As ações ordinárias e preferencias da Eletrobras são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ELET3” as ações ordinárias e as ações preferenciais classe “B” e classe “A” são negociadas sob os tickers “ELET6” e “ELET5”, respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações

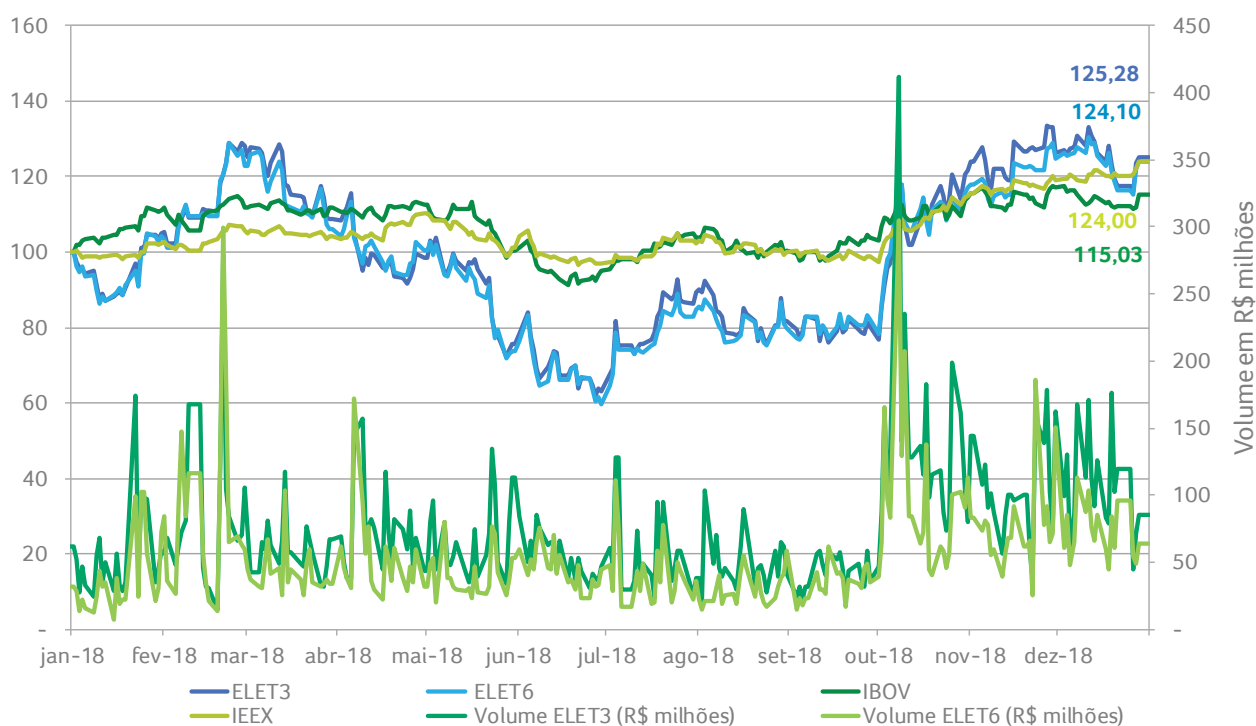
são negociadas, através do Programa de ADR nível II, sob os tickers “EBR” e “EBR-B”. Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), as ações são negociadas através do Programa Latibex, sob os tickers “XELTO” e “XELTB”.

Em 2018, as ações da Companhia refletiram positivamente as ações do PDNG 2018-2022 que previa a privatização das empresas distribuidoras, o desinvestimento em SPEs e coligadas e a perspectiva de democratização do capital da Eletrobras.

Programa Nível 1 B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (ELET3 e ELET6) - Tabela 52

Preço e Volume	(R\$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R\$) ELET6 B3 (Ações PN)	(pts.) IBOV B3 (índice)	(pts.) IEE B3 (índice)
Cotação de Fechamento em 31/12/2018	24,23	28,17	87887	49266
Máxima em 2018	25,80	29,61	89820	49266
Média em 2018	19,06	22,04	81639	41809
Mínima em 2018	11,99	13,55	69815	38368
Variação em 2018	25,3%	29,8%	15,0%	24,0%
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (milhões de ações)	3,8	2,4	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (R\$ milhões)	73,8	54,4	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2018	R\$ 33.821 milhões			

Comportamento Ações da Eletrobras na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 2018 - Gráfico 11



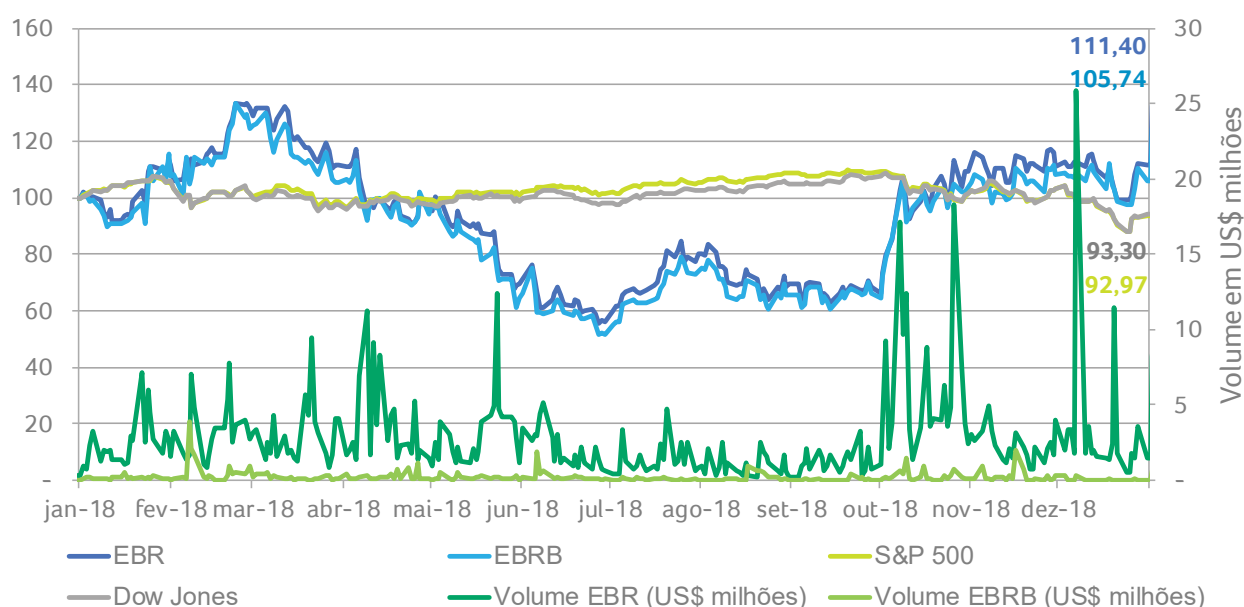
Número índice 01/01/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: Bloomberg Professional®

Programa de ADR Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) em 2018 - Tabela 53

Preço e Volume	(US\$) NYSE EBR	(US\$) NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2018	6,35	7,18
Máxima em 2018	7,61	9,04
Média em 2018	5,30	6,07
Mínima em 2018	3,16	3,50
Variação nos últimos em 2018	11,4%	5,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (milhares de ações)	504,9	37,2
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (milhões US\$)	2,7	0,2

Comportamento das ADRs Nível II na NYSE em 2018 - Gráfico 12



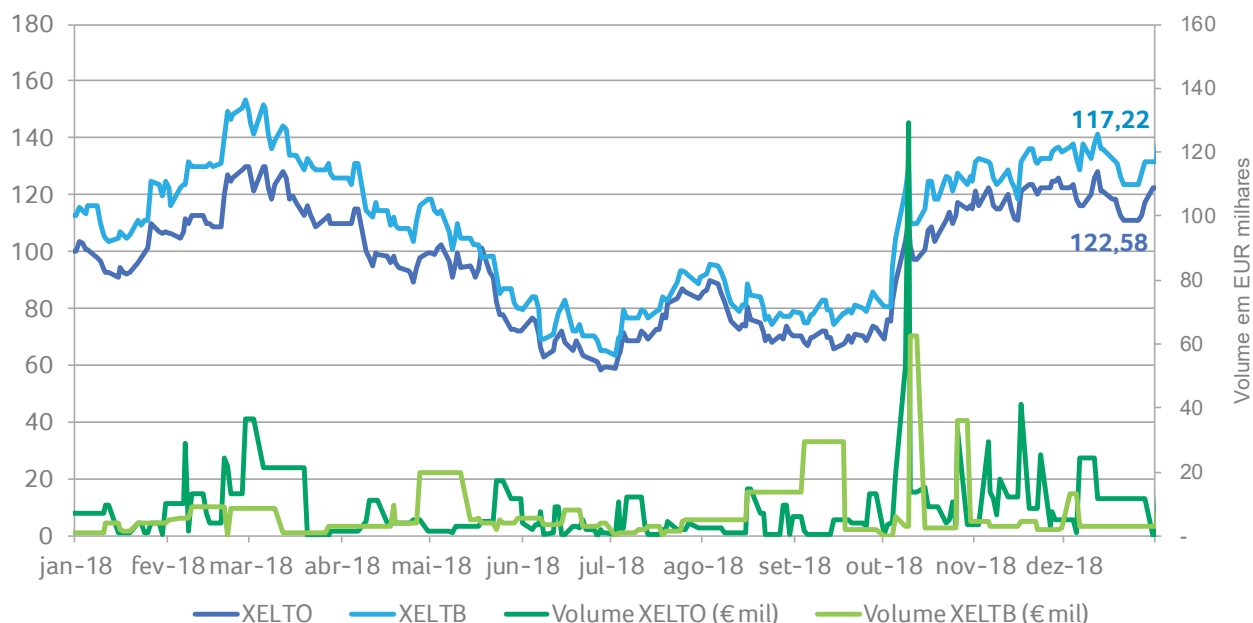
Número índice 01/01/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: Bloomberg Professional®.

Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid em 2018 - Tabela 54

Preço e Volume	(€) LATIBEX XELTO	(€) LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2018	5,70	5,95
Máxima em 2018	6,15	7,20
Média em 2018	4,30	4,98
Mínima em 2018	2,74	3,14
Variação em 2018	23,4%	17,8%
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (milhares de ações)	1,9	1,3
Volume Médio Diário Negociado em 2018 (milhares de Euros)	8,7	6,3

Comportamento das Ações na Bolsa de Valores de Madri em 2018 - Gráfico 13



Número índice 01/01/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: Bloomberg Professional®.

Remuneração aos Acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos da Eletrobras tem como propósito estabelecer as regras e os procedimentos de maneira transparente e de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos. A decisão de distribuir dividendos e demais proventos leva em conta diversos fatores e variáveis, tais como os resultados da Companhia, sua condição financeira, necessidade de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, manutenção e expansão da capacidade produtiva.

Essa política busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Companhia, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção de seus negócios.

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 13.262 milhões atribuído ao controlador. A Companhia, tendo em vista a incompatibilidade de sua situação financeira com o pagamento integral do dividendo obrigatório, conforme detalhado no anexo IX da proposta de administração da 59ª Assembleia Geral Ordinária, propõe a distribuição a seus acionistas, conforme a seguir:

Distribuição de Dividendos - Tabela 55

Classe	Total (R\$ mil)	R\$/Ação
Ações preferenciais classe A	272	1,85151809872
Ações preferenciais classe B	368.596	1,38863857404
Ações ordinárias	881.132	0,810571583197

A Companhia não tem capacidade financeira de pagar integralmente os dividendos obrigatórios, conforme a citada proposta de administração e propôs a retenção de R\$ 2.291.889 mil, em reserva especial de dividendos, com base no artigo 202, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Rating (Classificação de Risco)

Os *Ratings* da Companhia refletem a perspectiva do *Rating* soberano do Brasil e também a expectativa de que a Eletrobras continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e, portanto, continuará recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *Rating* da empresa continua espelhando o *Rating* soberano do país.

Rating - Tabela 56

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's BCA	"B1": / Estável	03/10/2018
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba3": / Estável	03/10/2018
Fitch - Issuer Default <i>Ratings</i> (Foreign Currency)	"BB-": / Estável	14/06/2018
Fitch - Issuer Default <i>Ratings</i> (Local Currency)	"BB-": / Estável	14/06/2018
Fitch - Senior Unsecured Debt <i>Rating</i>	"BB-"	14/06/2018
S&P LT Local Currency (Escala Nacional Brasil)	brA-1+	19/12/2018
S&P - SACP (Stand Alone Credit Profile)	"B+"	19/12/2018
S&P LT Foreign Currency (Escala Global)	"BB-" / Estável	19/12/2018

9.2. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e às regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia realizou, quatro reuniões, em 2018, com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), sendo duas no Rio de Janeiro e duas em São Paulo.

Para apresentar a companhia a investidores estrangeiros, foi organizado um roadshow na cidade de Boston, nos Estados Unidos. Dentre as 11 (onze) conferências que a Eletrobras participou no ano de 2018, quatro foram realizados no exterior na cidade de Nova Iorque e sete nacionais, sendo quatro em São Paulo e três no Rio de Janeiro.

No mês de novembro, para comemorar dez anos de listagem na NYSE, a Companhia promoveu o "Eletrobras' Day" com a presença do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e da Superintendente de Relações com Investidores.

Ombudsman de RI



O Ombudsman de RI da Eletrobras é um dos mais importantes instrumentos de atendimento da Companhia e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e solicitações, visando a melhoria dos processos internos de Relações com Investidores, o fortalecimento da Governança Corporativa, assim como a melhoria da reputação e da transparência da Eletrobras no que se refere ao Mercado de Capitais.

Em 2018, o Ombudsman de RI recebeu 595 manifestações através de 348 pessoas, sendo 92 estrangeiros. Os manifestantes foram classificados como agentes autônomos, investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas, agências de *Rating*, órgãos reguladores e outros agentes de mercado.

Das 595 manifestações, 588 foram relacionadas a consultas sobre assuntos relacionados à privatização, realização de assembleias de acionistas, informações financeiras e PDNG. Além disso, houve sete manifestações distribuídas sendo um elogio, uma crítica, uma sugestão e quatro reclamações.

O Ombudsman de RI oferece os seguintes canais de contato aos agentes de mercado:



Internet:
www.eletrobras.com/ri



E-mail:
ombudsman-ri@eletrobras.com



Endereço:
Rua da Quitanda, 196 – 9º andar
Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-005



Telefones:
+55 21 2514-6333 |
2514-4627



Visita agendada:
de 9:00h a 18:00h

Manifestações sobre corrupção; fraudes contábeis e financeiras; e ações que possam afetar os controles internos das Empresas Eletrobras devem ser realizadas por meio do [Canal de Denúncias](#).

Comunicação com o Mercado

Em 2018, foram divulgados 105 Comunicados ao Mercado, dois Comunicados de Transação com Partes Relacionadas, 48 Fatos Relevantes e sete Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002. Todos estes documentos podem ser acessados no site da Eletrobras e no *website* da CVM. Os principais assuntos abordados foram os seguintes: privatização e transferência de controle acionário das distribuidoras; privatização da Eletrobras; planejamento estratégico; certificação em programas de governança da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da SEST; acordo para ação coletiva em Nova Iorque; retomada de obras em Angra 3; acordo entre Eletrobras e Eletropaulo; e alienação de participação em SPEs. Do total de Comunicados aos acionistas, vinte foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, enquanto que 85 foram divulgados voluntariamente.

The background is a solid light green color. Overlaid on this are several thin, dark green lines that form a series of overlapping, rounded rectangular frames. In the center of these frames is a white, rounded rectangular box. Inside this white box, the text '10. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO' is written in a bold, blue, sans-serif font.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

10.1. Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2018, um Lucro Líquido de R\$ 13.348 milhões, superior ao Prejuízo Líquido de R\$ 1.726 milhões obtido em 2017. O lucro obtido em 2018 é composto pelo Lucro Líquido das operações continuadas de R\$ 15.227 milhões e pelo Prejuízo Líquido de R\$ 1.879 milhões referente às operações descontinuadas (distribuidoras).

Os destaques de 2018 são apresentados abaixo:

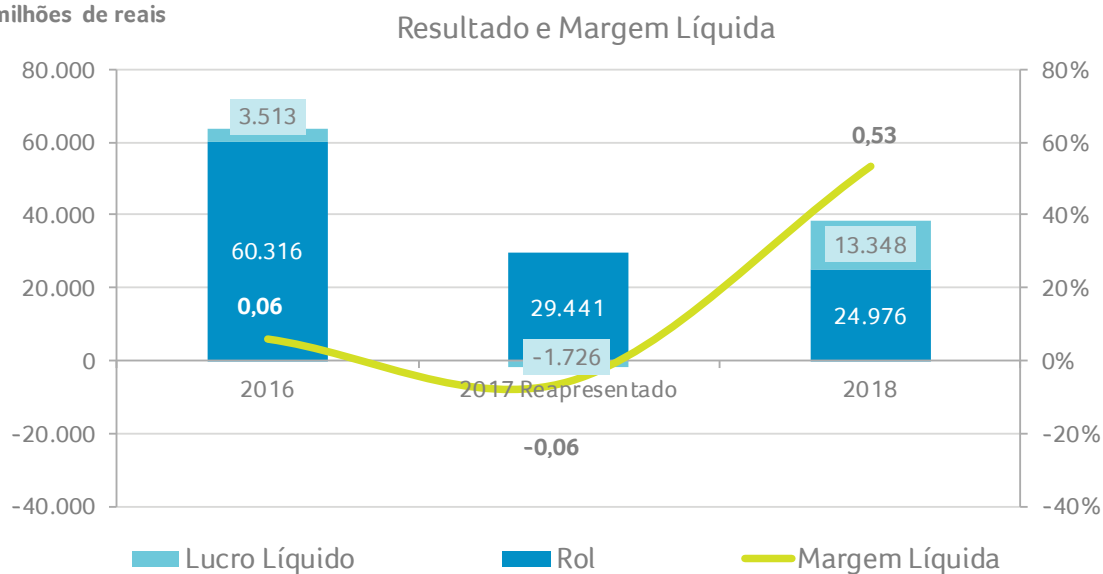
- » Receita Operacional Líquida de R\$ 24.976 milhões;
- » EBITDA no montante de R\$ 19.990 milhões e EBITDA Pró-Forma no montante de R\$ 8.456 milhões em 2018;
- » Dívida Líquida/EBITDA Pró-Forma em 31/12/2018 = 3,1
- » Reversão de *Impairment* e Contrato Oneroso relativos a Angra III que somam R\$ 7.243 milhões;
- » Ganhos e Perdas na Venda de distribuidoras, no montante positivo de R\$ 2.967 milhões, relativo a reversão de Patrimônio Líquido negativo;
- » Reversão da provisão referente à Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos no montante de R\$ 1.184 milhões;
- » Reversão de provisão de R\$ 739 milhões relativa à reclassificação de risco de contingências das distribuidoras já transferidas;
- » GAG Melhoria de R\$ 517 milhões;
- » Provisões para Contingências no montante de R\$ 1.820 milhões, com destaque para a provisão relativa ao Empréstimo Compulsório de R\$ 1.319 milhões;
- » Provisão Aneel CCC no montante de R\$ 1.187 milhões relativa a Ceron;
- » Impacto no resultado de R\$ 370 milhões relativos à provisão para o Plano de Demissão Consensual (PDC) em 2018;

Resultado Consolidado 2018 – 2017 - Tabela 57

CONSOLIDADO	2018	2017 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	24.976	29.441
Energia comprada para revenda	-1.560	-6.156
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1.482	-1.372
Combustível para produção de energia elétrica	-1.185	-962
Construção	-1.310	-970
Resultado Bruto	19.439	19.981
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.108	-10.285
Depreciação e Amortização	-1.702	-1.524
Provisões/Reversões operacionais	5.308	-4.646
Resultado Operacional antes de Part.Societárias	13.936	3.526
Participações Societárias	4.352	2.692
Resultado antes do Resultado Financeiro	18.288	6.219
Resultado Financeiro	-578	-1.736
Resultado antes de IR e CSLL	17.710	4.483
Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.484	-2.029
Lucro Líquido das Operações Continuadas	15.227	2.454
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	-1.879	-4.179
Lucro Líquido do Exercício	13.348	-1.726

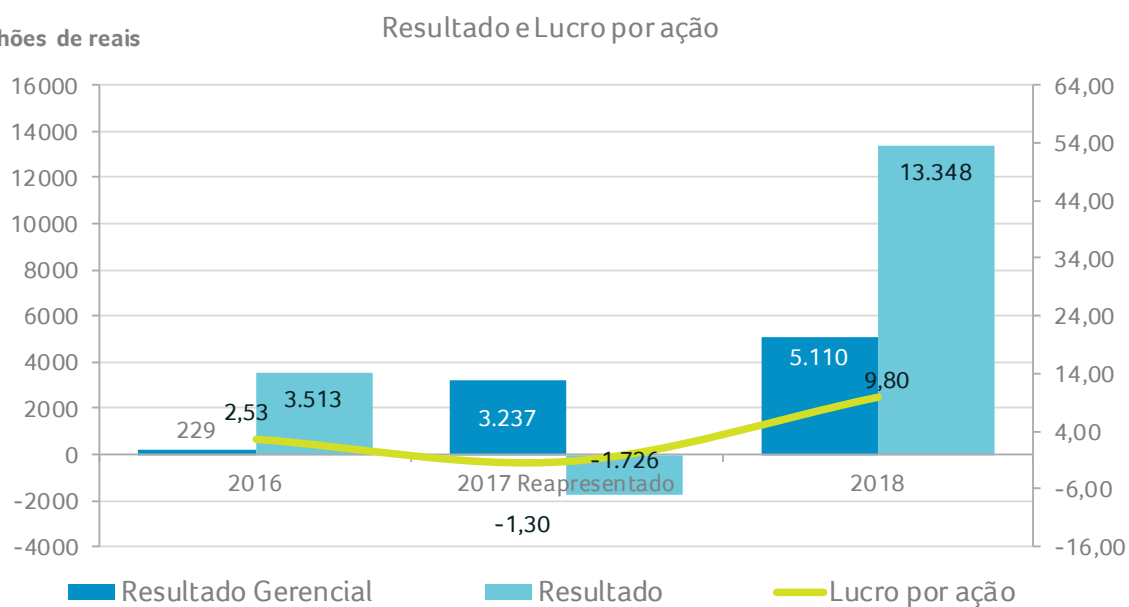
Resultado e Margem Líquida Gráfico 14

Em milhões de reais



Resultado e Lucro por Ação Gráfico 15

Em milhões de reais



10.2. Receita, Custos e Despesas Operacionais

Receita Operacional

Receita Operacional Consolidada 2018 – 2017 - Tabela 58

CONSOLIDADO	2018	2017 Reapresentado
Geração - Suprimento	13.269	15.932
Geração - Fornecimento	2.320	2.554
Geração - CCEE (curto prazo)	1.297	1.006
Geração - Receita de Operação e Manutenção	2.708	2.198
Geração - Receita de Construção	34	53
Geração - Repasse Itaipu	511	626
Transmissão - Receita de Operação e Manutenção	4.084	3.320
Transmissão - Receita de Construção	673	917
Transmissão - Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	3.556	4.923
Transmissão - Atualizações da Taxa de Retorno - Transmissão	758	1.140
Outras Receitas	869	1.041
Receita Bruta	30.080	33.711
Deduções da Receita	-5.104	-4.270
Receita Operacional Líquida	24.976	29.441

Geração

» **Suprimento:** (i) a aplicação do IFRS 15, alterando a forma de contabilização da energia vendida e comprada pela **Holding** no âmbito do Proinfa, com impacto negativo de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em 2018, devido ao *offsetting* com custo com energia comprada para revenda no âmbito do Proinfa, a partir do 3T18, como redutor de receita. (ii) na controlada **Furnas**, houve término do Produto ACR 2015-2017 e a revisão da Garantia Física das usinas em 2018. Parte da energia que antes era comercializada no ACL Suprimento, em 2017, foi direcionada para Fornecimento em 2018 em função dos novos Leilões da Usina de Itumbiara. Além disso, parte da energia que antes compunha o suprimento está sendo liquidada no Mercado de Curto Prazo; (iii) na controlada **CGTEE**, redução da receita por redução dos contratos de CCEAR. A redução da receita de suprimento foi parcialmente compensada por: (iv) na controlada **Eletronorte**, ocorreu crescimento da conta de Suprimento devido a participação da empresa, em Dez/2017, no Leilão A-1 produto 2018/2019, vendendo 171,96 MWmed a R\$177,99/MWh; e (v) na **Eletronuclear**, atualização da receita fixa estabelecida pela ANEEL para o Exercício de 2018 e parcela variável referente ao excedente de energia elétrica gerado/fornecido estimado para 2018.

- » **Fornecimento:** (i) na controlada **Eletronorte**, término de alguns contratos (South equivalente a 315 Mwmed); (ii) na **Chesf**, houve revisão da garantia física da Usina de Sobradinho, acarretando, por consequência, menor receita nos contratos prorrogados com os consumidores industriais. Essa queda foi parcialmente contrabalançada pelo crescimento da receita na controlada **Furnas**, devido aos novos leilões da Usina de Itumbiara, regidos pela Lei no 13.182/2015, específicos para consumidores finais.
- » **Venda de energia no mercado de curto prazo:** obteve leve aumento, crescimento da receita de curto prazo da controlada Amazonas GT pela geração excedente na usina de Mauá 3 e vendida ao Preço da Liquidação das Diferenças (PLD). Em 2017, não houve receita referente a esta operação. Além disso, a conta foi afetada pelas variações de mercado (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, Risco Hidrológico - GSF, Portfólio de contratos, etc), com destaque para a Chesf.
- » **Receita de Operação e Manutenção das Usinas renovadas pela Lei no 12.783/2013:** crescimento da receita explicado, principalmente, pela alteração na tarifa de Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) que compõe a receita de cotas das usinas renovadas e (ii) Reajuste anual da RAG conforme Resolução Homologatória Aneel, incluindo a GAG Melhoria, que impactou em cerca de R\$ 517 milhões, posto que referente ao recebimento de julho a dezembro de 2018.
- » **Repasse de Itaipu:** (i) influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos Commercial Price e Industrial goods.

Transmissão

- » **Operação e Manutenção das linhas de transmissão renovadas e não renovadas:** (i) ajustes decorrentes da aplicação do IFRS 15 (CPC 47), a partir de 1º de janeiro de 2018, que alterou o critério de contabilização dos ativos gerados pelos contratos de concessão de transmissão (ativo contratual). Em 2017, era aplicado o IFRIC 12/ICPC 01 (custo amortizado). O efeito contábil líquido da alteração relativo ao exercício de 2018 foi reconhecido em dezembro de 2018.
- » **Receita de construção:** (i) menor nível de investimento realizado em 2018, mas principalmente ajustes decorrentes da aplicação do IFRS 15 (CPC 47), a partir de 1º de janeiro de 2018, que alterou o critério de contabilização dos ativos gerados pelos contratos de concessão de transmissão (ativo contratual). Em 2017, era aplicado o IFRIC 12/ICPC 01 (custo amortizado). O efeito contábil líquido da alteração relativo ao exercício de 2018 foi reconhecido em dezembro de 2018.
- » **Receitas de Retorno do Investimento /RBSE:** (i) Remuneração do ativo financeiro da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) referente às linhas de transmissão renovadas conforme Lei no 12.783/2013, sendo que a diminuição da remuneração entre os períodos se deve ao início da amortização mensal dos ativos, em agosto de 2017, mas, principalmente, a alteração da mensuração do saldo a receber relativo à RBSE.

A partir de 01/01/2018, o ativo passou a ser mensurado pelo valor justo, conforme determinado pelo IFRS9/CPC 48, e não mais pelo custo amortizado, fato que elevou a receita financeira. No valor justo o ativo é mensurado com base na NTN-B, e as variações decorrentes de alteração na mesma são reconhecidas no resultado do período, independentemente da realização financeira. Os efeitos contábeis da alteração foram reconhecidos em dezembro de 2018.

» **Atualizações da Taxa de Retorno de Transmissão:** redução reflete o impacto da aplicação do IFRS 15.

Outras Receitas

» Outras Receitas apresentaram uma redução de 16%, passando de R\$ 1.041 milhões, em 2017, para R\$ 872 milhões, em 2018, devido, principalmente, a redução com serviços de comunicação prestados pela controlada Furnas, no montante de R\$ 155 milhões.

Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 41%, passando de um montante de R\$ 9.460 milhões, em 2017, para de R\$ 5.537 milhões em 2018, com destaque para:

- » **Energia Elétrica Comprada para Revenda:** influenciada, principalmente, pela (i) aplicação do IFRS 15, alterando a forma de contabilização da energia vendida e comprada no âmbito do Proinfa, com impacto de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões na conta de Energia comprada para revenda; (ii) efeitos não recorrentes dos lançamentos da fatura de energia devida aos PIES, e tratada, para efeito de IFRS, como Arrendamento Mercantil Leasing (PIES). Este lançamento é considerado um redutor desta conta de Energia Comprada para revenda e tem efeito de amortização do passivo relativo a este leasing. O efeito positivo desta reversão é compensada, no Resultado, pelo registro da Despesa Financeira, de R\$ 308 milhões, relativa a encargos de leasing. Este lançamento também afetou a conta de Depreciação em R\$ 57 milhões.
- » **Uso da Rede Elétrica:** crescimento das Despesas influenciando, principalmente, a contabilização na controlada Eletronuclear de provisão de uso de sistema de distribuição no montante de R\$ 99 milhões referente ao período de abril de 2014 a junho de 2018, conforme autorizado por Despacho ANEEL no. 4.123/2017.
- » **Combustível:** crescimento influenciado por: (i) variação da geração de energia da UTE Santa Cruz em **Furnas**; e (ii) maior consumo de gás para a usina de Mauá 3 (TG1 e TG2) na **Amazonas GT**, compensado pela recuperação de despesas CCC.
- » **Construção:** A variação deve-se, principalmente: (i) reforços e melhorias no sistema de transmissão; (ii) UTE Santa Cruz de Furnas.

Despesas Operacionais

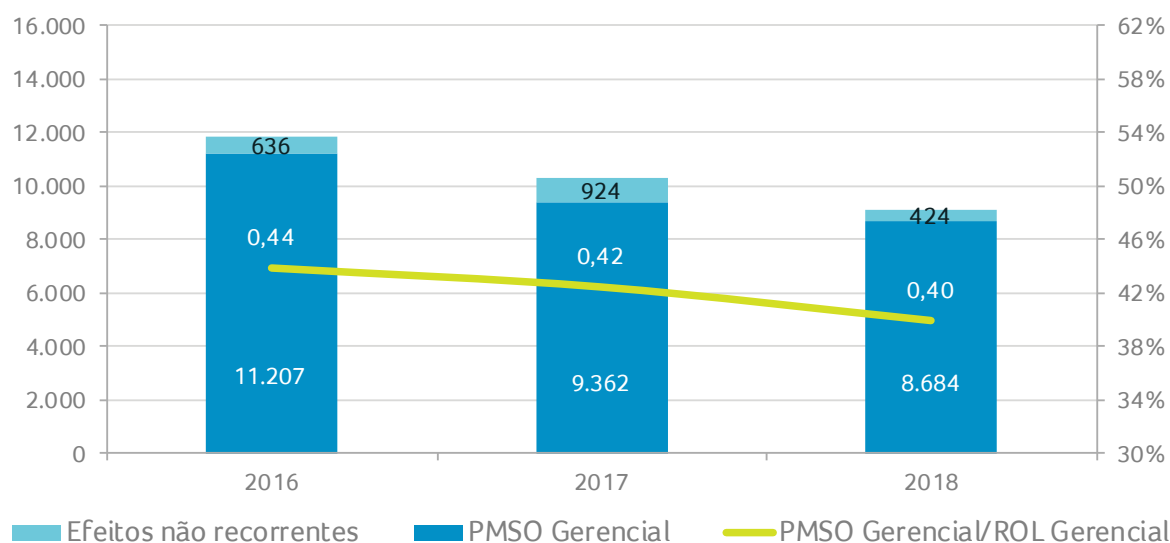
As Despesas Operacionais apresentaram redução de 67%, passando de R\$ 16.455 milhões em 2017 para R\$ 5.502 milhões em 2018, fortemente influenciado pelas reversões de provisão. Abaixo os destaques de cada conta:

- » **Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)** apresentou uma redução de 11%, passando de R\$ 10.285 milhões em 2017 para R\$ 9.108 milhões em 2018.
- » **Pessoal:** apresentou redução de 18%, passando de R\$ 6.578 milhões, em 2017, para R\$ 5.385 milhões, em 2018, influenciada pela política de redução de custos da empresa, que compensou o reajuste salarial anual de 1,69% e pelos Planos de Aposentadoria Extraordinária (PAE), no montante de R\$ 853 milhões, em 2017, e de Desligamento Voluntário (PDV), da ordem de R\$ 370 milhões, em 2018.
- » **Material:** apresentou uma redução de 0,7%, passando de R\$ 264 milhões, em 2017, para R\$ 262 milhões, em 2018, influenciada pela política de redução de custos da empresa.
- » **Serviços:** apresentou crescimento de 4,3%, passando de R\$ 2.068 milhões, em 2017, para R\$ 2.157 milhões, em 2018. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelo aumento dos serviços de consultoria na controladora.
- » **Outras Despesas:** redução de 5,2%, passando de R\$ 1.376 milhões, em 2017, para R\$ 1.304 milhões, em 2018, influenciada pela política de redução de custos da empresa que compensou a provisão equivalente à previsão dos custos para investimentos da GAG melhoria da ordem de R\$ 197 milhões.

PMSO Gerencial e PMSO/Rol Gráfico 16

Em milhões de reais

PMSO gerencial e PMSO/ROL



As Provisões Operacionais passaram de R\$ 4.646 milhões, em 2017, para uma reversão de R\$ 5.308 milhões, em 2018. Em 2018, as Provisões Operacionais foram influenciadas: (i) reversão de *Impairment* e contrato oneroso referente à Usina Termonuclear de Angra III, no montante R\$ 7.243 milhões; (ii) Reversão da Provisão relativa a Taxa Pará (TRFH), no montante de R\$ 1.184 milhões; (iii) reversão de contingências das distribuidoras já transferidas, no montante de R\$ 715 milhões, devido a reclassificação de risco em razão da privatização, parcialmente compensada por (iv) provisões para Contingências no montante de R\$ 1.820 milhões, influenciadas pelas provisões referentes ao empréstimo compulsório (R\$1.319 milhões) e GSF da Chesf; (iii) Provisão Aneel CCC de R\$ 1.187 milhões referente a Ceron. As principais provisões operacionais estão detalhadas a seguir (Nota Explicativa no. 37).

Consolidado das Provisões Operacionais – 2018-2017

Tabela 59

Consolidado	R\$ milhões	
	2018	2017
Garantias	-38	-18
Contingências	-1.820	-3.719
PCLD - Consumidores e Revendedores	-160	-155
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	81	-11
Contratos Onerosos	1.354	594
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	340	336
Provisão para Perdas em Investimentos classificados como mantidos para venda	-554	0
<i>Impairment</i>	6.546	-725
Provisão ANEEL CCC	-1.187	0
TFRH	1.184	-518
Outras	-439	-430
Total Provisões	5.308	-4.646

10.3. Participação Societária

A Participação Societária registrou um crescimento de 62% resultante da contabilização de um montante de R\$ 2.692 milhões, em 2017, e de R\$ 4.352 milhões, em 2018, em função da contabilização, em 2018, da reversão do Patrimônio Líquido negativo das distribuidoras Cepisa, Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia e, em 2017, a alienação da CELG D, em 2017, no valor de R\$ 1.525 milhões.

10.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido passou de uma Despesa Líquida de R\$ 1.736 milhões, em 2017, para uma Despesa Líquida de R\$ 578 milhões, em 2018. Essa variação deve-se, principalmente, a contabilização do acordo com a Eletropaulo, no montante de R\$ 1.064 milhões, impactando o crescimento da receita de juros, comissões e taxas de R\$ 1.736 milhões, em 2017, para R\$ 2.643 milhões, em 2018.

10.5. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R\$ 2.029 milhões, em 2017, para uma despesa de R\$ 2.484 milhões, em 2018.

10.6. EBITDA Consolidado

Tabela 60

EBITDA	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	13.348
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	-1.879
Resultado do Exercício	15.227
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	2.484
+ Resultado Financeiro	578
+ Amortização e Depreciação	1.702
= EBITDA	19.990
AJUSTES	
Efeitos Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	-3.227
PAE/PDC (Planos de desligamento)	370
Despesas Investigação independente	54
Retroativo Eletronuclear Enel	99
Contingências	1.820
Contratos Onerosos	-1.354
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-340
Provisão para Perdas em Investimentos classificados como mantidos para venda	554
Perda/(Ganho) na venda de controladas	-2.967
<i>Impairment</i>	-6.546
Provisão ANEEL - CCC	1.187
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos - TFRH	-1.184
= EBITDA Pró-Forma	8.456

Os ajustes feitos para o Ebitda pro-forma referem-se a eventos não recorrentes ou eventos que estão previstos para serem tratados no âmbito do PDNG 2019-2023, portanto, espera-se que não afetem o fluxo de caixa futuro da Companhia. Entretanto, existem riscos e incertezas relacionados aos negócios da Companhia, tais como, mas sem se limitar, a condições econômicas, regulatórias, políticas e comerciais gerais no Brasil e no exterior, variações nas taxas de juros, inflação e valor do Real, mudanças nos volumes e padrão de uso de energia elétrica pelo consumidor, condições competitivas, pagamentos relacionados a nossos recebíveis, mudanças nos níveis de chuvas e de água nos reservatórios usados para operar nossas hidrelétricas, nossos planos de financiamento e investimento de capital, regulamentações governamentais existentes e futuras, e outros riscos descritos em nosso relatório anual e outros documentos registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários e a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América, que podem alterar essas estimativas e expectativas da Administração. Assim, os resultados futuros das operações e iniciativas das Companhias podem diferir das expectativas atuais e o investidor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

10.7. Resultado por Segmento de Negócio

DRE por Segmento – 2018 - Tabela 61

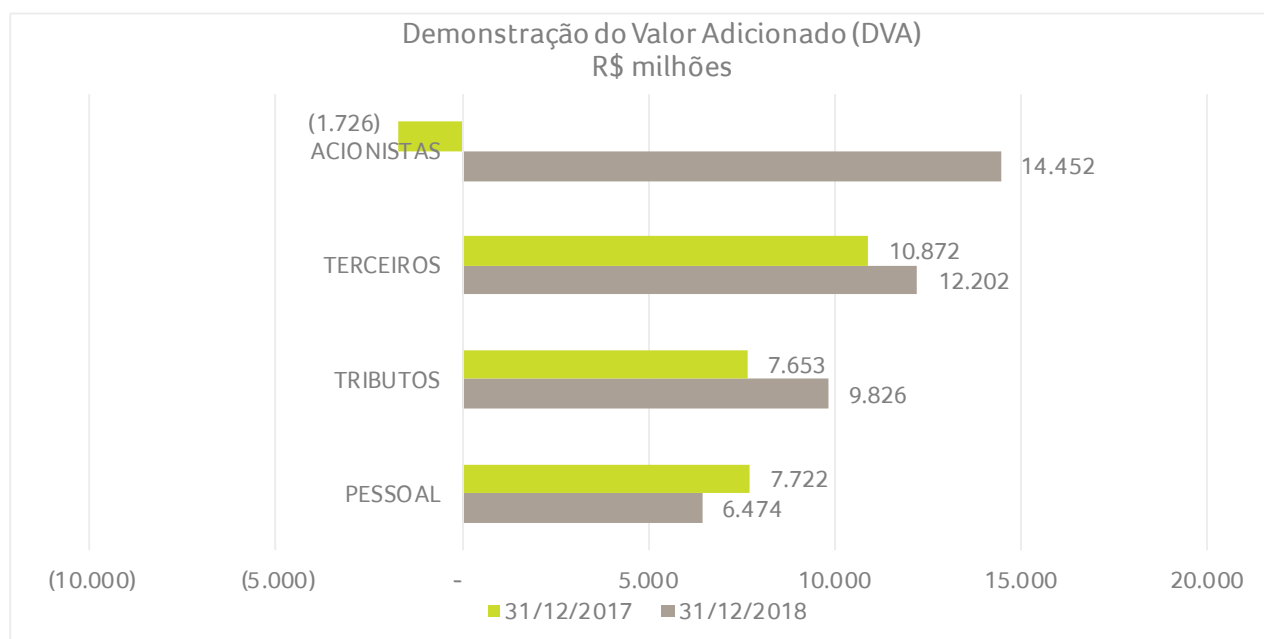
DRE por Segmento - 2018	Administração	Geração		Transmissão		Eliminações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M		
Receita Operacional Líquida	261	15.140	2.294	1.168	7.218	(1.106)	24.976
Custos e Despesas Operacionais	(3.601)	(704)	(2.025)	(1.361)	(4.455)	1.106	(11.039)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(3.340)	14.437	269	(193)	2.763	-	13.936
Resultado Financeiro	2.166	(1.666)	(104)	(257)	(717)	-	(578)
Resultado de Participações Societárias	4.352	-	-	-	-	-	4.352
Imposto de Renda e Contribuição Social	(853)	(1.028)	(182)	388	(808)	-	(2.484)
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	2.325	11.743	(18)	(62)	1.238	-	15.227

DRE por Segmento – 2017 - Tabela 62

DRE por Segmento - 2017	Administração	Geração		Transmissão		Eliminações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M		
Receita Operacional Líquida	216	18.070	1.844	1.442	8.684	(815)	29.441
Custos e Despesas Operacionais	(7.773)	(11.932)	(2.015)	(1.288)	(3.721)	815	(25.915)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(7.557)	6.138	(171)	154	4.963	-	3.526
Resultado Financeiro	1.046	(1.497)	(243)	(406)	(637)	-	(1.736)
Resultado de Participações Societárias	2.692	-	-	-	-	-	2.692
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.081)	(188)	(41)	(47)	(671)	-	(2.029)
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	(4.900)	4.453	(455)	(299)	3.655	-	2.454

10.8. Demonstração de Valor Adicionado (DVA) – R\$ milhões

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Gráfico 17



Em 2018, observa-se variação positiva de R\$ 15.073 milhões no Valor Adicionado para os acionistas, que passou de um montante negativo de R\$ 1.726 milhões, em 2017, para um valor positivo de R\$ 13.348 milhões, em 2018.

O crescimento de R\$ 2.186 milhões nos valores para terceiros, reflete, principalmente o maior pagamento de juros.

Já o crescimento de R\$ 2.109 milhões nos tributos é reflexo do aumento do lucro, fortemente influenciado pelas reversões referentes à usina Term nuclear de Angra III e pelo efeito da venda de -quatro distribuidoras.

A variação negativa de 16% na conta de Pessoal, que passou de R\$ 7.722 milhões em 2017 para R\$ 6.520 milhões em 2018, é resultado da política de redução de custos da empresa.

Dessa forma, a variação de R\$ 18.076 milhões na Demonstração de Valor Adicionado da Eletrobras é explicada, principalmente, em 2018, pelas reversões referentes à usina Termonuclear de Angra III e pelo efeito da venda de quatro distribuidoras.

10.9. Análise do Resultado da Controladora

A Eletrobras apresentou, no Resultado de 2018, Lucro Líquido de R\$ 13.262 milhões, em comparação ao Prejuízo de R\$ 1.764 milhões registrado em 2017.

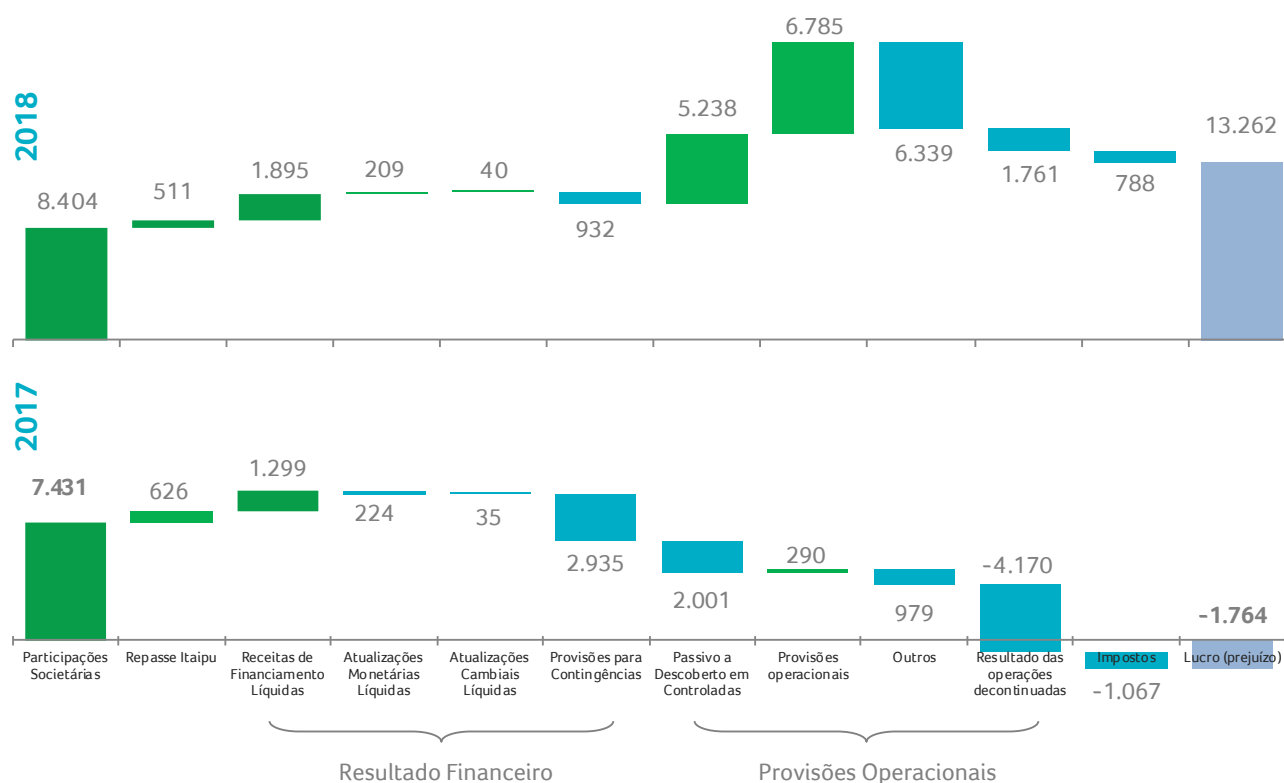
Esse Resultado de 2018 foi decisivamente influenciado por:

- » Resultado de Participações Societárias, de R\$ 11.371 milhões, influenciado, principalmente, pelo resultado das empresas controladas;

- » Reversão do Passivo a descoberto em controladas no montante de R\$ 5.238 milhões, impacto, principalmente, pela controlada Eletronuclear (R\$ 5.143 milhões);
- » Provisões para contingências judiciais, no montante de R\$ 932 milhões, decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de R\$ 1.319 milhões (Nota Explicativa no. 23 das Demonstrações Financeiras de 2018) e pela reversão de R\$ 739 milhões referente a reclassificação de riscos de processos judiciais contra as distribuidoras e, como consequência, contra a Eletrobras controladora tendo em vista a privatização das mesmas; e
- » Atualizações monetárias passivas no montante de R\$ 659 milhões, influenciada pela atualização monetária referente a provisão para empréstimos compulsórios. O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras Holding entre 2018 e 2017.

Evolução do Resultado da Eletrobras Holding Gráfico 18

Evolução do Resultado - R\$ milhões



Em 2018, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o Resultado da Companhia em R\$ 11.371 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, influenciado, principalmente, pelo efeito da reversão da provisão de *Impairment* e contrato oneroso da Eletronuclear.

Investimentos em Controladas e Coligadas Tabela 63

Controladora	R\$ milhões	
	2018	2017
Investimentos em Controladas		
Equivalência Patrimonial	6.877	4.860
Investimentos em Coligadas		
Juros sobre o Capital Próprio	1.527	1.046
Efeito da Alienação de Participações Societárias		
Efeito da Alienação de Participações Societárias	2.967	1.525
Total	11.371	7.431

Em 2018, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em R\$ 2.143 milhões em relação aos R\$ 1.040 milhões reportados em 2017. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento das receitas de juros, comissões e taxas e redução dos encargos de dívidas, conforme a seguir:

Resultado Financeiro – 2018 e 2017 Tabela 64

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2018	2017
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	3.672	3.406
Receita de aplicações financeiras	437	722
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	7	19
Atualizações monetárias líquidas	209	-224
Variações cambiais líquidas	40	-35
Outras receitas financeiras	191	134
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-1.533	-2.091
Encargos de arrendamento mercantil	0	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-234	-371
Outras despesas financeiras	-646	-520
Total	2.144	1.040

Em 2018, as Provisões Operacionais impactaram de forma positiva o Resultado da Controladora em R\$ 2.886 milhões, frente a provisão R\$ 4.571 milhões em 2017. Essa variação é explicada, principalmente, pela redução do Passivo a descoberto em Controladas no montante de R\$ 5.238 milhões.

Provisões Operacionais – 2018 e 2017 – Tabela 65

Provisões Operacionais	R\$ milhões	
	Controladora	
	2018	2017 Reapresentado
Garantias	-38	18
Contingências	-932	2.935
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	81	11
Passivo a descoberto em Controladas	5.238	2.001
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	-40	-570
Perdas em Investimentos classificados como mantidos para venda	-276	0
Impairment	0,5	-2
Provisão ANEEL - CCC	-1.187	0
Outras	40	178
Total	2.886	4.571

10.10. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Dívida Líquida em 2018 - Tabela 66

	2018
Dívida Bruta (1) – R\$ milhões	54.841
(-) RGR de Outras empresas (2)	1.950
(-) RGR de Amazonas e Ceal Pró-Forma (3)	1.370
(-) Compra de Ações com recursos da RGR (4)	535
Dívida Bruta Pró-Forma	50.986
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	7.285
(-) Financiamentos a Receber (descontado RGR de Outras) (2)	11.925
(+) Financiamentos a Receber de RGR Amazonas e Ceal Pró-Forma (3)	1.370
(-) Financiamentos a Receber RGR Amazonas e Ceal Pró-Forma (3)	1.370
(+) Financiamentos. Remanescente RO (ED Alagoas e AmD) Pró-Forma (5)	3.521
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	2.157
Dívida Líquida Pró-Forma	26.098

- Em razão da reclassificação da Amazonas D para "Ativos disponíveis para venda", a dívida, correspondendo à fornecedores repactuada, que será assumida pela Eletrobras, foi reclassificada para empréstimos e financiamentos consolidados, impactando a dívida bruta da Companhia. Conforme decisão da 170ª AGE, a Eletrobras somente passará a assumir as referidas dívidas, com a efetiva transferência de controle da Amazonas D;
- Foram excluídos, Pró-Forma, a dívida e recebível, referente a financiamentos concedidos com recursos da RGR, devidos por empresas fora do grupo Eletrobras, incluindo Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Cepisa, já transferidas, uma vez que a Eletrobras, é somente gestora da dívida.
- Foram excluídos, Pró-Forma, os financiamentos, concedidos com recursos da RGR, devidos por Amazonas e Ceal, uma vez que a Eletrobras, após a transferência dessas empresas, não será responsável por essa dívida, nos termos do item 2. Os recebíveis de RGR devidos por Amazonas e Ceal não estão não consolidados nos créditos a receber e, portanto, o ingresso e exclusão dos referidos créditos estão sendo excluídos.
- Passivo RGR referentes à federalização da Distribuidora CEAM, incorporada pela Amazonas D, e à compra de ações da Celpa, a ser pago conforme Artigo 21-A e 21-B da Lei no 12.783/2013;
- Contratos de Financiamento assinados, a serem pagos pela Amazonas (R\$ 1.958 milhões) e Ceal (R\$ 1.563 milhões) à Eletrobras quando as mesmas forem transferidas, incluídos Pró-Forma. Desconsidera outros direitos.

The background is a solid blue color. Overlaid on this are several white, thin, rounded rectangular outlines of varying sizes and orientations, creating a layered, geometric effect. A central white rounded rectangle contains the text.

11. **EMPRÉSTIMO** **COMPULSÓRIO**

Conforme Nota Explicativa no. 28, a Companhia mantém provisão para contingências cíveis, na Controladora, relativa à diferença de correção monetária sobre os créditos escriturais de Empréstimo Compulsório e juros remuneratórios reflexos, no valor de R\$ 17,94 bilhões em dezembro de 2018 (R\$ 16,59 bilhões em 2017).

Em janeiro de 2017, foi contratado um escritório de advocacia para analisar a base dados do sistema de controle de processos judiciais. Com o resultado deste trabalho, a Companhia revisou dados como datas, valores pagos e/ou depositados judicialmente e créditos de Empréstimo Compulsório executados nos processos.

A revisão, decorrente do escopo de trabalho da consultoria jurídica contratada, foi concluída em 2018. Em 30 de setembro de 2018, com base nas melhores expectativas da Companhia, foi feita a revisão dos créditos pleiteados pelos autores desses processos judiciais, tendo como resultado um incremento de provisão de contingência no valor de R\$ 1,39 bilhões.

Outro evento relevante, em 2018, acerca dos critérios utilizados para cálculo da provisão dos processos judiciais classificados como prováveis, foi a alteração da ordem utilizada para quitação dos componentes da provisão, tendo em vista que há pagamentos efetuados pela Eletrobras, no decorrer desses processos, mesmo antes de sua decisão final definitiva, a título de parcelas consideradas judicialmente como incontroversas.

A Companhia obteve jurisprudência favorável quanto ao pagamento de parcelas do débito judicial. Quando se tratarem de dívidas líquidas e vencidas, ao mesmo tempo, em primeiro lugar devem ser pagos os juros remuneratórios, posto que são mais onerosos para a empresa, que os juros moratórios incidentes sobre toda a base de débito judicial. Assim, em 2018, a Companhia reavaliou o critério de imputação de pagamentos feitos, no âmbito dos processos judiciais provisionados, para que fosse considerada, em primeiro lugar, a quitação dos juros remuneratórios antes dos juros moratórios. Isso gerou efeito positivo líquido, para resultado do 4T18, de cerca de R\$ 468 milhões (reversão de R\$ 759 milhões e atualização dos valores de R\$ 292 milhões).

Em 31 de dezembro de 2018, como resultado das variações acima e também de outras constituições e reversões, assim como pagamentos efetuados, a Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na Controladora e no Consolidado, no valor de R\$ 17.9412 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16.596 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Provisão de Processos Judiciais Envolvendo Empréstimos Compulsórios - Tabela 67

Saldo inicial (31 de dezembro de 2017) em R\$ milhões	16.596
(+) Constituição de provisão	2.670
(+) Atualização monetária	884
(-) Reversão de provisão	-1.351
(-) Pagamentos efetuados	-857
Saldo final (31 de dezembro de 2018) em R\$ mil	17.941
Variação no período	1.345

Em 2018, através do julgamento do Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial no. 790288/PR, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi retomada a discussão sobre os critérios relacionados ao termo final para cálculo de juros remuneratórios de 6% incidentes nos eventuais créditos discutidos nas demandas judiciais em que a Companhia figura no polo passivo. Até a divulgação desse Relatório, o referido julgamento não havia sido concluído, porém os detalhes do mesmo podem ser verificados na Nota Explicativa no.49.

Também em 2018, foi reiniciado o julgamento dos Recursos Especiais no. 1583323 e no. 1576254, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que trata das ações regressivas da Eletrobras em face da União Federal, visando reconhecer a obrigação solidária da União pelos pagamentos que vêm sendo efetuados pela Eletrobras, a título de condenação judicial, nos processos judiciais que discutem a diferença de juros de correção monetária do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. O referido julgamento também se encontra suspenso por pedido de vista de Ministro do STJ. Não obstante o entendimento da Eletrobras, de que a União é responsável solidária por todos os débitos, se existirem de empréstimo compulsório, o valor estimado da responsabilidade da União referente ao passivo em referência não é considerado como abatimento na provisão da Companhia, constante da tabela acima, posto que ainda não houve conclusão do julgamento em tela.

The background is a solid blue color with several overlapping, rounded rectangular shapes in a lighter blue and yellow color. These shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. The yellow shapes are more prominent and appear to be in the foreground, while the blue shapes are behind them.

12. **AUDITORES INDEPENDENTES**

12.1. Serviços de Auditoria Externa

Em 2018, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes, exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela PriceWaterhouseCoopers.(PWC).

Remuneração dos Auditores Externos Independentes em 2018 - Em R\$ - Tabela 68

Empresas Eletrobras	2018	2017	2016
KPMG Assessores LTDA	7.420.086,45	7.486.083,29	29.310.891,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	11.987.268,24	11.947.781,11	16.989.274,58
Total	19.407.354,69	19.433.864,40	46.300.165,58
Itaipu Binacional	2018	2017	2016
PWC (R\$)	425.254,00	479.910,00	214.500,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	-	-	234.148,64
Total	425.254,00	479.910,00	448.648,64

Para evitar conflitos de interesse ou a perda de independência auditores externos, a Eletrobras segue a Instrução CVM nº 308/1999 quanto à obrigatoriedade de substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Com isso, em 2013, foram substituídos os auditores independentes das Empresas Eletrobras. O contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 2014, com vigência de 36 meses e foi renovado em 2017 por mais 24 meses. No exercício fiscal de 2019 haverá troca do auditor independente, com a escolha a cargo do Conselho de Administração.

The background is a light gray color. It features several thin, blue, rounded rectangular outlines that overlap each other, creating a sense of depth and movement. In the center, there is a white, rounded rectangular box with a slight drop shadow, containing the text '13. BALANÇO SOCIAL' in a bold, blue, sans-serif font.

13. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL 2018
Informações de Natureza Social e Ambiental

(valores expressos em milhares de reais)

CONTROLADORA
**CONSOLIDADO
(Reclassificado)**

I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2018	2017	2018	2017
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 229.786	R\$ 265.695	R\$ 4.543.163	R\$ 5.207.116
- Empregados	R\$ 224.323	R\$ 258.738	R\$ 4.507.388	R\$ 5.173.824
- Administradores	R\$ 4.905	R\$ 4.166	R\$ 35.216	R\$ 30.501
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	14,81	14,62	-	-
- Administradores	1,05	1,16	-	-
b. Benefícios Concedidos	2018	2017	2018	2017
Encargos Sociais	R\$ 63.873	R\$ 74.655	R\$ 1.107.085	R\$ 1.236.636
Alimentação	R\$ 11.616	R\$ 16.621	R\$ 231.383	R\$ 281.406
Transporte	R\$ 364	R\$ 632	R\$ 31.067	R\$ 29.108
Previdência Privada	R\$ 47.092	R\$ 49.869	R\$ 231.449	R\$ 342.347
Saúde	R\$ 29.275	R\$ 25.934	R\$ 480.701	R\$ 538.761
Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 3.340	R\$ 1.645	R\$ 31.826	R\$ 37.360
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 3.098	R\$ 2.652	R\$ 52.384	R\$ 47.990
Cultura	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.719	R\$ 2.155
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 2.547	R\$ 774	R\$ 30.339	R\$ 29.037
Outros	R\$ 11.232	R\$ 67.959	R\$ 561.579	R\$ 909.057
Total	R\$ 172.436	R\$ 240.740	R\$ 2.759.531	R\$ 3.453.856
c. Composição do Corpo Funcional	2018	2017	2018	2017
Nº de empregados no final do exercício	780	816	14.211	14.885
Nº de admissões	0	3	77	71
Nº de demissões	52	104	1.014	1.931
Nº de estagiários no final do exercício	129	154	943	1.054
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	10	9	233	522
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	334	426	2.058	2.227
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	503	531	11.446	11.989
- Feminino	277	285	2.765	2.896
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	74	116	1.661	2.173
- De 36 a 60 anos	642	648	10.724	11.047
- Acima de 60 anos	64	52	1.826	1.665
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	-
- Com ensino fundamental	12	8	732	742
- Com ensino médio	67	67	1.754	1.943
- Com ensino técnico	-	-	4.029	4.431
- Com ensino superior	364	386	5.216	5.474
- Pós-graduados	337	355	2.480	2.295
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	67%	71%	-	-
- Feminino	33%	29%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2018	2017	2018	2017
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.509	1.562	9.465	7.181
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	19	231	1.314	1.375
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	108	217	1.575	1.755
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 7.517	R\$ 6.879	R\$ 121.996	R\$ 96.730

BALANÇO SOCIAL 2018
Informações de Natureza Social e Ambiental

(valores expressos em milhares de reais)

CONTROLADORA
**CONSOLIDADO
(Reclassificado)**
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1. Relacionamento com a Comunidade	2018	2017	2018	2017
Totais dos investimentos em:				
Educação	R\$ -	R\$ -	R\$ 24.441	R\$ 8.919
Cultura	R\$ 4.252	R\$ 1.106	R\$ 23.405	R\$ 13.228
Saúde e Infraestrutura	R\$ -	R\$ -	R\$ 62.133	R\$ 85.612
Esporte e Lazer	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.952	R\$ 1.947
Alimentação	R\$ -	R\$ -	R\$ 15	R\$ 339
Geração de Trabalho e Renda	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.057	R\$ 1.177
Reassentamento de Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros	R\$ 18	R\$ -	R\$ 29.320	R\$ 36.233
Total dos investimentos	R\$ 4.270	R\$ 1.106	R\$ 145.323	R\$ 147.455
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.737.969	R\$ 4.701.744
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 304.054	R\$ 285.730
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 4.270	R\$ 1.106	R\$ 6.187.346	R\$ 5.134.929

2.2. Interação com os Fornecedores
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresenta as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

- 1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- 1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais.
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balanço Social”, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

BALANÇO SOCIAL 2018				
Informações de Natureza Social e Ambiental				
(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO (Reclassificado)	
III. Interação com o Meio Ambiente				
3.1. Investimentos	2018	2017	2018	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ -	R\$ -	R\$ 161.701	R\$ 215.468
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 43.224	R\$ 58.069
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ 2	R\$ 447	R\$ 475
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.170	R\$ 5.077
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 1.651	R\$ 1.491	R\$ 292.240	R\$ 170.017
Total dos investimentos	1.651	1.494	500.782	449.107
3.2. Passivo Ambiental	2018	2017	2018	2017
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.098	R\$ 9.972
Passivos e contingências ambientais	R\$ -	R\$ -	R\$ 130.452	R\$ 40.591
Total dos passivos ambientais	0	0	139.550	50.563
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	16	30	475
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	2018	2017	2018	2017
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 668.828	R\$ 4.511.268	R\$ 24.975.737	R\$ 29.441.332
Resultado Operacional (RO)	R\$ 15.811.239	-R\$ 697.024	R\$ 17.695.548	R\$ 4.482.551

Wilson Ferreira Junior

Presidente

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Aracilba Alves da Rocha

Diretora de Administração

Lucia Casasanta

Diretora de Conformidade

José Antonio Muniz Lopes

Diretor de Transmissão

Antônio Varejão de Godoy

Diretor de Geração e Distribuição

Rodrigo Villela Ruiz

Contador - CRC-RJ 088488/O-9S

Projeto Gráfico, Diagramação e Edição
AbóboraX Desing

